

**IHU** ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos  
Nº 515 | Ano XVII | 13/11/2017

# Renúncia suprema

**Raquel Weiss** **Neury Botega**  
**Paulo Gleich** **Carlos Etchichury**  
**Robert Paris** **Karen Scavacini**  
**Fernando Sapaterra** **Jaime Barrientos**  
**José Otávio Catafesto**

## Leia também

**Alice Abreu** ■ ■ **Perfil: Jorge Rosa**  
**Carolina Molina** ■ ■ **Bruno Lima Rocha**  
**Vincent Carelli** ■ ■ **Jacques Alfonsin**



# Renúncia suprema

**P**ouco se falava em suicídio. Medo, preconceito, sofrimento, tabu – vários são os motivos que restringiam o tema ao interior de casas atraídas pela ausência de um familiar que abdicou de viver, a emergências médicas que tentavam subverter o desatino, a consultórios onde se buscava atenuar ou extinguir o sofrimento de existir.

O silêncio em torno do que Durkheim chamou de “renúncia suprema” passou a ser rompido quando a expressividade das estatísticas começou a saltar das tabelas e relatórios. A Organização Mundial da Saúde – OMS estima que, a cada ano, mais de 800 mil pessoas suprimem a própria vida, ou seja, uma morte a cada 40 segundos. No Brasil, conforme o Ministério da Saúde, a cada 45 minutos uma pessoa morre por suicídio. Entre 2011 e 2016, houve 62.804 mortes por suicídio no país.

A OMS projeta que 90% dos casos podem ser evitados, antes que uma derradeira gota transborde o copo, desde que haja prevenção, acompanhamento e acolhida. Por isso a necessidade de se romper com o tabu e discutir o assunto, pois se trata de um problema de saúde pública. Falar com cuidado, respeito e prudência, mas falar.

Imbuída desse propósito, a revista **IHU On-Line** desta semana reúne um time de especialistas para discutir diversas facetas do assunto.

A cientista social e professora **Raquel Weiss** salienta que, para Durkheim, é importante constituir laços sociais capazes de acolher os indivíduos, pois a sociedade moderna dissolveu os antigos laços de sociabilidade.

O psicanalista **Paulo Gleich** observa que a onipotência nas relações afetivas faz com que as pessoas considerem possível salvar o outro com o amor, mas esse amor só tem valor quando o outro deseja recebê-lo. E o presidente do Centro de Valorização da Vida – CVV, **Robert Paris**, afirma que pensar em se matar é mais comum do que se pensa, e disso decorre a importância de falar sobre suicídio.

O franco-argelino **Albert Camus**, em seu ensaio *O mito de Sísifo*, de 1941, é categórico: “Só existe um problema filosófico realmente sério: é o suicídio”. Para o doutor em Filosofia **Fernando Sapaterra**, o cerne desta obra não é o suicídio, mas as dimensões da existência do homem em sua relação consigo e com o mundo.

O etnoarqueólogo **José Otávio Catafesto de Souza** analisa como o suicídio de indígenas evidencia uma outra relação com a morte e, ao mes-

mo tempo, a intensa perseguição etnocida de seus modos de vida.

O psiquiatra **Neury José Botega**, referência no tema, traça um panorama sobre os desafios no enfrentamento do suicídio no Brasil.

O jornalista **Carlos Etchichury** critica a imprensa que, ao publicar quase nada sobre o tema, descumpra sua função social de revelar fenômenos e cobrar soluções das autoridades.

A psicóloga **Karen Scavacini** defende uma discussão aberta, pois, com o silenciamento do debate, perde-se a oportunidade de fazer a efetiva prevenção.

E **Jaime Barrientos**, professor de Psicologia da Universidade Católica do Norte, no Chile, destaca que transgêneros, gays e lésbicas são submetidos a formas de violência que afetam sua saúde mental, a ponto de alguns atentarem contra a própria vida.

Nesta edição podem ser lidas as entrevistas com **Carolina Alejandra Reyes Molina** sobre filosofia como forma de vida, com o documentarista **Vincent Carelli** sobre as disputas entre indígenas e latifundiários, com o procurador aposentado **Jacques Alfonsin** sobre crise urbana e segregação dos pobres como também o artigo da professora **Alice Rangel de Paiva Abreu**, da UFRJ, no qual afirma que instituições brasileiras precisam mudar para garantir equidade de gêneros no campo científico.

Completando este número, a análise do cientista político **Bruno Lima Rocha**, que traça uma definição de imperialismo na etapa do capitalismo global e financeiro pós-2008, e o perfil de **Jorge Luiz Rosa da Silva**, contador, professor e auditor interno da Unisinos.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana.

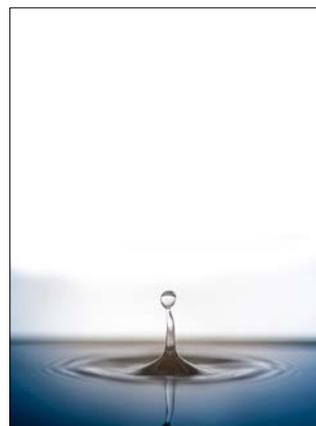


Imagem da capa:  
PX Here/public domain

# Sumário

- 4 ■ **Temas em destaque**
- 6 ■ **Agenda**
- 8 ■ **Vincent Carelli:** Demarcação de terras indígenas x latifúndios: a grande tramoia brasileira
- 14 ■ **Carolina Molina:** Filosofia: ferramenta para iluminar a crítica sobre a realidade
- 20 ■ **Alice Rangel de Paiva Abreu:** Instituições brasileiras precisam mudar para garantir equidade de gêneros no campo científico
- 24 ■ **Tema de Capa | Raquel Weiss:** Combate ao suicídio passa pela transformação da vida coletiva
- 28 ■ **Tema de Capa | Paulo Gleich:** Suicídio é sempre um abalo narcísico para os que ficam
- 32 ■ **Tema de Capa | Robert Paris:** É preciso quebrar o tabu
- 36 ■ **Tema de Capa | Fernando Sapaterra:** Viver não é tarefa fácil
- 39 ■ **Tema de Capa | José Otávio Catafesto de Souza:** A complexa leveza dos corpos nas cosmologias ameríndias
- 42 ■ **Tema de Capa | Neury José Botega:** O complexo e multifatorial caminho do suicídio
- 46 ■ **Tema de Capa | Carlos Etchichury:** Imprensa deve tratar suicídio como fenômeno de saúde pública
- 49 ■ **Tema de Capa | Karen Scavacini:** Na sociedade em que a morte é tabu, suicídio é o maior
- 52 ■ **Tema de Capa | Jaime Barrientos:** Preconceito e ódio disparam o processo de suicídio na população LGBT
- 54 ■ **Jacques Alfonsin:** Apesar das aparências, a injustiça social não é invencível
- 64 ■ **Perfil:** Jorge Luiz Rosa da Silva
- 66 ■ **Crítica Internacional | Bruno Lima Rocha:** Traçando uma definição de imperialismo na etapa do capitalismo global e financeiro pós-2008
- 68 ■ **Publicações | Aline Albuquerque:** Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos
- 69 ■ **Publicações | Giuseppe Tosi:** O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil
- 70 ■ **Outras edições**

**IHU** ON-LINE  
Revista do Instituto Humanitas Unisinos

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (on-line)

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no site [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br) e no endereço [www.ihuonline.unisinos.br](http://www.ihuonline.unisinos.br).

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

**Diretor de Redação**

Inácio Neutzling  
(inacio@unisinos.br)

**Coordenador de Comunicação - IHU**

Ricardo Machado – MTB 15.598/RS  
(ricardom@unisinos.br)

**Jornalistas**

João Vitor Santos – MTB 13.051/RS  
(joaovs@unisinos.br)

Lara Ely – MTB 13.378/RS  
(laraely@unisinos.br)

Patricia Fachin – MTB 13.062/RS  
(prfachin@unisinos.br)

Vitor Necchi – MTB 7.466/RS  
(vnecchi@unisinos.br)

**Revisão**

Carla Bigliardi

**Projeto Gráfico**

Ricardo Machado

**Editoração**

Gustavo Guedes Weber

**Atualização diária do site**

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evelyn Zilch, Anielle Silva, Victor Thiesen e William Gonçalves.



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



UNISINOS

**Instituto Humanitas Unisinos - IHU**

Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS  
CEP: 93022-000

**Telefone:** 51 3591 1122 | Ramal 4128  
**e-mail:** [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

**Diretor:** Inácio Neutzling  
**Gerente Administrativo:** Jacinto Schneider  
(jacintos@unisinos.br)

Entrevistas completas em [www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias](http://www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias)

Confira algumas entrevistas publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU na última semana.

## O poder do sistema financeiro e a insustentabilidade das desigualdades sociais



*“Em 1995 foi aprovada uma lei abolindo o imposto sobre lucros e dividendos, o que é absolutamente escandaloso. Essas mudanças incentivaram as aplicações financeiras em títulos do governo.”*

Ladislau Dowbor é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, professor titular da PUC-SP e Umesp

## Esquerda e direita disputam regimes de verdade



*“O que nós estamos assistindo hoje no mundo é uma disputa por regimes de verdade. É o cerne de grandes debates ocidentais que estão sendo disputados pela direita, algo bastante grandioso e que mexe com valores e noções que vinham se sedimentando por muito tempo.”*

Rosana Pinheiro-Machado é graduada em Ciências Sociais e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

4

## Linhões de transmissão não poderão transportar energia



*“A grande maioria dos projetos não tinha viabilidade ambiental, econômica e social, e o governo teve que lançar mão de instrumentos antidemocráticos e repressivos para viabilizá-los.”*

André Aroeira Pacheco é graduado em Ciências Biológicas e mestre em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, ambos pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

## Revolução 4.0? Uma coisa é a máquina técnica, outra é a máquina social, a máquina de guerra



*“Não há nenhuma certeza de que a solução venha da Europa. Em todo caso, não vejo a multidão agir. É mais uma defesa reacionária que cresce.”*

Maurizio Lazzarato é sociólogo independente e filósofo italiano que vive em Paris, onde realiza pesquisas sobre trabalho imaterial, ontologia do trabalho, capitalismo cognitivo e movimentos pós-socialistas

## A redução de resíduos em alimentos só será feita por pressão do consumidor



*“Acho que a imagem negativa de quando se encontra resíduo em algum alimento pode ser uma das causas, porque gera uma repercussão para toda a cadeia produtiva, e inclui as esferas oficiais e governamentais.”*

Amir Bertoni Gebara é graduado em Biologia pela Universidade de Santo Amaro - UNISA, mestre em Ciências Biológicas pela Université du Québec à Montréal e doutor em Saúde Pública pela USP



## Textos na íntegra em [www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias](http://www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias)

Confira algumas notícias públicas recentemente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU

### Brasil pode voltar ao Mapa da Fome, diz líder do órgão da ONU para a alimentação

*“Se o Brasil não conseguir retomar o crescimento econômico, gerar empregos de qualidade e ter um programa de segurança alimentar voltado especificamente para as zonas mais deprimidas, nós podemos, infelizmente, voltar a fazer parte do Mapa da Fome da FAO”, afirma José Graziano da Silva, em entrevista.*

Confira o resumo da entrevista feito pelo IHU e publicada em Notícias do Dia do IHU, em 6-11-2017, disponível em <http://bit.ly/2AyCxNO>.

### Por que este é o momento mais perigoso para a humanidade?

*De acordo com o relógio simbólico do fim do mundo, criado pelo Boletim dos Cientistas Atômicos, chegar à meia-noite significa o abismo, e as condições atuais da humanidade nos levaram às 23h57 e 30 segundos. É o ponto mais próximo do cataclismo final, desde que a ex-URSS e os EUA exibiram seu poderio termonuclear em 1953.*

Reportagem de Javier Salas, reproduzida em Notícias do Dia do IHU, em 7-11-2017, disponível em <http://bit.ly/2iJheRM>.

### “A renda básica gera mais equidade”

*“Claramente, o crescimento não pode ser uma solução estrutural para o desemprego.” É uma premissa central, não exatamente ortodoxa, que, ao longo das décadas, alimentou a reflexão do belga Philippe Van Parijs sobre a oportunidade de corrigir os desequilíbrios socioeconômicos contemporâneos, introduzindo uma renda básica para todos os cidadãos de um país.*

Entrevista, feita por Daniele Zappalà, com Philippe Van Parijs reproduzida em Notícias do Dia do IHU, em 7-11-2017, disponível em <http://bit.ly/2zwG1QM>.

### Judith Butler, o MBL e o fim da democracia

*Nada confirma mais os tempos obscuros, a obtusidade e a desinformação de certos setores da direita brasileira que protestaram no último dia 27 contra a presença da filósofa norte-americana Judith Butler no Brasil para participar do seminário Os Fins da Democracia, em novembro, no Sesc Pompéia, em São Paulo. Nem mesmo a própria professora de Berkeley sequer entendeu a reação à sua presença.*

Entrevista com Judith Butler, reproduzida em Notícias do Dia do IHU, em 8-11-2017, disponível em <http://bit.ly/2iKaYsZ>.

### Amazônia Resiste: Belo Monte está de pé, mas precisa de mais dinheiro para ficar pronta

*Com mais de 96% das obras concluídas e 12 de suas 24 turbinas produzindo energia em operação comercial, a Usina de Belo Monte, que exigiu R\$ 38,6 bilhões de investimentos públicos e privados até agora, tem pelo menos três desafios pela frente: escoar sua energia, remunerar seus investidores e impactar positivamente o ambiente de produção e comercialização de energia do Brasil.*

Reportagem de Tânia Caliar, reproduzida em Notícias do Dia do IHU, em 9-11-2017, disponível em <http://bit.ly/2jhuMb7>.

### Os muito ricos sonham sem culpa

*Henrique Meirelles, envolvido no vazamento da Appleby. Ministro usou argumento de praxe, lembrando que suas aplicações “offshore” são legais e foram declaradas à Receita. “O problema”, diz o texto, “é que uma parte cada vez maior da opinião pública julga estas práticas ilegítimas”.*

Análise de Nick Hopkins, reproduzida em Notícias do Dia do IHU, em 10-11-2017, disponível em <http://bit.ly/2hiJwL>.

Programação completa em [ihu.unisinos.br/eventos](http://ihu.unisinos.br/eventos)

**Lançamento do livro Los Mercados Laborales: Pobreza y Desigualdad desde un enfoque de Derechos Humanos**

13/nov

**Conferencistas**

Prof. Dr. Aloisio Ruscheinsky – Unisinos, MS  
Rômulo José Escouto – Unisinos e Alberto Altamirano – UFRGS

**Local**

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU  
Campus Unisinos  
São Leopoldo

**Oficina: Dados Educacionais – educação e políticas públicas**

16/nov

**Horário**

14h às 16h30min

**Ministrante**

Profa. Dra. Flávia Obino Correa Werle – UNISINOS

**Local**

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

**Homo Deus. Uma breve história do amanhã – Yuval Noah**

16/nov

**Horário**

17h30min às 19h

**Apresentadores**

Prof. MS Gilberto Faggion e Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz – UNISINOS

**Local**

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

6

**Ecofeira Unisinos**

22/nov

**Horário**

10h às 18h

**Local**

Corredor central – em frente ao IHU Campus Unisinos São Leopoldo

**Economia para a vida. A rebelião dos limites e o itinerário teológico para uma economia solidária**

23/nov

**Horário**

17h30min às 19h

**Conferencista**

Prof. Dr. Luiz Carlos Dalla Rosa – Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre

**Local**

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU – Unisinos Campus São Leopoldo

**O mundo do trabalho, emprego e renda no Vale do Sinos**

5/dez

**Horário**

14h às 18h

**Ministrante**

Profa. Dra. Marilene Maia – UNISINOS e Prof. Dr. Moisés Waismann – UniLaSalle

**Local**

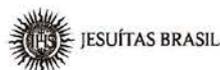
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU





Ouse pensar  
o que ninguém pensou.  
**ihu.unisinos.br**

www.ihu.unisinos.br



# Demarcação de terras indígenas x latifúndios: a grande tramoia brasileira

Para o documentarista Vincent Carelli, o país chega ao século XXI reproduzindo a mesma lógica de expropriação de povos originais praticada a partir do século XVI

João Vitor Santos

**T**ramoia. Essa é a palavra que, para o documentarista e antropólogo Vincent Carelli, traduz a relação entre ruralistas e os poderes constituintes do Brasil. “Essa questão fundiária no Brasil é uma grande tramoia”, pontua. Nessa equação, quem segue perdendo são os povos indígenas. Para Carelli, quase nada mudou desde a chegada das primeiras naus europeias no século XVI. “O fazendeiro que atira num índio hoje, reproduz o mesmo gesto do bandeirante caçador de índios e de escravos”, dispara. “O índio é tolerado, sob vigilância e num processo exaustivo de apagar a sua diferença, apagar sua língua, esquecer sua cultura”, completa, durante entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**.

Carelli ainda destaca que outra marca dessa expropriação é a constante tentativa de revogar as poucas conquistas de povos originais. “A Constituição de 1988 passou a ser mais generosa, mas a relação continua sendo de expropriação. Por isso também temos essa tradição militar com toda a questão indígena de forma recorrente”, analisa. Para ele, é mais do que necessário assegurar o que já foi conquistado e trazer à mesa de forma clara a pauta de discussão sobre mais áreas que precisam ser demarcadas. “Sem demarcação não há possi-

bilidade de uma sobrevida enquanto sociedade”, enfatiza.

**Vincent Carelli** é antropólogo, indigenista e documentarista franco-brasileiro. É o idealizador do projeto Vídeo nas Aldeias, que forma cineastas indígenas. Estudou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e desde 1973 está envolvido com projetos de apoio a grupos indígenas no Brasil. Integrou a Fundação Nacional do Índio - Funai, foi jornalista e repórter fotográfico. Ainda foi editor fotográfico e pesquisador do Projeto Povos Indígenas no Brasil do CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação (sucedido pelo Instituto Socioambiental). Em 2009, seu documentário *Corumbiara*, longa-metragem que conta a história de um massacre de indígenas ocorrido em 1985 na Gleba Corumbiara, no sul de Rondônia, foi premiado como melhor filme do 37º Festival de Cinema de Gramado. Recentemente, lançou *Martírio*, que retrata violência sofrida pelos povos Guarani Kaiowá.

*Martírio* foi projeto e debatido em 29 de setembro desse ano, num evento realizado em parceria com o IHU e alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos. Saiba mais em <http://bit.ly/2zRPgyo>.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-line – Como compreender a relação que há do Estado brasileiro para com os povos originais?**

**Vincent Carelli** – A relação de dominação, é o processo colo-

niais que quer se apoderar de recursos naturais. E isso se dá desde o descobrimento. É uma conquista sobre os povos indígenas, de expropriação desses povos. O tempo todo, em todo país, há uma frente que vai avançando e tem várias

estratégias. A primeira foi enviar a espada e a cruz. Índio que resistia era morto, e índio que não resistia era mandado para as missões. É um processo contínuo e repetitivo de expropriação do território indígena.

## “O fazendeiro que atira num índio hoje, no século XXI, reproduz o mesmo gesto do bandeirante caçador de índios e de escravos”

**IHU On-Line – O senhor descreve uma lógica que remente ao período do descobrimento, da chegada do europeu ao Brasil, e até o período colonial. Com isso, podemos compreender que a lógica ainda é a mesma hoje em dia?**

**Vincent Carelli** – Claro, é igualzinho. O fazendeiro que atira num índio hoje, no século XXI, reproduz o mesmo gesto do bandeirante caçador de índios e escravos. Não mudou nada. O índio é tolerado, sob vigilância e num processo exaustivo de apagar a sua diferença, apagar sua língua, esquecer sua cultura. Muito recentemente, o Brasil chegou a ameaçar ser moderno, depois voltou para trás. A Constituição de 1988 passou a ser mais generosa, mas a relação continuou sendo de expropriação. Por isso também temos essa tradição militar com toda a questão indígena de forma recorrente.

**IHU On-Line – Qual a questão de fundo no conflito entre índios e não índios no Brasil de hoje?**

**Vincent Carelli** – O que está por trás é justamente essa relação de Estado. Quem vendeu as terras Guaraní Kaiowá? O Estado, o estado federal e o estado de Mato Grosso. Tudo foi feito numa trama. Resolviam questões trabalhistas de empresas que fechavam, e que deviam ao Estado, com titulação de terras. Resolviam a papelada do lote, chegavam e marcavam não sei quantos lotes, com esse discurso ruralista. Todos os documentos de posse daquela

região foram uma falácia; o relatório de Pimentel Barbosa<sup>1</sup>, só em demarcar aquelas reservas, já flagrou vários casos de grilagem das aldeias. Essa questão fundiária no Brasil é uma grande trama.

**IHU On-Line – Quais os maiores erros da política indigenista brasileira ao longo de sua história?**

**Vincent Carelli** – É a questão militar, essa postura de ter que controlar os índios. Anos atrás, por exemplo, os índios eram proibidos de falar a própria língua. É como se os índios pudessem tramar alguma insurgência. A atitude era de opressão mesmo. As atitudes dos chefes de postos do Serviço de Proteção aos Índios - SPI<sup>2</sup> eram essas, eram coronéis com revólver 38 na cintura, os índios eram obrigados a fazer trabalhos forçados... O final do SPI é uma tragédia. O Relatório Figueiredo<sup>3</sup> mostra isso, todo aquele trabalho escravo, arrendamentos irregulares etc. E os arrendamentos que o [presidente Michel] Temer está re-

editando vivem à revelia, ao arrepio da Constituição. Em grande parte das reservas dos Kaingang, os arrendatários viraram proprietários, e as reservas foram encolhendo. Reeditar, neste momento, arrendamento de área indígena é, sim, retroceder muitos anos.

**IHU On-Line – A que o senhor atribui essa recente ofensiva contra as terras indígenas?**

**Vincent Carelli** – Não é neste momento, vem de muito tempo. Só que, agora, os ruralistas que queriam a PEC<sup>4</sup> para trazer a decisão sobre regulamentação de áreas indígenas para o Congresso já nem estão mais falando nisso, porque eles estão no poder. Eles são o Executivo, e agora nem precisa mais de PEC, pois eles resolvem, botam decretos para arrendar, enfim... A bruxa está solta. Como o país não tem comando, agora pode matar mesmo, porque não vai ter investigação, não vai ter coisa nenhuma. Eles estão bem à vontade, estão com a faca e o queijo na mão. Aquele tipo de ataque que está retratado no filme [Martírio] acontece todo o dia.

**IHU On-Line – O senhor diz que essa ofensiva não é de agora. Ocorre desde quando?**

<sup>1</sup> O entrevistado se refere ao relatório de demarcação da Terra Indígena Barbosa Pimentel, que fica no estado de Mato Grosso, destinada ao povo Xavante. (Nota da **IHU On-Line**)  
<sup>2</sup> **Serviço de Proteção ao Índio (SPI)**: parte constituinte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), foi um órgão público criado durante o governo do Presidente Nilo Peçanha, em 1910, com o objetivo de prestar assistência à população indígena do Brasil. O Serviço foi organizado pelo Marechal Rondon, seu primeiro diretor. O SPI foi extinto e substituído pela Funai, em 1967. (Nota da **IHU On-Line**)  
<sup>3</sup> **Relatório Figueiredo**: relatório de mais de 7 mil páginas produzido em 1967 pelo procurador Jader de Figueiredo Correia a pedido do ministro do interior brasileiro Afonso Augusto de Albuquerque Lima. Ele descreve violências praticadas por latifundiários brasileiros e funcionários do Serviço de Proteção ao Índio contra índios brasileiros ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960. (Nota da **IHU On-Line**)  
<sup>4</sup> **PEC 215**: Proposta de Emenda à Constituição 215, de 2000. Pretende delegar ao Legislativo a aprovação de demarcações de terras indígenas, quilombolas e áreas de preservação ambiental. A proposta foi aprovada por comissões internas da Câmara e segue os trâmites em plenário. Confira a íntegra da proposta em <http://bit.ly/1kpiLVM>. Nas Notícias do Dia do sítio do IHU, há uma série de materiais sobre o tema. Confira em [ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br) (Nota da **IHU On-Line**)

**Vincent Carelli** – Ela ocorre toda vez que há uma resistência dos índios. Eles foram, ao longo de décadas, deportados e confinados em oito pequenas reservas que não somavam nem 20 mil hectares. A vida foi ficando impossível, pois os grupos deportados para a reserva vão para uma área que não é deles, é de um outro grupo. Dourados tem 18 mil índios em 2.500 hectares. Quem consegue plantar sob essas condições? E ainda há o arrendamento das terras.

O resultado são suicídio, mortalidade infantil, guerra entre os povos – porque Rondon<sup>5</sup> ainda fez o favor de trazer os Terena para a reserva de Dourados, sendo que os Terena eram os inimigos tradicionais dos Kaiowá. Assim, tudo aquilo virou um imbróglio. Além disso, assassinatos e tantos conflitos internos, e mais ainda com fazendeiros, sem qualquer chance de subsistência, porque não tem terra para todo mundo plantar. Sob essas condições, a única opção de trabalho acaba sendo o trabalho escravo no corte da cana, que é algo que a pessoa aguenta alguns anos e depois não dá mais. Quando essa grande crise estourou, no final dos anos 1970, quem assume alguma esperança?

### “Gatos” e rezadores

Os capitães Kaiowá eram “gatos”. O termo “gato”, usado na Amazônia, é aquele que alicia a mão de obra. A fazenda contrata o “gato”, que reúne os trabalhadores numa forma de trabalho escravo. Então, o capitão vira o “gato” e esse agenciador acaba ganhando por cabeça de trabalhador. Assim, em vez de os fazendeiros irem direto pegar mão de obra indígena, eles precisavam passar primeiro pelo posto do SPI, e depois da Funai, e, aos poucos, os capitães

indicados pelo SPI e pela Funai vão assumindo essa função. Essas pessoas não tinham o menor interesse em recuperar as áreas das aldeias de onde vieram.

Quem assume o comando desse movimento que buscava recuperar as áreas indígenas são os rezadores. Fazem isso numa visão muito própria deles, de que a terra pertence ao criador, não pode ser apropriada, pois é para uso de todos, mas eles são o povo eleito para proteger as florestas e a terra em que vivem. O processo de retomada se torna um longo ritual que primeiro consiste em conseguir reunir os membros das famílias dispersas nas reservas. Depois, iniciam um processo de reza, que pode levar dois ou três anos, que culmina num batizado, pois eles fazem essa reza toda para se proteger. O sinal da retomada é transmitido aos rezadores no processo de reza e essa oração intensa é feita para proteger, porque eles vão certos de que não vai acontecer nada. Se acontece um incidente, matam um ou dois, é porque a reza não foi forte o suficiente e tem que começar de novo. A natureza desse processo é condizente com a visão cosmológica deles, e seguem uma linha de pensamento ativa muito própria deles.

**IHU On-Line** – Na sua fala, podemos perceber a centralidade da terra. Mas percebemos também a diferença de concepção sobre o que é a terra para índios e não índios. É por isso que se dá o conflito?

**Vincent Carelli** – É isso. Penso que a outra visão é de que a propriedade privada é a coisa mais sagrada do mundo para o ser humano. Isso está na boca do Caiado<sup>6</sup> ou do Lupion<sup>7</sup>. Veja: é a propriedade da terra,

não é a terra.

**IHU On-Line** – Então, a demarcação de terras continua sendo a grande luta dos povos indígenas no país?

**Vincent Carelli** – Sem demarcação, não há possibilidade de uma sobrevida enquanto sociedade. Esses padrões econômicos que eles, os ruralistas, acham que é legal é o que suplanta tudo. Isso ocorre em qualquer Brasil rural em que essa necessidade econômica imposta pelos ruralistas vem sempre antes.

**IHU On-Line** – Quais são os desafios para aproximar esses dois mundos, mostrando que é possível uma outra relação com a terra, não apenas pelo viés econômico?

**Vincent Carelli** – Quanto mais elite, maior é o ódio, o desprezo pelos índios, porque estão disputando terras, recursos. Eu acho que não tem mais como aproximar esses dois mundos. Tem que formar uma nova geração. Mas agora, com a educação dando marcha a ré, fica difícil.

**IHU On-Line** – As primeiras cenas de *Martírio* revelam sua entrada nas comunidades indígenas ainda no início da década de 1980. O que mudou na luta desses povos, comparando aquele momento com a atualidade?

**Vincent Carelli** – A demanda dos índios aumentou. Nos primeiros 20 anos, eles conseguiram duplicar a área deles, conseguiram reconquistar cinco áreas. Isso levou 20 anos, ao custo de muitas mortes. Hoje, tem mais de 30 áreas em demanda e isso não vai parar.

**IHU On-Line** – Mas como é essa luta hoje, é mais desigual? Pois de lá para cá tivemos uma nova Constituição.

seis mandatos consecutivos, de 1992 até 2015. Formou-se em Técnico em Contabilidade. Iniciou na década de 1970 os estudos em Direito na Mackenzie de São Paulo, mas não concluiu. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Cândido Rondon** (1865-1958): Cândido Mariano da Silva Rondon, conhecido como Marechal Cândido Rondon, foi um militar brasileiro. Desbravador do interior do país, criou em 1910 o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Teve seu primeiro encontro com os índios (alguns hostis, outros escravos de fazendeiros) quando construiu as linhas telegráficas que ligaram Goiás a Mato Grosso. Obteve a demarcação de terras de vários povos, entre eles os Bororo, Terena e Ofayé. Em 1939 foi nomeado presidente do Conselho Nacional de Proteção ao Índio. Recebeu do Congresso Nacional, em 1955, através de lei especial, o posto de marechal do Exército. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Ronaldo Caiado** (1949): médico e político brasileiro, filiado ao DEM. É senador da República por Goiás, sendo desde 2013, líder do Partido no Congresso Nacional. Caiado é membro de uma família de produtores rurais com forte presença na política de Goiás desde pelo menos meados do século XIX. Notabilizou-se por presidir a União Democrática Ruralista de 1986 a 1989, entidade que visa defender interesses dos produtores agrícolas. Concorreu à Presidência da República em 1989, obtendo menos de 1% dos votos. De 1991 a 1995 e de 1999 a 2014, foi deputado federal por Goiás. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Abelardo Luiz Lupion Mello** (1952): político brasileiro, foi deputado federal pelo Paraná por

**Vincent Carelli – *Martírio*** é endereçado diretamente ao Supremo Tribunal Federal - STF. A Constituição está sendo desmontada, basta ver as PEC em todas as áreas. Ela está sendo desmontada pelo Congresso, através das PEC, e pelo Supremo, justamente na criação dessa coisa esdrúxula que chamaram de “marco temporal”<sup>8</sup>. Isso veio no pacote da decisão aparentemente favorável de reconhecimento das terras da reserva Raposa Serra do Sol<sup>9</sup>, que foi um acordo fechado depois de uma pressão internacional. “Tudo bem, mas essa foi a última”. Foi esse o recado do Supremo com suas condicionantes, como a de que jamais uma área indígena demarcada poderá ser ampliada, e com o marco temporal, que diz que os índios que em outubro de 1988 estavam naqueles locais poderiam reivindicar aquelas terras. Aqueles que não estavam, adeus e “babau”.

Esse é exatamente o caso dos Guarani Kaiowá. Por que não estavam lá em 1988? Porque foram deportados e confinados em outros lugares por ação dos fazendeiros, por ação dos agentes do Estado e pela Missão Evangélica Caiuá<sup>10</sup>, que fez uma parceria diabólica com o SPI. Iam para os lugares que não estavam nas reservas e diziam: “Você quer saúde?

8 **Marco Temporal:** condicionante para demarcação de terras indígenas, instituída pelo Supremo Tribunal Federal, que determina que somente os povos que estavam nas terras reivindicadas como indígenas e que ocupavam fisicamente estas terras no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, têm direito a reclamar a posse. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Raposa Serra do Sol:** área de terra indígena (TI) situada no nordeste do estado brasileiro de Roraima, nos municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, entre os rios Tacutu, Maú, Surumu, Miang e a fronteira com a Venezuela. É destinada à posse permanente dos grupos indígenas Ingariçós, Macuxis, Patamonas, Taurepangues e Uapixanas. Raposa Serra do Sol foi demarcada pelo Ministério da Justiça através da Portaria Nº 820/98, posteriormente modificada pela Portaria 534/2005. A demarcação foi homologada por decreto de 15 de abril de 2005, da Presidência da República. Em 20 de março de 2009, uma decisão final do STF confirmou a homologação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, determinando a retirada dos não indígenas da região. Nas Notícias do Dia do site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU é possível ler diversas entrevistas especiais sobre o tema. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Missão Evangélica Caiuá:** é uma entidade das Igrejas Presbiteriana do Brasil (IPB), Presbiteriana Independente do Brasil (IPI) e Presbiteriana Indígena do Brasil (IIPB). Realiza trabalhos assistenciais nas tribos indígenas do país, com vistas a melhor qualidade de vida. Atua junto aos grupos indígenas Kaiuás, Guaranis, Xavantes e Kadwéus, localizados em diversos Estados do Brasil e do Paraguai. (Nota da **IHU On-Line**)

Ah, mas só atendo lá na reserva. Quer escola para teu filho? Mas só se for na reserva”. Essa foi a parceria que está recebendo não sei quantos milhões para tratar de saúde indígena no país, por conchavo de seu Jucá<sup>11</sup>, que já foi presidente da Funai e que justamente abriu as áreas indígenas para mineração, garimpo de ouro, madeiras. Ele está sempre nessa mesma frequência.

**IHU On-Line – No documentário, o senhor reconta a história de um ataque de índios a um fazendeiro. A sua narrativa subverte a que circulou nas redes sociais e na grande mídia, que colocava os índios como algozes. O que essa passagem revela para o senhor?**

**Vincent Carelli –** Revela a manipulação das direções, e é por isso que eu fiz questão de ir atrás. Como foi uma notícia tão debatida, compartilhada, divulgada, fiz questão de ir lá conferir como é que, verdadeiramente, aconteceu. Então, chegou um cara com uma arma, atirando nas pessoas, ou seja, mostrei a história ao revés. Eu achei a história meio esquisita porque os índios não atacam, a insurgência de Guaranis é pacífica, porque eles sabem muito bem que a relação de forças é desigual. Há massacres históricos que comecem no século XVII com a Guerra Guaranítica<sup>12</sup> e seguem ao longo dos tempos, mostrando que essa relação de forças não é para brincadeira. Até nessa história do filme tem um momento engraçado em que o repórter fala que “os índios saem de seu esconderijo fortemente armados”, e aí aparece um índio com um arquinho, flechinha... Toda a plateia que assiste isso [no filme], ir.

11 **Romero Jucá Filho** (1954): economista e político brasileiro. Está em seu terceiro mandato como senador. Foi ministro do Planejamento do Brasil, pedindo exoneração após a divulgação de uma gravação com Sérgio Machado, da Transpetro, publicada pela Folha de S.Paulo, em que Jucá sugere “um pacto” para barrar a Lava Jato. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Guerra Guaranítica** (1750-1756): é o nome que se dá aos violentos conflitos que envolvem os índios guaranis e as tropas espanholas e portuguesas no sul do Brasil após a assinatura do Tratado de Madri, no dia 13 de janeiro de 1750. Os índios guaranis da região dos Sete Povos das Missões recusam-se a deixar suas terras no território do Rio Grande do Sul e a se transferir para o outro lado do rio Uruguai, conforme ficara acertado no acordo de limites entre Portugal e Espanha. (Nota da **IHU On-Line**)

Fato é que a perspectiva dos índios é pacifista, é de resistência. Eles pensam: “Estou aqui, vou ficar aqui, porque é meu”. E o discurso é sempre assim: “Tudo bem, você quer me tirar? Então, é melhor você me matar, porque daí eu sou enterrado aqui e, de algum jeito, fico aqui”. Por isso, quando ouvi falar em índios assassinos, pensei: “Opa. Isso não é bem assim. Preciso ver isso, quero saber a versão dos índios”. Eu achei importante, era um desafio, mas valeu desconstruir essas versões.

**IHU On-Line – Esse episódio também traz um outro ponto: mulheres indígenas da própria aldeia que vendem para fazendeiros o vídeo do suposto ataque, que constitui a versão de que os índios haviam atacado primeiro. O que esse tipo de relação também revela?**

**Vincent Carelli –** Isso não é uma categoria do índio. Em qualquer comunidade há o traidor. Foram duas índias que eram merendeiras nas escolas das fazendas que venderam o vídeo. E, inclusive, uma outra mulher fala: “Elas são loucas por dinheiro, são bem próximas dos produtores”. Eu também fiz questão de mostrar isso, porque não adianta dizer: índio está no lado bom, e branco é mau. Não podemos ser maniqueístas assim, em todo movimento há o traidor, seja por interesses pessoais ou por outros motivos. Isso serve para complexificar, para não ficar somente no preto ou branco. E há muitos problemas. As sequelas psicológicas, sociais, culturais e as condições de vida que eles têm enfrentado são questões seríssimas.

**IHU On-Line – Como o senhor avalia a cobertura que a imprensa dá aos conflitos de terras envolvendo povos indígenas?**

**Vincent Carelli –** Não é só uma questão regional [de Mato Grosso], é nacional. A Bandeirantes, a Globo, são latifundiários; toda a grande mídia nacional repercute o discurso ruralista. Dizem que os índios querem

40% do Estado, quando querem 4%. E não há regionalismo ou qualquer argumento que possa contrapor, não se chega a dados etc. Funciona como uma caixa de ressonância de um discurso inflamado dos ruralistas. Isso não é só no que se refere à questão indígena; nunca se viu uma imprensa tão parcial.

### **IHU On-Line – E como o senhor vê o papel das redes sociais?**

**Vincent Carelli** – Para os índios, é uma maneira de fazer chegar a informação pelo menos a uma rede de aliados. Recebemos notícias de um ataque ao vivo. Eles aprenderam a fazer o midiativismo, porque todo mundo tem celular e grava as coisas. Esta é a única janela de comunicação mais direta.

### **IHU On-Line – Como compreender a resistência que tem havido dentro do Ministério da Justiça com relação ao trabalho de antropólogos, muitos tendo até a legitimidade de suas pesquisas questionadas?**

**Vincent Carelli** – É uma safadeza, é o Brasil obscurantista. Qual é o técnico do Ibama ou seja lá do que for que vai saber avaliar e olhar devidamente um povo ou um território? Esse movimento faz parte da jogada toda. Está se criminalizando esse trabalho. Lá na CPI [da Funai]<sup>13</sup> foram criminalizadas 90 pessoas entre procuradores, advogados, antropólogos e até jornalistas. Depois, viram que “pegava mal” e tiraram os procuradores da lista. Tudo isso faz parte de uma grande estratégia de criminalizar exatamente quem tem competência para fazer esse trabalho. Assim, fica fácil fazer qualquer discurso.

Eu vi todos os relatórios de demarcação dos grupos de trabalho forma-

dos na Era Lula e constatei que são trabalhos da maior seriedade, feitos por profissionais, historiadores. E por isso que agora o “bicho papão” virou antropólogo. Fui mostrar o filme nos acampamentos onde ele foi filmado e no final me perguntaram: “Mas você não é antropólogo?”. Falei que não. Se falasse que era antropólogo, não sei o que teria acontecido comigo. É aquela piada do Caiado discursando: “Até quando vai chegar um antropólogo na sua propriedade, sonhando que ali tinha índios”. Essa é a chacota dos ruralistas.

### **IHU On-Line – No filme, o senhor retrata também a forma como a luta indígena é tratada em Brasília, especialmente por parlamentares no Congresso. O que essa experiência revelou?**

**Vincent Carelli** – Era preciso ouvir os dois lados, a ideia era essa. O palco do ruralista é o Congresso e ali eles expressam os clichês e os preconceitos clássicos contra os índios. Dizem que índios são vagabundos, que relatório de demarcação é uma piada. Primeiro que eles querem falar de forma rebuscada sem saber, é algo que se faz ridículo do começo ao fim. Depois, tem aquele falso discurso nacionalista, quando o Heinze<sup>14</sup> balança um papel e diz: “O rei da Noruega veio aí visitar os Yanomami, e quem dirá que a Noruega e outros países não invadirão o Brasil para tomar nosso petróleo?”. Agora, veja que gozado: sabe quem comprou a primeira cota de pré-sal, para leiloar o país? A Noruega. Sempre digo que Noruega e esses outros países não precisam invadir o Brasil. Isso está fora de moda. Eles compram o Brasil. Ou seja, é um discurso completamente falso.

E ainda tem aquele teatro que fazem, dizendo: “Só por cima de meu cadáver! Os índios são paraguaios!”. Aliás, por isso a necessidade de voltar à Guerra do Paraguai<sup>15</sup>. A grande acu-

sação é de que os índios são do Paraguai e que estão invadindo o Brasil. Espera lá: foi o Brasil quem anexou essa área que era do Paraguai.

Na verdade, para eles, os índios são os fantoches. Aquele velho discurso militar paranoico de que o mundo vai tomar a Amazônia coloca desta vez a Funai, um órgão do Estado brasileiro, com ONGs internacionais como se quisessem desestabilizar a economia da agricultura brasileira ou tomar a Amazônia. E o que o Temer faz? Baixa um decreto autorizando “os gringos” a comprar terras na Amazônia<sup>16</sup>. O discurso é um, e a prática é radicalmente oposta. É de uma hipocrisia sem tamanho, e com esse discurso e depois a prática, eles acabam se revelando. Isso é ótimo, é um registro maravilhoso ter isso exposto assim no filme. Já pensou nos índios assistindo? Tenho passado muito o filme em aldeias. O povo chora e se revolta.

### **IHU On-Line – Gostaria que o senhor detalhasse como tem sido essa recepção nas aldeias.**

**Vincent Carelli** – A recepção pelos índios é muito boa, agradecem por eu ter produzido esse filme. Dizem que essa versão é um marco. Eles choram e agradecem, e isso não ocorre só onde filmamos, pois tem gente passando o filme em outras aldeias. Passaram na universidade em Dourados, em todas as aldeias das cidadezinhas do entorno e inclusive o filme chegou aos fazendeiros. Distribuímos 1.200 cópias para poderem ter e usar. Os procuradores também ficaram com cópias, mandaram para o juiz. Em toda a região a recepção é boa. Temos, ainda, recebido muitas pessoas pedindo para exibir o filme e fazer grupos de debate e projeção pública.

<sup>13</sup> **CPI da Funai e do Inkra:** Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Câmara dos Deputados que se propõe investigar as ações da Fundação Nacional do Índio - Funai e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - Inkra. Presidente pelo deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), a comissão foi instalada em 28-10-2015, numa iniciativa da Frente Parlamentar da Agropecuária. O sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU vem publicando reportagens sobre essa CPI. Confira em <http://bit.ly/1NPgtwD>. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>14</sup> **Luis Carlos Heinze** (1950): engenheiro agrônomo e político brasileiro, ex-prefeito de São Borja e atualmente deputado federal do Rio Grande do Sul, filiado ao Partido Progressista (PP). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>15</sup> **Guerra do Paraguai:** estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870 e foi o maior e mais

sangrento conflito armado internacional ocorrido no continente americano. O conflito teve início quando o governo de Dom Pedro II interferiu na política interna do Uruguai. A reação militar paraguaiá disparou a Guerra. (Nota da **IHU On-Line**)  
<sup>16</sup> O sítio do IHU, na seção Notícia do Dia, vem publicando uma série de textos sobre o tema. Entre eles *O governo Temer prepara MP para a venda de terras a estrangeiros*, disponível em <http://bit.ly/2zp9jDc> e *Governo Temer irá provocar danos irreversíveis à Amazônia*, disponível em <http://bit.ly/2zprgrf>. Acesse mais em [ihu.unisinos.br/mais-noticias/noticias](http://ihu.unisinos.br/mais-noticias/noticias). (Nota da **IHU On-Line**)

**IHU On-Line – E qual a reação de indígenas quando veem no seu filme um discurso como um desses parlamentares que o senhor cita?**

**Vincent Carelli** – É de revolta...

**IHU On-Line – E em Brasília, como foi a recepção do filme?**

**Vincent Carelli** – Foi uma catarse total. Xingavam os deputados, só não estavam preparados porque não levaram nem ovo e nem tomate, mas, se tivessem, teriam jogado. A plateia se insurgiu, foi maravilhoso. Foi uma sessão que os críticos consideraram histórica. Até porque as questões estavam muito frescas ainda, as coisas tinham acabado de acontecer.

**IHU On-Line – Entre os parlamentares, como foi? Alguma reação contra o senhor?**

**Vincent Carelli** – Não, não. Contra mim, nada. Bem, a maioria das

coisas que coloquei lá [no filme], eles que postam na internet. Eu descobri que eles têm orgulho do que dizem.

**IHU On-Line – Como o filme tem repercutido fora do Brasil? E como os outros países olham esses conflitos aqui no Brasil?**

**Vincent Carelli** – Lá fora, na Europa, nos Estados Unidos, as pessoas ficam chocadas. Em qualquer desses países, se um deputado fala 1% daqueles absurdos que aqui falam, no outro dia é demitido ou pede demissão. Essa é a parte mais chocante para eles, pois realmente é impensável. Estou acabando de chegar do Doclisboa<sup>17</sup>, e no meio da projeção, de repente, um brasileiro levanta. Ele surtou! Começou a xingar e a dizer: “Esse é o Brasil de m... Olha a

<sup>17</sup> **Doclisboa:** é o único festival de cinema em Portugal exclusivamente dedicado ao documentário. À sua organização está a cargo da Apordoc - Associação pelo Documentário. Saiba mais sobre a última edição do evento em [doclisboa.org/2017](http://doclisboa.org/2017). (Nota da **IHU On-Line**)

cara deles”. Ele gritava na sala, não aguentou o filme e foi embora. Isso foi um brasileiro em Lisboa. Ou seja, isso é algo que realmente não desce. Acho que um parlamentar japonês se suicidaria, mas Brasil é Brasil.

**IHU On-Line – O que significou para o senhor a experiência de *Martírio*, todo esse trabalho?**

**Vincent Carelli** – É a maior realização da minha vida. É um filme “feito com as tripas” e teve a felicidade de realmente comover as pessoas. O que mais se pode esperar? É por isso que, inclusive, considero que não é um filme meu, é do Brasil. Uma obra que todo mundo quer assistir não se pode ficar segurando de forma unilateral. Ainda mais num momento dramático para o Brasil. Pelo menos essa lição que os índios dão para a gente tem que circular.■

Assista ao Trailer de *Martírio* em <http://bit.ly/2ziVMoh>.

## Leia mais

- **Um martírio brasileiro.** Artigo de Fernando Del Corona, publicado na revista IHU On-Line, número 503, de 24-4-2017, disponível em <http://bit.ly/2yDqsd4>.
- **‘Martírio’ retrata 100 anos de luta pela sobrevivência dos guarani-kaiowá,** reportagem de El País, reproduzida nas Notícias do Dia de 26-9-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2hiLvu2>.
- **“É no trato com os índios que o Brasil se revela”, diz cineasta,** reportagem de Carta Capital, reproduzida nas Notícias do Dia de 4-4-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2zkF0gZ>.
- **Governo brasileiro não vê suicídios dos Guarani-Kaiowá como crise, diz jornal canadense,** reportagem do portal De Olho nos Ruralistas, publicada nas Notícias do Dia de 5-4-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2q7oXev>.
- **Extermínio guarani-Kaiowa,** reportagem de O Estado de São Paulo reproduzida nas Notícias do Dia de 19-7-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2oEE5j9>.
- **Guarani-Kaiowá.** “Uma luta que já dura um século”. Entrevista especial com Marco Antônio Delfino de Almeida, publicada nas Notícias do Dia de 7-11-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pamwZi>.
- **Guarani-kaiowá: um grito de desespero.** Entrevista especial com Egon Heck, publicada nas Notícias do Dia de 15-10-2011, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2oYdgc2>.
- **Guarani-Kaiowá.** “Uma luta que já dura um século”. Entrevista especial com Marco Antônio Delfino de Almeida, publicada nas Notícias do Dia de 7-11-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pamwZi>.

# Filosofia: ferramenta para iluminar a crítica sobre a realidade

Carolina Molina vai a Pierre Hadot para compreender a perspectiva da *filosofia como forma de vida*

João Vitor Santos

Quando se fala em Filosofia, logo vem a imagem daquele pensador num gabinete em meio a muitos livros, citando Aristóteles, Platão e outros, muito erudito, mas pouco conectado ao mundo concreto. Para a jovem Carolina Molina, graduada em Filosofia pela Unisinos, essa é uma visão equivocada. Talvez, tão equivocada quanto pensar noutra filosofia mais conectada como os dilemas da atualidade. “Parece-me que voltar à filosofia antiga não é meramente a opção por um conhecimento acabado de expertos sobre o tema. Trata-se de buscar nela elementos filosóficos que auxiliem e iluminem a reflexão crítica sobre a nossa realidade, desconstruindo os modos de subjetivação que nos determinam”, defende.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Carolina reflete sobre o conceito de *filosofia como forma de vida*. “Pierre Hadot contribui para a iluminação do debate sobre o fazer filosófico contemporâneo, especificamente sobre a relação que existe entre filosofia e forma de vida, isto é, sobre o papel que desempenha na cons-

trução da vida do próprio sujeito, como um caminho de subjetivação”, destaca. Ela ainda explica que, “por um lado, o campo da ação filosófica ficou reduzido ao discurso e, por outro, a filosofia se distanciou daquilo que foi seu sentido e essência originais: ser uma forma de vida”. Por isso, defende o regate do fazer filosófico existencial. “A filosofia pode contribuir muito, numa perspectiva do cuidado de si (*epimeleiaheauton*), para o enfrentamento dos atuais desafios e exigências de um mundo sempre mais conturbado”, pontua.

**Carolina Alejandra Reyes Molina** é chilena, possui graduação em Ciências Religiosas pela Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, no Chile, e em Filosofia pela Unisinos. Ela também integra a Comunidade Missionária de Cristo Ressuscitado.

Ela ministrou a palestra *A filosofia como forma de vida* no dia 9/11, dentro da programação do IHU ideias. Assista a íntegra da conferência em <http://bit.ly/2zzChOo>.

**Confira a entrevista.**

## IHU On-Line – No que consiste a ideia de filosofia como modo de vida, desenvolvida por Pierre Hadot?

<sup>1</sup> **Pierre Hadot** (1922-2010): filósofo francês, é um dos coautores do livro *Dicionário de ética e Filosofia Moral* (São Leopoldo: Unisinos, 2003). Suas pesquisas concentraram-se primeiramente nas relações entre helenismo e cristianismo, em seguida, na mística neoplatônica e na filosofia da época helenística. Elas se orientam atualmente para uma descrição geral do fenômeno espiritual que a filosofia representa. Em português, pode ser lido o livro de sua autoria *O que é a filosofia antiga?* (São Paulo: Loyola, 1999). Para uma resenha da obra, confira a revista Síntese

Carolina Molina – Para Hadot, a filosofia antiga era uma *prática existencial*, uma escolha, uma opção fundamental por uma determinada vida filosófica que desejava alcançar a sabedoria. Para atingir esse ideal, era necessário não apenas o conheci-

mento discursivo filosófico da lógica, da ética e da física, mas era imprescindível *viver* a lógica, a ética e a física. Isto é, havia uma distinção entre discurso filosófico e vida filosófica.

mento discursivo filosófico da lógica, da ética e da física, mas era imprescindível *viver* a lógica, a ética e a física. Isto é, havia uma distinção entre discurso filosófico e vida filosófica.

Desse modo, cada escola filosófica – seja o platonismo, o aristotelismo, o epicurismo ou o estoicismo e os movimentos cínico e céptico, cada um segundo sua proposta e opção

# “Filósofo não é aquele que constrói um grande sistema de pensamento, mas aquele que vive uma vida filosófica”

de vida – esforçava-se por viver uma *vida filosófica* sustentada pelo discurso. Uma parte central dessa prática filosófica se realizava através dos assim denominados *exercícios espirituais*. Tratava-se de práticas que podiam ser da ordem física, discursiva ou intuitiva, destinadas a produzir, em quem as praticava, a transformação necessária que levaria o exercitante a alcançar a sabedoria. Sócrates<sup>2</sup> era o ícone dessa concepção de filosofia, pois filósofo não é aquele que constrói um grande sistema de pensamento, mas aquele que vive uma vida filosófica.

Essa concepção da filosofia como forma de vida foi, segundo a visão de Hadot, predominante até os séculos III e IV da nossa era, quando foi assimilada pelo cristianismo, reduzindo a filosofia a um mero aparato conceitual como discurso teórico argumentativo da teologia.

## IHU On-Line – Como você compreende o fazer filosófico a partir da ideia da filosofia como um modo de vida?

**Carolina Molina** – Na perspectiva sugerida por Hadot, acredito que o fazer filosófico deveria, como foi nas suas origens, [pre]ocupar-se tanto com a dimensão especulativa teórica como com o caráter prático existencial do sujeito. Na perspectiva da filosofia como modo de vida,

Pierre Hadot contribui para a iluminação do debate sobre o fazer filosófico contemporâneo, especificamente sobre a relação que existe entre filosofia e forma de vida, isto é, sobre o papel que desempenha na construção da vida do próprio sujeito, como um caminho de subjetivação.

Devemos lembrar que a tradição filosófica ocidental enfatizou uma visão filosófica de caráter predominantemente científico-epistemológico, focada principalmente na produção de um discurso filosófico, técnico, especializado, reservado para alguns e separado da prática de vida, em prejuízo de uma filosofia de caráter mais existencial que implique ir além da teoria. Dessa maneira, por um lado o campo da ação filosófica ficou reduzido ao discurso e, por outro, a filosofia se distanciou daquilo que foi seu sentido e essência originais: ser uma forma de vida. Parece-me pertinente e necessário resgatar o fazer filosófico nesse campo existencial. A filosofia pode contribuir muito, numa perspectiva do cuidado de si (*epimeleiaheauton*), para o enfrentamento dos atuais desafios e exigências de um mundo sempre mais conturbado.

## IHU On-Line – Em que medida o estudo da Filosofia Antiga<sup>3</sup> pode nos inspirar a pensar saídas para os problemas de nosso tempo?

**Filosofia antiga:** é o período compreendido entre o surgimento da filosofia e a queda do Império Romano. A filosofia antiga nasceu de uma necessidade em explicar o mundo com explicações reais. Originalmente, todas as áreas que hoje denominamos ciências faziam parte da Filosofia: expressão, no mundo grego, de um conjunto de saber nascido em decorrência de uma atitude. (Nota da IHU On-Line)

**Carolina Molina** – O nosso tempo caracteriza-se, entre outras coisas, pelo uso de técnicas e meios de administração/gerenciamento/e controle da vida. Cada vez mais, a vontade e a liberdade dos indivíduos ficam submetidas às técnicas de controle e manipulação que determinam os estilos e os modos de vida.

Nesse sentido, e na perspectiva do que assinalei anteriormente, parece-me que voltar à filosofia antiga não é meramente a opção por um conhecimento acabado de expertos sobre o tema. Trata-se de buscar nela elementos filosóficos que auxiliem e iluminem a reflexão crítica sobre a nossa realidade, desconstruindo os modos de subjetivação que nos determinam. Com essa intenção e continuando a perspectiva da filosofia como forma de vida, é que Michel Foucault<sup>4</sup>, nos últimos anos da sua vida acadêmica, faz uma releitura da filosofia antiga, focando suas pesquisas no cuidado de si (*epimeleiaheautou*) com respeito às práticas, técnicas e procedimentos com os quais o sujeito se constitui a si mesmo. Desde essa perspectiva, ele não apenas critica os modos modernos

<sup>2</sup> **Sócrates** (470 a.C.-399 a.C.): filósofo ateniense e um dos mais importantes ícones da tradição filosófica ocidental. Sócrates não valorizava os prazeres dos sentidos, todavia escalava o belo entre as maiores virtudes, junto ao bom e ao justo. Dedicava-se ao parto das ideias (*Maiêutica*) dos cidadãos de Atenas. O julgamento e a execução de Sócrates são eventos centrais da obra de Platão (*Apologia* e *Críton*). (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 6-11-2006, disponível em <https://goo.gl/C2rx2k>; edição 364, de 6-6-2011, intitulada *História da loucura* e o discurso racional em debate, disponível em <https://goo.gl/wjqfL3>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-9-2010, disponível em <https://goo.gl/M95yPy>; e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <https://goo.gl/RX62qN>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault – Sua Contribuição para a Educação, a Política e a Ética*. (Nota da IHU On-Line)

de subjetivação, mas busca repensar a própria política, entendida como biopolítica.

Seguindo essa reflexão sobre a forma de vida, podemos também trazer a contribuição de Giorgio Agamben<sup>5</sup>, que dedicou algumas de suas obras à problematização da relação entre regra de vida e forma-de-vida, em que esta última dá origem à primeira, não o contrário.

### IHU On-Line – Que relações podemos estabelecer entre os “exercícios espirituais” de Inácio de Loyola<sup>6</sup> e os “exercícios espirituais” da Filosofia Antiga de Pierre Hadot?

**Carolina Molina** – A noção de exercícios espirituais é nuclear

<sup>5</sup> **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da Facoltà di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do Collège International de Philosophie de Paris. Formado em Direito, foi professor da Università di Macerata, Università di Verona e da New York University, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo estadunidense. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias – A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 4-9-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da **IHU On-Line**, de 17-9-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <https://goo.gl/zZRChp>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. Em 30-6-16, o professor Castor Bartolomé Ruiz proferiu a conferência *Foucault e Agamben. Implicações Ético Políticas do Cristianismo*, que pode ser assistida em <http://bit.ly/29j12pl>. De 16-3-2016 a 22-6-2016, Ruiz ministrou a disciplina de Pós-Graduação em Filosofia e também validada como curso de extensão através do IHU intitulada *Implicações ético-políticas do cristianismo na filosofia de M. Foucault e G. Agamben. Governamentalidade, economia política, messianismo e democracia de massas*, que resultou na publicação da edição 241<sup>a</sup> dos **Cadernos IHU ideias**, intitulado *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno*, que pode ser acessada em <http://bit.ly/1Y07S7>. Em 23 e 24-5-2017, o IHU realizou o VI Colóquio Internacional IHU – Política, Economia, Teologia. Contribuições da obra de Giorgio Agamben, com base sobretudo na obra *O reino e a glória. Uma genealogia teológica da economia e do governo* (São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução de: *Il regno e la gloria. Per una genealogia teologica dell'economia e del governo*. Publicado originalmente por Neri Pozza, 2007). Saiba mais em <http://bit.ly/2hCAore> (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>6</sup> **Inácio de Loyola** (1491-1556): fundador da Companhia de Jesus, a Ordem dos Jesuítas, cuja missão é o serviço da fé, a promoção da justiça, o diálogo inter-religioso e cultural. A Ordem teve grande importância na Reforma Católica do século XVI. Atualmente a Companhia de Jesus é a maior Ordem religiosa católica no mundo. Para saber mais sobre Loyola, acesse a edição 186 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/1lBwk2U>. Foi canonizado em 12 de março de 1622 pelo Papa Gregório XV. Festa-se seu dia em 31 de Julho. (Nota da **IHU On-Line**)

para o pensamento de Hadot. Podemos dizer que se constitui como o fio condutor de sua obra. Por isso é necessário atender bem à definição dessa noção, explicitada pelo próprio Hadot na obra *A filosofia como maneira de viver*<sup>7</sup>. Nela, Hadot diz que define exercícios espirituais como *uma* “prática voluntária, pessoal, destinada a operar uma transformação do indivíduo, uma transformação de si”. No seu livro *Exercícios espirituais e filosofia antiga*<sup>8</sup>, ele detalha o conceito de exercício: “diz-se de uma prática, uma atividade, um trabalho consigo mesmo. É uma ascese de si, entendida não no sentido moderno de ascetismo, abstinência ou restrição, mas na sua etimologia grega, *áskesis*, como exercício, esforço para renunciar aos prazeres sensíveis tendo em vista o aperfeiçoamento moral ou espiritual, ou ainda a realização de uma obra que exija o domínio da vontade”. Por outra parte explicita o sentido de espiritual: “diz-se da totalidade psíquica do indivíduo: imaginação, entendimento, sensibilidade, vontade”. Compromete a totalidade do espírito. Poderia também ser chamado de existencial, pois afeta a maneira de viver, de compreender o mundo, exigindo uma transformação do eu.

A noção de exercícios espirituais não surge como a primeira alternativa que Hadot decide empregar. Ele resistiu e tentou outras alternativas como: exercícios morais, exercícios éticos, exercícios intelectuais psíquicos, exercícios da alma, entre outras, mas essas expressões não expressavam o que de fato ele percebia nas escolas filosóficas. Essas denominações eram restritivas a alguns aspectos, moral, ético ou intelectual, enquanto os exercícios espirituais das escolas filosóficas certamente implicavam não só uma dimensão intelectual (definição, divisão, raciocínio, leitura pesquisa, amplificação retórica), mas também uma dimensão ética, pois contribuíam fortemente na terapêutica das paixões e esta-

vam relacionados às condutas. Neles também intervêm de forma considerável a imaginação, a sensibilidade, o corpo, isto é, eles se referem à totalidade do ser.

É claro que, num primeiro momento, ela pode fazer lembrar as práticas espirituais do cristianismo, particularmente as propostas de Inácio de Loyola, mas, segundo o próprio Hadot, estas práticas são apenas uma versão cristã das práticas greco-romanas. De fato, apenas no século II, quando o cristianismo se apresenta como filosofia, assumindo como base a filosofia grega, é que se pode falar da existência de exercícios espirituais religiosos e não religiosos.

“O fazer filosófico deveria, como foi nas suas origens, [pre] ocupar-se tanto com a dimensão especulativa teórica como com o caráter prático existencial do sujeito”

**IHU On-Line – De que forma podemos compreender a perspectiva espiritual na Filosofia Antiga? E como essa perspectiva aparece na Filosofia moderna e na contemporânea?**

**Carolina Molina** – Como in-

<sup>7</sup> São Paulo: É Realizações, 2016. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>8</sup> São Paulo: É Realizações, 2014. (Nota da **IHU On-Line**)

dicado anteriormente, a dimensão espiritual na antiguidade refere-se à totalidade da dimensão psíquica do indivíduo, do espírito. Talvez seja esclarecedor considerar que, para os antigos, o homem se encontra numa tensão agonística constante. Ele vive numa angústia existencial por viver rodeado pelo mal e essa angústia provém, de modo geral, dos juízos de valores que ele atribui às coisas. Frente a essa tensão agonística, a filosofia se torna terapia das paixões, um método de progresso *espiritual* que exige uma conversão, uma transformação do indivíduo na sua maneira de viver, na sua existência.

Além dos dois autores contemporâneos anteriormente citados – Foucault e Agamben – que compreendem a filosofia como forma de vida, o próprio Hadot cita outros na sua obra *O que é a filosofia Antiga*<sup>9</sup>, dizendo que seria necessária uma grande obra para descrever a recepção da visão filosófica antiga. Contudo ele se contenta em indicar alguns nomes, como Montaigne<sup>10</sup>, Descartes<sup>11</sup>, Kant<sup>12</sup>, Rousseau<sup>13</sup>,

Schopenhauer<sup>14</sup>, Emerson<sup>15</sup>, Thoreau<sup>16</sup>, Kierkegaard<sup>17</sup>, Marx<sup>18</sup>, Nietzsche<sup>19</sup>, W. James<sup>20</sup>, Bergson<sup>21</sup>, Wittgenstein<sup>22</sup>, Merleau-Ponty<sup>23</sup>. Todos eles, e outros, compreenderam a dimensão prática da filosofia como uma maneira de transformar a vida e perceber o mundo.

co-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, é também um precursor do romantismo. As ideias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. Sobre esse pensador, confira a edição 415 da **IHU On-Line**, de 22-4-2013, intitulada *Somos condenados a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política*, disponível em <http://bit.ly/ihuon415>. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Arthur Schopenhauer** (1788-1860): filósofo alemão. Sua obra principal é *O mundo como vontade e representação*, embora o seu livro *Parerga e Paralipomena* (1815) seja o mais conhecido. Friedrich Nietzsche foi grandemente influenciado por Schopenhauer, que introduziu o budismo e a filosofia indiana na metafísica alemã. Schopenhauer, entretanto, ficou conhecido por seu pessimismo. Ele entendia o budismo como uma confirmação dessa visão. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Ralph Waldo Emerson** (1803-1882): foi um famoso escritor, filósofo e poeta estadunidense. Fez seus estudos em Harvard para se tornar, como seu pai, ministro religioso. Foi pastor em Boston mas interrompeu essa atividade por divergências doutrinárias sobre a eucaristia. Em 1833 viaja pela Europa e encontra Mill, Coleridge, Wordsworth e Carlyle, cultivando uma profunda amizade com este último. De volta aos Estados Unidos, começou a desenvolver sua filosofia "transcendentalista", exposta em obras como *Natureza, Ensaio e Sociedade e solidão*. (Nota da **IHU On-Line**)

16 **Henry David Thoreau** (1817-1862): foi um autor estadunidense, poeta, naturalista, ativista anti-impostos, crítico da ideia de desenvolvimento, pesquisador, historiador, filósofo e transcendentalista. Ele é mais conhecido por seu livro *Walden*, uma reflexão sobre a vida simples cercada pela natureza, e por seu ensaio *Desobediência Civil*, uma defesa da desobediência civil individual como forma de oposição legítima frente a um estado injusto. A edição número 509 da **IHU On-Line** tem a obra do filósofo como tema de capa. Acesse em <http://bit.ly/2i1S4rV>. (Nota da **IHU On-Line**)

17 **Soren Kierkegaard** (1813-1855): filósofo existencialista dinamarquês. Alguns de seus livros foram publicados sob pseudônimos: Victor Eremita, Johannes de Silentio, Constantin Constantius, Johannes Climacus, Vigilius Haufniensis, Nicolás Notabene, Hilarius Bogbinder, Frater Taciturnus e Anticlimacus. Filosoficamente, faz uma ponte entre a filosofia de Hegel e o que viria a ser posteriormente o existencialismo. Boa parte de sua obra dedica-se à discussão de questões religiosas como a natureza da fé, a instituição da igreja cristã, a ética cristã e a teologia. Autor de *O Conceito de Ironia* (1841), *Temor e Tremor* (1843) e *O Desespero Humano* (1849). A respeito de Kierkegaard, confira a entrevista *Paulo e Kierkegaard*, realizada com Álvaro Valls, da Unisinos, na edição 175, de 10-4-2006, da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon175>. A edição 314 da **IHU On-Line**, de 9-11-2009, tem como tema de capa *A atualidade de Soren Kierkegaard*, disponível em <https://goo.gl/kZW87Z>. Leia, também, uma entrevista da edição 339 da **IHU On-Line**, de 16-8-2010, intitulada *Kierkegaard e Dogville: a desumanização do humano*, concedida pelo filósofo Fransmar Barreira Costa Lima, disponível em <https://goo.gl/cr4qoE>. (Nota da **IHU On-Line**)

18 **Karl Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século 20. A edição 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, a edição número 278 da revista **IHU On-Line**, de 20-10-2008, é intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <https://goo.gl/7aYkVWZ>. A entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira, foi publicada na edição 327 da **IHU On-Line**, de 3-5-2010, disponível em <http://bit.ly/2p4vpGS>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central de *O Capital*, obra de Marx, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/449>. (Nota da **IHU On-Line**)

9 São Paulo: Loyola, 1999. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Michel Eyquem de Montaigne** (1533-1592): escritor e ensaísta francês, considerado por muitos como o inventor do ensaio pessoal. Nas suas obras e, mais especificamente nos seus "Ensaio", analisou as instituições, as opiniões e os costumes, debruçando-se sobre os dogmas da sua época e tomando a generalidade da humanidade como objeto de estudo. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **René Descartes** (1596-1650): filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se sobretudo pelo seu trabalho revolucionário da Filosofia, tendo também sido famoso por ser o inventor do sistema de coordenadas cartesianas, que influenciou o desenvolvimento do cálculo moderno. Descartes, por vezes chamado de fundador da filosofia e da matemática modernas, inspirou os seus contemporâneos e gerações de filósofos. Na opinião de alguns comentaristas, ele iniciou a formação daquilo a que hoje se chama de racionalismo continental (supostamente em oposição à escola que predominava nas ilhas britânicas, o empirismo), posição filosófica dos séculos 17 e 18 na Europa. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Immanuel Kant** (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo. Kant teve um grande impacto no romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século 19, as quais se tornaram um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou noumenon), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendera a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A **IHU On-Line** número 93, de 22-3-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível em <http://bit.ly/ihuon93>. Também sobre Kant, foi publicado o **Cadernos IHU em formação** número 2, intitulado *Emmanuel Kant – Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuem02>. Confira, ainda, a edição 417 da revista **IHU On-Line**, de 6-5-2013, intitulada *A autonomia do sujeito, hoje. Imperativos e desafios*, disponível em <https://goo.gl/SIII5H>. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Jean Jacques Rousseau** (1712-1778): filósofo fran-

19 **Friedrich Nietzsche** (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras, figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou até o dia de sua morte. A Nietzsche, foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da **IHU On-Line**, de 13-12-2004, intitulado *Nietzsche: filósofo do martelo e do crepúsculo*, disponível para download em <http://bit.ly/H17xwP>. A edição 15 dos Cadernos IHU em formação é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*, e pode ser acessada em <http://bit.ly/HdcqQB>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista **IHU On-Line**, de 10-5-2010, disponível em <http://bit.ly/162F4rH>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência *A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica*, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosofias da diferença – Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Na edição 330 da revista **IHU On-Line**, de 24-5-2010, leia a entrevista *Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência*, concedida pelo professor Oswaldo Giacoia e disponível em <https://goo.gl/zuxC4n>. Na edição 388, de 9-4-2012, leia a entrevista *O amor fati como resposta à tirania do sentido*, com Danilo Bilate, disponível em <http://bit.ly/HzajpJ>. (Nota da **IHU On-Line**)

20 **William James** (1842-1910): teólogo, filósofo e psicólogo norte americano. Ao lado de Charles Peirce foi um dos fundadores do pragmatismo. Escreveu livros sobre a ciência da psicologia, religião, misticismo e filosofia do pragmatismo. Sua primeira obra foi sobre a aplicação do funcionalismo à psicologia, intitulado *Princípios de psicologia* (1900). Ao questionar a existência de Deus, a imortalidade da alma e o livre-arbítrio, ele publicou o livro *A vontade de crer e outros ensaios sobre filosofia popular* (1897). (Nota da **IHU On-Line**)

21 **Henri Bergson** (1859-1941): filósofo e escritor francês. Conhecido principalmente por *Matière et mémoire* e *L'Évolution créatrice*, sua obra é de grande atualidade e tem sido estudada em diferentes disciplinas, como cinema, literatura, neuropsicologia. Sobre esse autor, confira a edição 237 da **IHU On-Line**, de 24-9-2007, *A evolução criadora, de Henri Bergson. Sua atualidade cem anos depois*, disponível para download em <http://bit.ly/109AdXn>. (Nota da **IHU On-Line**)

22 **Ludwig Wittgenstein** (1889-1951): filósofo austríaco, considerado um dos maiores do século 20, tendo contribuído com diversas inovações nos campos da lógica, da filosofia da linguagem e da epistemologia, dentre outros campos. A maior parte de seus escritos foi publicada postumamente, com exceção de seu primeiro livro: *Tractatus Logico-Philosophicus*, em 1921. Os primeiros trabalhos de Wittgenstein foram marcados pelas ideias de Arthur Schopenhauer, assim como pelos novos sistemas de lógica idealizados por Bertrand Russell e Gottlob Frege. Quando o *Tractatus* foi lançado, influenciou profundamente o Círculo de Viena e seu positivismo lógico (ou empirismo lógico). A edição 308 da **IHU On-Line**, de 14-9-2009, apresenta a entrevista *O silêncio e a experiência do inefável em Wittgenstein*, com Luigi Perissinotto, disponível em <https://goo.gl/HGR6jZ>. A entrevista *A religiosidade mística em Wittgenstein*, concedida por Paulo Margutti, consta na edição 362 da revista **IHU On-Line**, de 23-5-2011, disponível em <https://goo.gl/0krYa>. (Nota da **IHU On-Line**)

23 **Maurice Merleau-Ponty** (1908-1961): escritor e filósofo líder do pensamento fenomenológico na França. Professor da Universidade de Lyon e na Sorbone, em Paris. De 1945 a 1952 foi coeditor (com Jean-Paul Sartre) do jornal *Les Temps Modernes*. Voltando sua atenção para as questões sociais publicou um conjunto de ensaios marxistas, em 1947, *Humanisme et terreur* (*Humanismo e Terror*), a mais elaborada do comunismo soviético no final dos anos 1940. Confira a edição 378 da revista **IHU On-Line**, de 31-10-2011, intitulada *Merleau-Ponty. Um pensamento emaranhado no corpo*, disponível em <http://bit.ly/vvjzJG>. (Nota da **IHU On-Line**)

## “A filosofia pode contribuir muito para o enfrentamento dos atuais desafios”

**IHU On-Line – Que nexos podemos estabelecer entre a filosofia como modo de vida de Hadot com o conceito de cuidado de si, de Foucault?**

**Carolina Molina** – No cerne da representação da filosofia como modo de vida, encontra-se uma distinção muito importante entre a *vida filosófica* e o *discurso filosófico*. Isto é, existe uma diferença, mas também uma estreita união e implicância, entre o que seria a vida filosófica e o discurso filosófico. Para os antigos, existe como parte do discurso uma teoria da lógica, da física e da ética, mas, por outro lado, existe a própria filosofia, isto é, um ato filosófico único de viver a lógica, a física e a ética. Trata-se não apenas de uma teoria lógica do pensar e falar bem, mas sobretudo de viver pensando e falando bem; não apenas da teoria física, mas viver contemplando o cosmos; não só a teoria ética da ação moral, mas também o agir e viver de maneira reta e justa. Considerando essa distinção e união entre discurso e prática filosófica, compreendemos por que Hadot é

enfático em assinalar que a filosofia contemporânea compreendeu, enfatizou e reduziu a filosofia ao campo meramente especulativo do conhecimento de si (*gnothiseautou*), esquecendo o significado, a relação e a predominância que, na antiguidade, comportava a vida filosófica, isto é, a dimensão do cuidado de si (*epimeleiaheautou*).

Seguindo esse resgate da dimensão prática existencial, ou seja, da filosofia como forma-de-vida, é sabido que Michel Foucault, nos últimos anos de sua vida acadêmica, direciona a sua pesquisa para a filosofia antiga, especificamente para a ética do cuidado de si (*epimeleiaheautou*). Foucault aborda a história da subjetividade através das práticas, técnicas de transformação do “si mesmo”, levantando uma crítica aos modos de subjetivação contemporâneos, interessando-se por abordar a partir dessa perspectiva a questão social e política, como por exemplo, o tema da governamentalidade, que implica o governo de si mesmo e dos outros.

Talvez seja interessante assinalar que, como o próprio Hadot diz, o diálogo inicial que se estava desenvolvendo entre ambos foi interrompido pela prematura morte de Foucault. No livro *Exercícios espirituais e filosofia antiga*, Hadot dedica um texto intitulado “Um diálogo interrompido com Michel Foucault. Convergências e divergências”. Tendo presente esse texto, seria possível dizer que as principais críticas de Hadot a Foucault dizem respeito à interpretação que ele faz dos exercícios espirituais (técnicas de si para Foucault) e da própria filosofia antiga como uma *estética da existência*. Hadot não está de acordo com essa compreensão.

**IHU On-Line – A partir das experiências do mundo de hoje, atravessado pela tecnologia, financeirização, disputa e polarizações, como podemos compreender o conceito de “cuidado de si”?**

**Carolina Molina** – As escolas filosóficas da antiguidade definiam-se por um modo de vida particular, uma visão de mundo, uma opção existencial. O conceito de *cuidado de si*, utilizado por Foucault, remete à dimensão ética que comportava a filosofia antiga (*epimeleiaheautou*). Essa dimensão ética de criar formas de vida está estreitamente ligada à dimensão social e política, que Foucault traz no governo de si e dos outros.

Nesse sentido, podemos dizer que o resgate dessa dimensão e responsabilidade prático-existencial da filosofia é pertinente, considerando o contexto político contemporâneo regido por uma economia política que através de diversas técnicas quase imperceptíveis administra, gerencia e controla a vida dos indivíduos e da população. Foucault denominou essa forma de governamentalidade da vida de biopolítica. Tendo presente esse contexto de governo e captura biopolítica da vida dos sujeitos, a ferramenta hermenêutica do cuidado de si, proposto por Foucault, é interessante para pensar a filosofia como um espaço em que se debate e se reflete criticamente, para pensar e criar novos conceitos, categorias, tornando possível diferentes modos de vida e de subjetivação como resistência aos modelos de subjetivação impostos pelo paradigma tecnológico caracterizado pelo controle, dominação e aniquilação da autonomia do outro. ■





[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)



[fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos](https://fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos)



[instagram.com/\\_ihu](https://instagram.com/_ihu)



[youtube.com/ihucomunica](https://youtube.com/ihucomunica)



[twitter.com/\\_ihu](https://twitter.com/_ihu)

# Instituições brasileiras precisam mudar para garantir equidade de gêneros no campo científico

Alice Rangel de Paiva Abreu

“**N**ão é mais suficiente aumentar o acesso. Isso tem sido feito com relativo sucesso e, hoje, o número de mulheres nos níveis iniciais do sistema no Brasil é bastante significativo. Mais importante, no entanto, são as desigualdades que existem quando você se debruça sobre as carreiras científicas e tenta entender por que tão poucas dessas mulheres conseguem atingir os mais altos níveis no sistema, quaisquer que sejam os indicadores utilizados”, destaca a professora Alice Rangel de Paiva Abreu, acerca da participação das mulheres na área acadêmica e científica. “Se no acesso o Brasil parece ter progredido de forma importante, na questão das mudanças estruturais estamos ainda engatinhando”, analisa, no artigo escrito para a IHU On-Line.

Alice Rangel de Paiva Abreu é professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Atualmente é diretora do GenderInSITE ([www.genderinsite.net](http://www.genderinsite.net)), um programa internacional para promover a questão de gênero em ciência, inovação, tecnologia e engenharia. Possui doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP e mestrado em Sociologia pela London School of Economics and Political Science – LSE da Universidade de Londres.

## **Eis o artigo.**

O Brasil não é diferente de muitos países do ocidente, com grandes avanços da participação da mulher na área de educação e ciência, mas com a permanência de importantes desafios, que se refletem na restrita participação da mulher nos altos níveis de decisão no sistema. Na verdade, o Brasil na última década tem apresentado números que o colocam em uma posição de destaque em relação ao número de mulheres com mestrado e doutorado, por exemplo. A consistente política de capacitação que tanto o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES implementaram ao longo das últimas décadas, bem como a forma de implementação que foi assumindo ao longo dos anos, fez com que as mulheres fossem a maioria dos pesquisadores com título de Mestrado desde 1998 e com título de Doutor desde 2004. No entanto, se olharmos a distribuição dos titulados por área, vemos que esse quadro se altera, uma vez que as mulheres são expressiva maioria nas ciências humanas e sociais, nas ciências da saúde e biológicas, mas não nas ciências exatas e nas engenharias, ainda que o percentual de doutoras brasileiras nessas áreas (30/40%) seja ainda importante se comparado com outros países. E mesmo dentro de algumas dessas áreas existe uma heterogeneidade na participação da mulher. Na graduação de Engenharia Química no Brasil, por exemplo, a maioria é de mulheres.

## “Maiores direitos na esfera social e econômica sem dúvida ajudam e abrem possibilidades reais de avanço na área de educação e ciência”

Questionada sobre que influência teve a Constituição de 1988 para as mulheres na ciência, penso que é difícil fazer uma relação direta, mas como comentamos no artigo citado abaixo, a Constituição de 88 traz avanços importantes para garantir a igualdade para a mulher na família e na sociedade:

[...] (A Constituição de 1988) avança em matéria de direitos sociais e expande a definição de família ao reconhecer as uniões estáveis e muitos outros arranjos, tais como as famílias monoparentais, as famílias nucleares e os domicílios liderados por mulheres como iguais entre si para efeitos de proteção do Estado. Foi também abolido o princípio do “Pátrio Poder”, ou a autoridade soberana do pai no interior da família. Em seu lugar a lei estabelece o “poder parental”, exercido pelo pai e pela mãe em igualdade de condições, direitos e deveres. A Carta Magna de 1988 também trouxe importantes avanços na proteção das mulheres no que diz respeito à integração das esferas produtiva e reprodutiva, refletindo mudanças culturais e sociodemográficas em curso. [...]

Maiores direitos na esfera social e econômica sem dúvida ajudam e abrem possibilidades reais de avanço na área de educação e ciência. Mas a área científica tem especificidades que precisam ser consideradas. Para formar um pesquisador, tanto homens como mulheres, o tempo de formação é longo, você precisa não apenas ter um diploma universitário, mas continuar seus estudos fazendo primeiro um mestrado, e depois um doutorado. Cada um desses momentos são momentos de decisão importantes, onde a pessoa tem que resolver se continua ou não a investir nessa formação. E uma vez com o doutorado, outra decisão importante é se irá de fato ingressar na carreira científica/acadêmica. O que parece certo, e muitos estudos mostram isso com clareza, é que esses momentos decisivos parecem levar a que mulheres, mais do que homens, desistam da carreira, levando a uma real perda de talentos no sistema. Não é à toa que os estudos sobre mulher e ciência falam no “cano que vaza” (the leaking pipeline).

Portanto, o que os estudos sobre mulher e ciência vêm insistindo é que não é mais suficiente aumentar o acesso. Isso tem sido feito com relativo sucesso, e hoje, como já dissemos, o número de mulheres nos níveis iniciais do sistema no Brasil é bastante significativo. Mais importante, no entanto, são as desigualdades que existem quando você se debruça sobre as carreiras científicas e tenta entender por que tão poucas dessas mulheres conseguem atingir os mais altos níveis no sistema, quaisquer que sejam os indicadores utilizados.

Assim, se olharmos entre o número de reitores nas universidades brasileiras, por exemplo, veremos que o número de mulheres é ainda bem pequeno. O mesmo pode ser dito em relação aos professores titulares, o mais alto nível da carreira acadêmica. Nesse caso, nem mesmo temos dados globais confiáveis. Mas alguns estudos de universidades específicas mostram que atingir o nível mais alto da carreira não é um processo fácil para as mulheres e o número de professores titulares em algumas áreas fica perto de 10/15%. Não é muito diferente quando olhamos, por exemplo, a participação de mulheres na Academia Brasileira de Ciências, que fica perto dos 25%, com percentuais muito mais reduzidos em áreas como Matemática e Engenharia. Esse não é um fenômeno apenas brasileiro. Um estudo do Inter Academy Partnership - IAP<sup>2</sup> mostra que

1 Abreu, A. R. P.; Oliveira, M. C. F.; Vieira, J. M.; Marcondes, G. S. (2016), “Presença Feminina em Ciência e Tecnologia no Brasil”. In: Abreu, A.R.P.; Hirata, H.; Lombardi, M. R. (Orgs) Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. São Paulo, Boitempo, 2016.

2 IAP Science Research Health. The Interacademy Partnership (2015). Women for Science: inclusion and participation in Academies of Science. A survey

esse é um fenômeno mundial e que o Brasil está de fato entre os países com o maior número de mulheres na Academia.

O exemplo mais claro é o das bolsas de produtividade do CNPq. Se olharmos as séries históricas das bolsas do CNPq no país, que vão desde as bolsas de iniciação científica até as de doutorado, veremos que em todas elas as mulheres não apenas são maioria já há alguns anos, como a trajetória é ascendente há muitos anos. A única bolsa onde isso não acontece é a de produtividade de pesquisa. Como se sabe, essa é a bolsa mais prestigiosa e competitiva do sistema, que premia cerca de 7 mil pesquisadores em todo o país. É a única bolsa em que as mulheres não atingem mais de 32/35% no total e onde no nível mais alto, o nível A, o percentual de mulheres fica em torno de 25%. Mas mais que isso, nessas bolsas esses percentuais são assim há mais de dez anos, a linha é reta, não há nenhuma inflexão ascendente na curva.

Exemplos como esse levaram a uma clara evolução nos estudos sobre mulher e ciência. As primeiras pesquisas enfatizavam não apenas a importância de aumentar o número de mulheres na área, mas também desenvolver indicadores confiáveis sobre o tema. A Comunidade Europeia é um bom exemplo de como essa primeira fase foi importante. A partir da criação de um comitê de assessoramento em gênero e ciência, que por 10 anos trabalhou o tema de forma intensa, com inúmeros estudos e relatórios, foi instituído o SHE FIGURES, que a cada três anos traz um retrato consistente, com indicadores significativos, da situação da mulher no sistema de ciência e tecnologia de todos os países da comunidade.

Ter um retrato real do que acontece permite o desenvolvimento de políticas que tentam atingir as causas mais profundas da persistente desigualdade. E muito claramente o que se viu ao longo dos anos, com o aumento significativo de pesquisas e estudos, é que não é a mulher que tem que ser “consertada”, mas sim as instituições. Se no acesso o Brasil parece ter progredido de forma importante, na questão das mudanças estruturais estamos ainda engatinhando. Mais uma vez o exemplo da Comunidade Europeia pode ser mencionado. No contexto do seu programa quadro de pesquisas, a comunidade vem apoiando um número importante de projetos que visam exatamente financiar a introdução de programas institucionais de equidade de gênero nas universidades e centros de pesquisa. São muitas vezes programas em rede, com várias universidades e centros implementando programas e avaliando os resultados. A lição mais importante dessas experiências é como esse processo é complexo e difícil. Fica evidente que a questão central é mudar a cultura, as normas, as práticas das instituições científicas, trazendo a perspectiva de gênero para o interior das instituições. Apesar das dificuldades, é impressionante ver como em muitas instituições científicas na Europa as lideranças, a maioria ainda homens, reconhecem de forma clara que trazer a questão da equidade de gênero é bom para a ciência.

Porque a transformação da produção do conhecimento é passo final nessa evolução. Que um comissário europeu (um dos mais altos cargos na comunidade europeia) diga claramente que uma ciência com equidade de gênero é uma melhor ciência, é algo extremamente positivo. E não porque as mulheres sejam intrinsecamente melhores pesquisadoras que os homens, mas porque atingir a equidade leva a uma maior diversidade e a novas perspectivas que podem ampliar a eficácia do processo de produção do conhecimento.

Creio que este último passo é o que mais assusta. A ciência está centrada na cultura de valorizar a excelência e baseada em métodos científicos rigorosos, e assim deve continuar. Mas é preciso reconhecer que as normas e práticas científicas atuais trazem elas mesmas grandes desvios e preconceitos que impedem o pleno desenvolvimento do conhecimento. Só poderemos enfrentar os grandes desafios do mundo contemporâneo se tivermos a totalidade dos talentos disponíveis. Nenhum país pode almejar um desenvolvimento pleno sem ciência e tecnologia, e para isso tem que poder contar com a totalidade das capacidades, que incluem homens e mulheres.

Um recente relatório da Elsevier, *Gender in the Global Research Landscape*<sup>3</sup>, que pela primeira vez conseguiu ter dados confiáveis de produção científica desagregados por sexo, é um bom exemplo de como homens e mulheres diferem na produção científica e como cada um traz particularidades que podem ser essenciais para aumentar a qualidade do todo. Os dados mostram, por exemplo, que as mulheres publicam mais artigos interdisciplinares, ainda que tenham menos colaboradores internacionais e apresentem menor mobilidade.

Para o Brasil, a mensagem a ser ressaltada é que precisamos avançar nas mudanças institu-

of the members of IAP: the Global Network of Science Academies. Pretoria, ASSAf, 2015.

3 Elsevier (2016) *Gender in the Global Research Landscape*. <https://www.elsevier.com/research-intelligence/campaigns/gender-17>.

cionais que levarão a uma melhor equidade de gênero e a uma melhor ciência para enfrentar os desafios atuais.■

## Referências

ABREU, A. R. P. *National assessments on gender equality in the knowledge society: gender in science, technology and innovation. Qualitative Report: Brazil*. Rio de Janeiro: WISAT - Women in Global Science and Technology and The Elsevier Foundation, Jan.2012. Disponível em: [http://wisat.org/data/documents/Brazil\\_Qual\\_GE-KS.pdf](http://wisat.org/data/documents/Brazil_Qual_GE-KS.pdf).

ABREU, A. R. P. Women for Science in Brazil. *International Sociological Association E-Bulletin*, Montreal, Canada, n. 16, p. 64-89, jul.2010.

Freehill, Abreu & Zippel (2015). "Gender, Science, and Occupational Sex Segregation". In: Pearson, W.; Frehill, L. M.; & McNeely, C.L. (Eds.) *Advancing Women in Science. An International Perspective*. Springer.

Abreu, A. R. P; Oliveira, M. C. F.; Vieira, J. M.; Marcondes, G. S. (2014), "Equidade de gênero na sociedade do conhecimento no Brasil: presença feminina na ciência e na tecnologia". Document de Travail du Mage, 18: 93-120.

## Leia mais

- **Telhado de vidro: quais os desafios da ascensão acadêmica feminina?** Reportagem publicada nas Notícias do Dia de 1-11-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2zdySHk>.

- **Mulheres na ciência: há equidade de sexo?** Artigo de Maria Augusta Maturana, publicada na revista IHU On-Line, número 510, de 4-9-2017, disponível em <http://bit.ly/2itlsNb>.

- **Políticas públicas para as mulheres: uma conquista brasileira em debate**. Revista IHU On-Line, número 387, de 26-3-2012, disponível em <http://bit.ly/2tvaFWM>.

- **Mulheres em movimento na contemporaneidade**. Cadernos IHU em formação, número 37, disponível em <http://bit.ly/2sjfS4u>.

# ObservaSinós

OBSERVATÓRIO DA REALIDADE E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
DO VALE DO RIO DOS SINÓS



[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

# Combate ao suicídio passa pela transformação da vida coletiva

Raquel Weiss salienta que, para Durkheim, é importante constituir laços sociais capazes de acolher os indivíduos, pois a sociedade moderna dissolveu os antigos laços de sociabilidade

Vitor Necchi

**A**o se discutir a “renúncia suprema”, um autor se impõe como referência imediata: o francês Émile Durkheim, que em 1897 publicou o livro *Suicídio*, obra seminal para a sociologia. “Durkheim fez questão de separar as causas individuais das tendências coletivas. Ele acreditava que os transtornos mentais não são suficientes para explicar padrões”, explica a cientista social Raquel Weiss, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Conforme Weiss, Durkheim pretendia explicar suicídios que não podem ser considerados produto de “loucura”, de acordo com o termo que adotou à época. “Mas aqui precisaríamos entrar em um debate sobre a própria ideia de loucura, que já não é a mesma do final do século 19”, salienta.

A pesquisadora lembra que o núcleo duro do argumento do autor “é o de que as taxas de suicídio dependem da qualidade do vínculo que é estabelecido entre as pessoas”. Ela afirma que, para Durkheim, “o ser humano é um ser social, portanto, aquilo que somos depende de nossa interação com o meio social que nos circunda”. Durkheim defendia “que se a existência coletiva não assume formas equilibradas, ela pode produzir sofrimentos nos sujeitos e, sobretudo, falha em oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento da subjetividade”.

Weiss salienta que Durkheim, em sua obra, aponta que o caminho para combater o suicídio “passa pela transformação da vida coletiva, pois se o suicídio tem causas coletivas, o combate a ele também deve ser da mesma ordem”. Para ela, “a solução passaria pela constituição de laços sociais capazes de acolher os indivíduos, pois, em seu diagnóstico, a sociedade moderna dissolveu os antigos laços de sociabilidade e ainda não havia conseguido constituir a base para outro tipo de laço”.

No entendimento de Weiss, o que se mantém absolutamente central é o argumento de que o vínculo é um elemento determinante para a constituição de uma subjetividade saudável. “O desafio passa por conseguirmos estabelecer vínculos que não sejam nem frouxos demais, e nem demasiadamente opressores, o que passa pela capacidade coletiva de acolher a diversidade dos seres humanos.”

**Raquel Weiss** é graduada em Ciências Sociais, mestra em Sociologia e doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP. É professora do departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e pesquisadora associada ao British Centre for Durkheimian Studies, da Oxford University.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – De que maneira Durkheim compreende o suicídio? E como ele inseriu a renúncia suprema no campo da sociologia?**

**Raquel Weiss** – Basicamente, o autor indica três tipos de suicídio: o altruísta, o egoísta e o anômico. O suicídio altruísta ocorre sempre que a vida do sujeito vale pouco diante

do todo, sempre que a coletividade se impõe como a coisa mais importante, de modo que se torna mais fácil abrir mão da própria existência em detrimento da coletividade. É o

“O pressuposto do qual Durkheim parte é o de que o ser humano é um ser social, portanto, aquilo que somos depende de nossa interação com o meio social que nos circunda.”

que ocorre em situações de guerra, que encorajam atos de grande abnegação e heroísmo.

O suicídio egoísta ocorre em contexto de ausência de vínculo, ou em que o vínculo do sujeito com as outras pessoas é demasiadamente frágil, de modo que se tende a levar uma existência demasiadamente autocentrada, como se a vida estivesse presa apenas por um fio muito tênue, que facilmente pode ser rompido.

Finalmente, o suicídio anômico é característico de contextos sociais disruptivos, nos quais o horizonte moral é pouco definido, provocando uma angústia que no livro *A educação moral* Durkheim<sup>1</sup> chamou de “mal do infinito”, fazendo referência a outro personagem de Goethe<sup>2</sup>, Fausto<sup>3</sup>. Essas seriam situações de

tristeza, nas quais a ausência de um padrão regulatório capaz de orientar a ação dos sujeitos pode tornar a vida insuportável. É algo que pode ocorrer em momentos de crises econômicas, políticas ou mesmo em situações familiares como as de divórcio ou viuvez, que podem desconfigurar os padrões de existência aos quais se estava acostumado.

**IHU On-Line – A perspectiva de Durkheim era sociológica. Por meio de observações estatísticas realizadas no final do século 19, constatou que o suicídio seguia variações constantes. No entanto, sabe-se que na causa de grande parte dos suicídios está algum transtorno de saúde mental. Como é possível convergir estas duas perspectivas para entender quem elimina a própria vida?**

**Raquel Weiss** – Durkheim fez questão de separar as causas individuais das tendências coletivas. Ele acreditava que os transtornos mentais não são suficientes para explicar padrões. Inclusive, ele abre caminho para pensar a causa social de certos transtornos psíquicos, sobretudo aqueles que não são de ordem inteiramente neurológica. Porém, há que se ressaltar que o seu interesse é explicar os suicídios que não podem

ser considerados produto de “loucura”, para usar seus termos. Mas aqui precisaríamos entrar em um debate sobre a própria ideia de loucura, que já não é a mesma do final do século 19.

**IHU On-Line – O suicídio, embora se trate aparentemente de um fenômeno individual, era compreendido por Durkheim como dependente de causas sociais. Como isso pode ser explicado?**

**Raquel Weiss** – O pressuposto do qual Durkheim parte é o de que o ser humano é um ser social, portanto, aquilo que somos depende de nossa interação com o meio social que nos circunda. Não se trata de uma relação determinista, mas de uma influência recíproca do meio sobre o sujeito, e vice-versa, que se repõe e se refaz continuamente. Portanto, ele defendia a ideia de que se a existência coletiva não assume formas equilibradas, ela pode produzir sofrimentos nos sujeitos e, sobretudo, falha em oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento da subjetividade.

O suicídio é um fenômeno individual porque se trata de um ato levado a cabo por uma pessoa, em virtude de sua trajetória singular e da maneira como ele ou ela constituem sua subjetividade e se posicionam diante das alegrias e dos sofrimentos na vida. Porém, diferentes formas de configuração social podem ajudar ou atrapalhar os sujeitos nesse processo, e por isso compreender as causas

1 **David Émile Durkheim** (1858-1917): nascido na França, ficou conhecido como um dos fundadores da sociologia moderna. Com Karl Marx e Max Weber, é considerado como o principal arquiteto da ciência social moderna e pai da sociologia. Foi sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo. Em 1895, fundou o primeiro departamento de sociologia de uma universidade europeia e, em 1896, criou um dos primeiros jornais dedicados à ciência social, intitulado *L'Année Sociologique*. Seu primeiro trabalho sociológico importante foi *Da divisão do trabalho social* (1893). Em 1895, publicou *As regras do método sociológico*. Com sua monografia seminal, *O suicídio* (1897), estudou as taxas de suicídio em populações católicas e protestantes. Trata-se de uma investigação social moderna pioneira que serviu para distinguir a ciência social em relação à psicologia e à filosofia política. O livro *As formas elementares da vida religiosa* (1912) apresentou uma teoria da religião, comparando a vida social e cultural das sociedades primitivas e a das sociedades modernas. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Johann Wolfgang von Goethe** (1749-1832): escritor alemão, cientista e filósofo. Como escritor, foi uma das mais importantes figuras da literatura alemã e do Romantismo europeu, nos finais do século 18 e inícios do século 19. Juntamente com Schiller, liderou o movimento literário romântico alemão *Sutrm und Drang*. De suas obras, merecem destaque *Fausto* e *Os sofrimentos do jovem Werther*. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Fausto**: protagonista de uma popular lenda alemã de um pacto com o demônio, baseada no médico, mágico e alquimista alemão Dr. Johannes Georg Faust (1480-1540). O nome Fausto tem sido usado como base de diversos romances de ficção, o mais famoso deles de Goethe, produzido em duas partes, tendo sido escrito e reescrito ao longo de quase 60 anos. A primeira parte – mais famosa

– foi publicada em 1806 e a segunda, em 1832 – às vésperas da morte do autor. Considerado símbolo cultural da modernidade, Fausto é um poema de proporções épicas que relata a tragédia do Dr. Fausto, homem das ciências que, desiludido com o conhecimento de seu tempo, faz um pacto com o demônio Mefistófeles, que o enche com a energia satânica insufladora da paixão pela técnica e pelo progresso. (Nota da **IHU On-Line**)

sociais é tão crucial para se ter um diagnóstico mais preciso sobre o fenômeno do suicídio em cada contexto específico.

“Compreender as causas sociais é tão crucial para se ter um diagnóstico mais preciso sobre o fenômeno do suicídio em cada contexto específico.”

26

**IHU On-Line – O campo do conhecimento que lida com transtornos de saúde mental se ocupa, com primazia, dos estudos acerca do suicídio. Que pesquisas a sociologia tem feito sobre o assunto?**

**Raquel Weiss** – Não posso fazer uma afirmação contundente sobre o assunto, pois não tenho seguido minuciosamente esse campo dentro da sociologia, mas, ao menos aqui no Brasil, esse campo tem sido nulo ou pouquíssimo desenvolvido, conforme demonstrado por meu colega da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, José Benevides Queiroz<sup>4</sup>, no último congresso da Sociedade Bra-

sileira de Sociologia<sup>5</sup>, que aconteceu em Brasília.

A minha hipótese a esse respeito é a de que os sociólogos têm ficado muito presos à letra do texto de Durkheim, e pouco a seu espírito. Explico-me. Normalmente o livro *O Suicídio* é tomado como grande exemplo de trabalho sociológico, com grande ênfase sobre a importância do método e do uso da estatística como instrumento central para a sociologia. Nesse campo, há vários estudos que debatem com Durkheim, para mostrar que concordam ou discordam de seus dados, do modo como processou as estatísticas, testando suas variáveis, analisando se em países com predominância de tal religião realmente as taxas são maiores, e assim por diante.

A minha interpretação do autor passa por outra via, que não desconsidera esta, mas que aponta para outra potencialidade da teoria, a meu ver mais relevante contemporaneamente. Acredito que o núcleo duro de seu argumento é o de que as taxas de suicídio dependem da qualidade do vínculo que é estabelecido entre as pessoas. Portanto, a sociologia poderá trazer contribuições importantes para esse campo se conseguir produzir análises sobre os tipos de vínculo que estamos produzindo na sociedade contemporânea.

**IHU On-Line – Durkheim tratou da possibilidade de notícias sobre suicídios estimularem pessoas a imitar esta prática. A decisão disseminada na imprensa mundial de não noticiar suicídios deve-se ao sociólogo francês ou, antes, ao chamado efeito Werther, em alusão ao personagem suicida do livro *Os sofrimentos do jovem Werther*, lançado por Goethe em 1774?**

**Raquel Weiss** – Na verdade, a ideia de Durkheim era justamente oposta à do “efeito Werther”<sup>6</sup>, que

foi aventada por David Phillips<sup>7</sup> em 1974, pois ele se opunha às teses que explicavam o suicídio pelo contágio ou pela imitação. A exposição do sujeito ao que se chama de “gatilho” pode, no máximo, ter impacto sobre a temporalidade do ato, acelerando seu processo, mas só exerce algum efeito em sujeitos que já estão, em alguma medida, dispostos a isto.

No final de seu livro, Durkheim passa em revista todas as soluções para combater o suicídio que eram aventadas em sua época e recusa qualquer proposta que passe pela ideia de criminalização ou repúdio moral às pessoas que seguiram por este caminho. O caminho, para ele, passa pela transformação da vida coletiva, pois se o suicídio tem causas coletivas, o combate a ele também deve ser da mesma ordem. De forma muito resumida, as duas principais causas de mortes voluntárias são as de tipo anômico e egoísta e, em ambos os casos, a solução passaria pela constituição de laços sociais capazes de acolher os indivíduos, pois, em seu diagnóstico, a sociedade moderna dissolveu os antigos laços de sociabilidade e ainda não havia conseguido constituir a base para outro tipo de laço.

O “remédio” prático para isso passaria pelo fortalecimento dos grupos profissionais, que poderiam operar como *locus* da constituição de vínculos mais impessoais do que a família e menos impessoais que os do estado. Esse, a meu ver, é o argumento mais datado e ao mesmo tempo mais potente da obra desse autor. O caráter datado se refere, evidentemente, à ideia sobre a centralidade dos grupos profissionais em nossa vida

inicial do Romantismo, considerado por muitos como uma obra-prima da literatura mundial, é uma das primeiras obras do autor, de tom autobiográfico. A obra é escrita em terceira pessoa e com poucas personagens. Após a sua primeira publicação, teria ocorrido, na Europa, uma onda de suicídios, atribuída à influência do personagem de Goethe, e que foi chamada “efeito Werther”. No entanto, esse impacto do romance sobre o número de suicídios nunca foi demonstrado. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>7</sup> **David Phillips**: sociólogo, leciona na Universidade da Califórnia em San Diego. Baseando-se em inúmeras pesquisas e estudos, criou o termo Efeito Werther em 1974, após comprovadas evidências ao comparar a mortalidade americana desde a Segunda Guerra Mundial e o aumento de suicídios no mês seguinte a ocorrências altamente divulgadas. Como fruto de suas pesquisas, recomendou que suicídios não fossem noticiados com ênfase pela imprensa. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>4</sup> **José Benevides Queiroz**: graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará, mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Lecionou na Universidade Federal de Sergipe e na Universidade de Fortaleza. Desde 2008 é professor da Universidade Federal do Maranhão, atuando nas áreas de teoria sociológica, sociologia econômica e pensamento social no Brasil. Desenvolve uma pesquisa sociológica sobre o fenômeno do suicídio no Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>5</sup> <http://bit.ly/2yPscA3> (Nota da autora)

<sup>6</sup> **Os sofrimentos do jovem Werther**: no original em língua alemã, *Die Leiden des jungen Werthers*, é um romance de Johan Wolfgang von Goethe lançado em 1774. Marco

moral – na verdade, trata-se de um argumento que o próprio autor abandonou no decorrer de sua obra –, pois contemporaneamente a vida profissional corresponde apenas à parte dos grupos aos quais pertencemos e, some-se a isso, para grande parte das pessoas a relação com o mundo do trabalho é de ordem estritamente pragmática. Claro que as relações nesse campo são importantes, sobretudo se considerarmos que muito da estima social que um indivíduo recebe vem de seu reconhecimento nessa esfera, seja por parte de seus colegas, seja por parte da sociedade de forma mais geral. Mas, atualmente, já não podemos pensar no mundo do trabalho da mesma forma, e sobretudo a ideia de corporações profissionais não é uma realidade de nossa época.

Porém, o que a meu ver se mantém absolutamente central é o argumento de que o vínculo é um elemento central para a constituição de uma subjetividade saudável. O desafio passa por conseguirmos estabelecer vínculos que não sejam nem frouxos demais, e nem demasiadamente opressores, o que passa pela capacidade coletiva de acolher a diversidade dos seres humanos.

“Ninguém comete suicídio porque é algo que está na moda, há sempre um conjunto muito complexo de fatores que subjazem a essa ação.”

**IHU On-Line – Conforme Durkheim, “o que pode contribuir para o desenvolvimento do suicídio ou do crime não é o fato de se falar deles, é a maneira como se fala”. Mais de cem anos depois, a imprensa começa a rever o silenciamento em torno do suicídio, ao reconhecer que se trata de um problema de saúde pública que precisa ser discutido. Os jornalistas leram mal Durkheim?**

**Raquel Weiss** – Não sei afirmar o quanto a teoria de Durkheim foi importante para o jornalismo, mas arrisco dizer que esse autor tem sido muito mal lido nos últimos cinquenta anos, e isso inclusive no campo das ciências sociais, e não apenas no Brasil. Há diversos fatores internos ao campo que poderiam explicar esse destino que teve a recepção do autor, mas isso é assunto pra outra conversa. O que importa aqui é o argumento de que falar sobre o suicídio não é um problema em si, mas é verdade que o “como” é algo que importa.

Primeiramente, acredito que a interdição a falar sobre o suicídio não diz respeito apenas aos argumentos aventados em torno do “efeito Werther”, isto é, da possibilidade de um contágio, mas passa também pelo fato de que o suicídio é um fenômeno tabu em diversas sociedades, inclusive a brasileira. O tabu tem uma função social, que é a de proteger o que é interdito, mas, ao mesmo tempo, na medida em que nos furtamos de falar sobre o assunto, também não conseguimos compreender suas causas e não avançamos no combate a suas causas.

Em segundo lugar, e aqui está o mais importante, já que estamos falando sobre o papel social da imprensa, é separar a discussão séria do assunto de sua espetacularização ou mesmo eventual glamourização. A espetacularização é sempre desrespeitosa com a memória da pessoa – e estamos sempre falando de uma pessoa que vivenciava alguma situação de sofrimento muito profundo – e com a família. Parece-me que a glamourização é o que pode produzir algo semelhante ao que se descreve

no efeito Werther, na medida em que se apresenta o suicídio como forma sublime de concluir a própria existência, ou quando se associa este destino à vida de pessoas extraordinárias. Porém, o ato de tirar a própria vida é demasiadamente exigente, pressupõe que a força infringida pelo sofrimento seja muito maior do que as forças contrárias que convocam à vida. Ninguém comete suicídio porque é algo que está na moda, há sempre um conjunto muito complexo de fatores que subjazem a essa ação.

**IHU On-Line – Durkheim propôs que o suicídio não fosse analisado como caso isolado, mas como um fenômeno social. Para sua análise, deveria ser considerada a incidência coletiva dele em uma sociedade e um tempo específicos. Isso se sustenta até hoje?**

**Raquel Weiss** – Quando Durkheim escreveu essa obra, ele estava preocupado em estabelecer o campo da sociologia como ciência autônoma, diferente da psicologia, e sua estratégia consistiu em tomar um fenômeno que se julgava individual para mostrar que ele dependia também de causas sociais. Partindo dessa premissa, seu argumento é o de que as taxas de suicídio não podem ser explicadas pela recorrência numérica de determinadas patologias de ordem psíquica. Todavia, sua intenção nunca foi a de dizer que a trajetória individual é irrelevante, de modo que a psicologia – e hoje podemos acrescentar, também a psicanálise e as neurociências – sempre desempenharão um papel importante para explicar esse fenômeno. Afinal, a sociologia poderia explicar que características sociais estão mais atreladas ao aumento ou diminuição das taxas de suicídio, mas não pode explicar por que foram tais indivíduos específicos que escolheram esse destino. Portanto, o que se sustenta até hoje é a ideia de que não basta compreender os mecanismos psíquicos dos sujeitos individuais, mas é preciso sempre considerar as características sociais, dais quais depende a incidência coletiva. ■

# Suicídio é sempre um abalo narcísico para os que ficam

Para Paulo Gleich, a onipotência nas relações afetivas faz com que as pessoas considerem possível salvar o outro com o amor, mas esse amor só tem valor quando o outro deseja recebê-lo

Vitor Necchi

**A**o se falar em suicídio, não há como estabelecer grandes generalizações. “O denominador comum do suicídio é apenas o fato de uma pessoa tirar a própria vida; o que antecede essa decisão, se longos anos de reflexão ou alguns segundos de desespero, é muito singular”, explica o psicanalista Paulo Gleich. Em relação aos sobreviventes, observa a importância de tentar ajudá-los a falar sobre o ocorrido. “Isso pode ser muito difícil para as pessoas próximas, que podem estar muito atemorizadas, angustiadas, raivosas.” Além disso, “é preciso respeitar o tempo do sujeito para conseguir falar da experiência”.

Para os familiares e amigos de quem se suicida, fica a pergunta acerca dos motivos, “jamais satisfatoriamente respondida, por mais cartas e bilhetes que se deixem”. O “por quê?”, além do questionamento mais direto, expressa também uma carga de culpa. “Um suicídio é sempre um abalo narcísico para os que ficam, pois sentem que faltaram, que deveriam ter feito mais, ter agido diferente”, traduz Gleich, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “Isso faz parte de nossa onipotência nas relações afetivas: sempre achamos que está a nosso alcance ‘salvar’ ou ‘segurar’ o outro com nosso amor, quando, na verdade, esse amor só tem valor quando o outro deseja recebê-lo.”

O suicídio é a quarta causa de morte de brasileiros entre 15 e 29 anos. Ao descrever a “pane geral no sistema” que ocorre na adolescência, Gleich salienta que a fragilidade que disso decorre torna o adolescente “mais suscetível a não vislumbrar saídas para seus impasses, como a dificuldade de encontrar um lugar no mundo – ou formas de matar simbolicamente a criança que fora para seus pais, que cada vez mais têm dificuldade em suportar essa perda”.

Assim, discutir o tema na escola “pode ajudar alguém que sofre de pensamentos suicidas a procurar ajuda”. Ao mesmo tempo em que reconhece que o tabu acerca do assunto gera isolamento, Gleich tem dúvida sobre a prevenção ao suicídio: “essa me parece uma ideia um tanto onipotente, por um lado, e com um cunho higienista, como ainda são muitas políticas de saúde”. Para ele, atribuir o suicídio a uma questão de saúde mental “é reduzir e individualizar um problema que reflete, também, sintomas de como se organiza nossa sociedade”.

**Paulo Gleich** é bacharel em Jornalismo e Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre – APPOA e do Instituto APPOA.

**Confira a entrevista.**

## **IHU On-Line – O que antecede a decisão do suicídio?**

**Paulo Gleich** – Ocorreu-me uma resposta aparentemente óbvia e tola, mas que talvez diga da complexidade

desse tema: o que antecede o suicídio é a vida. Ou seja, há tanto que antecede essa decisão, e é tão singular esse antecedente, que não é possível formular uma resposta que con-

temple alguma universalidade. Isso talvez porque o suicídio seja um fenômeno sob o qual se agrupam acontecimentos muito diferentes do ponto de vista do sentido: pode ser uma

“Uma tentativa de suicídio não é igual a outra, mas, como denominador comum, pode-se pensar que há ali algo sendo atuado, em vez de ser dito.”

medida desesperada diante de uma situação à qual não se vê saída, pode ser um ato de honra se inscrito em determinada cultura, pode ser uma tentativa de escapar de uma morte ainda mais angustiante, a morte psíquica – o que acontece em muitos casos de suicídios de psicóticos. O denominador comum do suicídio é apenas o fato de uma pessoa tirar a própria vida; o que antecede essa decisão, se longos anos de reflexão ou alguns segundos de desespero, é muito singular.

**IHU On-Line – Se a pessoa sobrevive à tentativa de suicídio, o que deve ser feito?**

**Paulo Gleich** – Novamente, difícil responder a essa questão sem contemplar a singularidade. Uma tentativa de suicídio não é igual a outra, mas, como denominador comum, pode-se pensar que há ali algo sendo atuado, em vez de ser dito. Assim, talvez o que se possa fazer com esse sobrevivente seja tentar ajudá-lo a falar sobre o ocorrido. Isso pode ser muito difícil para as pessoas próximas, que podem estar muito atemorizadas, angustiadas, raivosas – enfim, tomadas por diferentes afetos. Também é preciso respeitar o tempo do sujeito para conseguir falar da experiência, o que, novamente, às vezes é muito difícil para as pessoas mais próximas. Procurar um profissional *psí* pode, nesse momento, ajudar muito – nem que seja para que os familiares ou outras pessoas próximas possam encontrar auxílio para lidar com a situação. Isso também vale para situações de suspeita:

buscar conversar e escutar, ou então a ajuda de um profissional que possa avaliar a situação.

**IHU On-Line – Há casos em que o suicídio deveria ser considerado um direito da pessoa?**

**Paulo Gleich** – Aqui se coloca uma questão muito complexa, pois essa pergunta pode ser respondida desde vários âmbitos, com respostas diferentes. Um religioso dificilmente diria que sim – suicídio é, em muitas religiões, pecado; um legislador dificilmente diria que não – afinal de contas, cada um pode (ainda) dispor de seu corpo como lhe convier. A mim, como psicanalista, não cabe legislar sobre as escolhas de ninguém; mas, se alguém me procura com pensamentos ou planos de suicídio, preciso ajudá-lo a entender por que pensa que deve deixar de viver e, talvez, a criar outros sentidos para a vida, outras maneiras de lidar com seus impasses e angústias.

**IHU On-Line – Que contornos específicos tem a dor da perda para familiares e amigos de alguém que se suicida? Como elaborar este luto?**

**Paulo Gleich** – Talvez o que sempre fique, de alguma maneira, é a pergunta “por quê?”, jamais satisfatoriamente respondida, por mais cartas e bilhetes que se deixem. Essa pergunta tem, para os amigos e familiares sobreviventes, não apenas seu sentido mais explícito – o que o levou a tirar a própria vida? –, mas também uma carga de culpa. Por que

você fez isso comigo? Meu amor, minha presença não foram suficientes? Um suicídio é sempre um abalo narcísico para os que ficam, pois sentem que faltaram, que deveriam ter feito mais, ter agido diferente. Isso faz parte de nossa onipotência nas relações afetivas: sempre achamos que está a nosso alcance “salvar” ou “segurar” o outro com nosso amor, quando, na verdade, esse amor só tem valor quando o outro deseja recebê-lo.

Não há fórmula para o luto, cada um tramita suas perdas de maneira singular. Mas, no caso do suicídio, passa também por tramitar essa fantasia onipotente de que poderíamos ter salvo alguém se... se... se... Como todo luto neurótico, no final das contas, o que nos custa aceitar é o quanto somos falhos, insuficientes, impotentes.

**IHU On-Line – Suicídio é a quarta causa de morte de brasileiros entre 15 e 29 anos. Que vulnerabilidades a adolescência apresenta em relação ao suicídio?**

**Paulo Gleich** – A adolescência é, de forma simplificada, uma pane geral no sistema: muda o corpo e o olhar dos outros sobre o corpo, muda a relação com os pais, com os amigos, com o mundo. Adolescentes experimentam um enorme desamparo: seu mundo caiu, e o mundo que começam a construir no lugar ainda é muito frágil, sujeito à aprovação dos pais e à sustentação de uma precária autoimagem. A indiferença adolescente é um disfarce para

a profunda insegurança que sentem, na verdade o que acontece ao redor os afeta demasiado; por isso, criam essa casca de “não tô nem aí”, ou mesmo atitudes e visuais agressivos. Sendo assim, as crises na adolescência também são muito mais intensas: o fim de um amor pode equivaler ao fim do mundo, mesmo que por apenas alguns dias. Enfim: a fragilidade do adolescente também o torna mais suscetível a não vislumbrar saídas para seus impasses, como a dificuldade de encontrar um lugar no mundo – ou formas de matar simbolicamente a criança que fora para seus pais, que cada vez mais têm dificuldade em suportar essa perda.

**IHU On-Line – Algumas escolas têm discutido temas como bullying. Elas também não seriam espaços adequados e oportunos para se discutir a prevenção do suicídio?**

**Paulo Gleich** – Certamente: que se possa falar do tema, também na escola, pode ajudar alguém que sofre de pensamentos suicidas a procurar ajuda, falar sobre isso. O tabu gera um isolamento, uma sensação de que se vive aquilo sozinho, de que se é louco. Porém, tenho minhas dúvidas sobre a prevenção ao suicídio: essa me parece uma ideia um tanto onipotente, por um lado, e com um cunho higienista, como ainda são muitas políticas de saúde. De fato, atribuir o suicídio a uma mera questão de “saúde mental” é reduzir e individualizar um problema que reflete, também, sintomas de como se organiza nossa sociedade. Falamos muito sobre o bullying como um fenômeno entre crianças e adolescentes, mas falamos menos sobre como isso espelha uma lógica que em alguma medida nos organiza a todos: nos é mais fácil estabelecer um coletivo pela identificação de um excluído, um inimigo ao qual devemos combater, do que nos reunirmos em torno de algum ideal comum compartilhado. As variações nas taxas de suicídio ao redor do mundo indicam que ele é, também, produto da cultura de um tempo – mesmo que seja um indivíduo que o leve a cabo.

**IHU On-Line – Pais e responsáveis por crianças e adolescentes devem estar atentos a quais sinais? E o risco de sufocá-los por tanto cuidado?**

**Paulo Gleich** – É um risco elencar sinais porque sinais, justamente, enganam: podem ter vários sentidos. Alguém que comece a se vestir de preto, falar de morte e tristeza poderia ser um potencial suicida, mas também um adolescente que encontra sentido para a vida ao se juntar com outros para cultuar aquilo que os adultos repelem – e que repele os adultos: a morte. Não há um “perfil” de suicida, mas é importante que, mais perto ou mais longe, de acordo com os movimentos dos filhos, os pais possam acompanhá-los, manter-se à disposição para acolhê-los. Agora, essa questão do sufocamento é importante, pois os pais com frequência confundem cuidado com controle, e isso não apenas torna mais difíceis para os adolescentes os necessários ensaios fora do olhar dos pais, como também lhes transmite falta de confiança – neles e em sua capacidade de dar conta de si.

Penso que, mais que sinais a serem detectados, é importante que pais procurem ajuda se tiverem medos ou fantasias de que seus filhos estejam deprimidos ou pensando em suicídio. Um *psi* sensível deveria saber avaliar quem está precisando mais de ajuda, se o filho ou os pais. Não raro são estes últimos.

**IHU On-Line – Há preconceito em relação a quem tenta pôr fim à própria vida?**

**Paulo Gleich** – Sem dúvida. Há preconceito contra quem come e quem não come carne, quem dirá quem tenta tirar a própria vida! Como qualquer preconceito, porém, esse revela muito mais de quem julga que do julgado. Como é muito perturbadora a mera ideia de fantasiar e até mesmo desejar a própria morte, cria-se, para afastá-la de si mesmo, uma imagem na qual não nos reconhecamos. Assim, transfere-se um pensamento proibido, in-

consciente, para fora de si mesmo. O preconceito é uma ferramenta básica do pensamento, é como sustentamos nosso senso de identidade; porém, agir guiado por esse preconceito, atacando outros por aquilo que não se reconhece em si mesmo, é uma forma um tanto bárbara de sustentar uma identidade, no final das contas, frágil.

**IHU On-Line – Em algumas religiões, os ritos fúnebres dedicados aos suicidas costumavam ser diferentes. Por quê?**

**Paulo Gleich** – Um estudioso de teologia poderia responder isso com muito mais propriedade que eu. Para não dar uma resposta pouco honesta *made in Google*, compartilho uma hipótese que segue na linha do que falei anteriormente. Ao marcar um diferente, se estabelece uma relação de valores, de hierarquia – e desconfio que, na maioria das religiões, o suicida seja um morto “classe B”. Na religião cristã, faz todo sentido que se combata o suicídio: se o tempo todo se é lembrado que a vida que vale mesmo a pena é a que viria após a morte, por que se perderia tanto tempo com o calvário da vida terrena? Desconfio que, se não recaísse esse preconceito sobre quem decide sobre a própria morte, diminuiria drasticamente o número de fiéis – ao menos nos tempos em que se levava mais a sério a palavra de Deus. As religiões podem tratar dos assuntos divinos e de outros planos mais nobres que os terrestres, mas é na mundana realidade que elas exercem seu poder – e, por isso, não abrem mão de fiéis tão facilmente.

**IHU On-Line – A arte, particularmente literatura, cinema e música, é oportuna para subsidiar reflexões acerca do suicídio?**

**Paulo Gleich** – Acho que a arte sempre tem algo a nos ensinar. Para nós, psicanalistas, os artistas, sobretudo os escritores, nos precedem na leitura do mal-estar de nosso tempo. Sua antena capta primeiro

os movimentos tectônicos que nos afetam, como indivíduos e sociedade. Assim, me parecem excelentes formas de se aproximar do tema – não da forma como tantas vezes se pretende, “didática”, mas como disparador para oportunizar exercícios de pensamento, discussão, circulação da palavra.

Isso vale inclusive para *13 reasons why*<sup>1</sup>, embora o suicídio apareça ali como instrumento de vingança e culpabilização, com toda a estratégia montada pela personagem. Pessoalmente não gostei da série por esse viés, que, por outro lado, é consoante com a lógica ressentida que impera na atualidade. Tudo depende do que se faz com ela: se apenas se mostra como “material didático sobre suicídio”, é péssima; se é usado como dispositivo para problematizar essa e outras questões, como violência, problemas com os pais, questões amorosas etc., pode ser bastante potente.

<sup>1</sup> **13 Reasons Why**: é uma série de televisão americana baseada no livro *Thirteen Reasons Why* (2007), de Jay Asher, e adaptado por Brian Yorkey para a Netflix. A série gira em torno de uma estudante que se mata após uma série de falhas culminantes, provocadas por indivíduos selecionados dentro de sua escola. Uma caixa de fitas cassetes gravadas por Hannah antes de se suicidar relata treze motivos pelas quais ela tirou sua própria vida. (Nota da **IHU On-Line**)

Mesmo um produto cultural “ruim” pode ser um disparador oportuno, depende da forma como é apresentado e daquilo que suscita em termos de discussão e pensamento. É próprio da nossa lógica contemporânea atribuir qualidades intrínsecas às coisas, separando-as em boas e ruins – buscando, de preferência, excluir estas últimas, como se isso fosse consertar o mundo. É uma lógica de avestruz, que infantiliza e desresponsabiliza. A série mostra o suicídio sob uma ótica problemática? Falemos mais a fundo sobre esse assunto, pensemos por que é essa visão sobre suicídio que se difunde na cultura, em vez de apenas discutir se a exaltamos ou demonizamos.

### **IHU On-Line – A internet potencializa os riscos para um suicida?**

**Paulo Gleich** – Como não existe “um” suicida padrão, em muitos casos a internet pode lhe ser totalmente indiferente. Para alguns, no entanto – já tivemos notícias disso – ela pode, sim, até contribuir para precipitar o ato. Porém, não é “a internet” que potencializa os riscos, e sim as conexões que se podem estabelecer ali. A inter-

net potencializa todas as fantasias, ao colocá-las ao alcance da mão – bem como o contato com interlocutores que as compartilhem. Que isso tenha também efeito sobre alguns suicidas é, talvez, inevitável – infelizmente. Provavelmente viveremos ainda muitas transformações na e pela internet – e, umas tantas delas, como tudo na história da humanidade, serão menos desejáveis. Se dezenas de jovens tiraram a própria vida por ler uma fantasia romântica de Goethe<sup>2</sup> séculos atrás, como imaginamos salvar todos nossos adolescentes, tão ou mais frágeis que os de antanho, porém criados com a cornucópia de fantasias e conexões desse Aleph digital? É triste admitir, mas nossa onipotência esbarra na morte – mesmo dessa que, aparentemente, poderia ser controlada por ser executada pelas próprias mãos. ■

<sup>2</sup> **Johann Wolfgang von Goethe** (1749-1832): escritor alemão, cientista e filósofo. Como escritor, foi uma das mais importantes figuras da literatura alemã e do Romantismo europeu, nos finais do século 18 e inícios do século 19. Juntamente com Schiller, liderou o movimento literário romântico alemão *Sutrm und Drang*. Seu romance *Os sofrimentos do jovem Werther* (no original em língua alemã, *Die Leiden des jungen Werthers*), lançado em 1774, é considerado o marco inicial do Romantismo, tido por muitos como uma obra-prima da literatura mundial. De tom autobiográfico, foi escrito em terceira pessoa e com poucos personagens. Após a sua primeira publicação, teria ocorrido na Europa uma onda de suicídios, atribuída à influência do personagem suicida de Goethe, e que foi chamada “efeito Werther”. No entanto, esse impacto do romance sobre o número de suicídios nunca foi demonstrado. (Nota da **IHU On-Line**)

Ouse pensar  
o que ninguém pensou.  
**ihu.unisinos.br**

# É preciso quebrar o tabu

Para Robert Paris, pensar em se matar é mais comum do que se pensa, e disso decorre a importância de falar sobre suicídio

Vitor Necchi

**A**s mortes provocadas por aids e câncer começaram a ser combatidas com maior eficácia por meio de campanhas informativas, que estimulam as pessoas a conhecer o assunto, reconhecer sintomas ou sinais e saber onde procurar ajuda. “Não é diferente com o suicídio – as pessoas precisam entender que pensar em se matar é mais comum do que se pensa, que quem está nessa situação precisa de apoio e que é possível pedir e receber ajuda”, salienta Robert Paris, presidente do Centro de Valorização da Vida – CVV, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “Segundo a OMS [Organização Mundial da Saúde], com informação e ajuda é possível prevenir 90% dos casos.”

O “primeiro passo é quebrar o tabu sobre o assunto”, salienta Paris, porque “não se faz prevenção em silêncio”. Desta forma, ele defende que o tema seja debatido de maneira séria e aberta em ambientes tão distintos como escolas, empresas, templos religiosos, rodas de amigos e na mesa de jantar em família, ou seja, “onde existem pessoas que educam ou se importam com outras pessoas”.

Paris está à frente de um universo de 2 mil voluntários espalhados pelo Brasil,

que anualmente realizam mais de 1 milhão de atendimentos de brasileiros residentes no país e no exterior. “Somos a maior iniciativa não governamental de prevenção do suicídio que atua em todo o território nacional”, explica.

A metodologia do CVV é “conversar de maneira que a pessoa se sinta ouvida, respeitada integralmente e, dessa forma, desabafe, reorganize suas emoções e pensamentos, o que geralmente produz alívio”. Com isso, esperam que a pessoa se sinta fortalecida e busque atendimento médico ou de outros profissionais da área da saúde para tratamento psicológico ou psiquiátrico.

**Robert Gellert Paris Junior** é empresário, formado em engenharia e trabalhou na área comercial por mais de 20 anos. É presidente do Centro de Valorização da Vida – CVV, vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio – ABEPS e membro do board do Befrienders Worldwide ([www.befrienders.org](http://www.befrienders.org)), organização internacional que congrega entidades de 40 países que oferecem serviços voluntários de prevenção do suicídio.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – O Centro de Valorização da Vida – CVV realiza mais de 1 milhão de atendimentos anuais no Brasil. São expressivos os casos de pessoas que manifestam a intenção de se matar?**

**Robert Paris** – As pessoas que procuram o CVV geralmente o fazem por estarem em momentos difíceis, de naturezas variadas. Muitos expressam claramente de-

sespero e/ou desesperança e comentam que pensam ou estão planejando se matar; muitos deixam a ideia suicida nas entrelinhas, pois às vezes a pessoa tem dificuldades de expressar essa intenção

“Nosso trabalho é como uma espécie de pronto-socorro emocional, com voluntários devidamente selecionados e preparados para acolher, sem julgamentos, qualquer pessoa que peça nossa ajuda.”

até mesmo anonimamente para um voluntário do CVV.

**IHU On-Line – O CVV é apontado por especialistas como a principal referência à prevenção de suicídio no Brasil. Como ele opera? Que metodologia é empregada?**

**Robert Paris** – Somos a maior iniciativa não governamental de prevenção do suicídio que atua em todo o território nacional. Somos uma ONG independente, sem orientação religiosa e político-partidária, que se dedica a apoiar as pessoas que nos procuram, mantendo atendimento 24 horas, todos os dias. Nosso trabalho é como uma espécie de pronto-socorro emocional, com voluntários devidamente selecionados e preparados para acolher, sem julgamentos, qualquer pessoa que peça nossa ajuda. A proposta do CVV é conversar de maneira que a pessoa se sinta ouvida, respeitada integralmente e, dessa forma, desabafe, reorganize suas emoções e pensamentos, o que geralmente produz alívio. Buscamos que essa pessoa possa se sentir fortalecida, inclusive para buscar atendimento médico ou de outros profissionais da saúde para tratamento psicológico ou psiquiátrico. Pessoas em tratamento com profissionais da área de saúde mental também nos procuram pela disponibilidade constante e apoio que oferecemos.

**IHU On-Line – A repercussão da série *13 reasons why*, da Netflix, e a polêmica do jogo Ba-**

**leia Azul, que estimulava crianças e adolescentes a cometerem suicídio, tiveram impacto nos atendimentos do CVV?**

**Robert Paris** – Tivemos um aumento na procura pelo serviço do CVV e pelo curso de voluntariado em consequência do seriado *13 reasons why*, especialmente no primeiro mês após seu lançamento. Acreditamos que, apesar das ressalvas que devem ser feitas à produção do seriado (tendo como base as recomendações da Organização Mundial de Saúde sobre a forma de abordagem do tema), as pessoas passaram a dar mais importância aos sinais de pensamentos suicidas, falar mais abertamente sobre suicídio e passaram a buscar mais ajuda. Em relação ao Baleia Azul (que não podemos considerar de maneira nenhuma um jogo, mas sim uma atitude criminosa), não percebemos expressiva repercussão dentro do CVV.

**IHU On-Line – O suicídio é um problema de saúde pública. Os governos, em suas diversas instâncias, estão preparados para o enfrentamento desta questão?**

**Robert Paris** – De uma maneira geral, os governos estão se preparando. Há poucos anos o tema “prevenção do suicídio” era raramente endereçado pela maioria das secretarias de Saúde e mesmo no ministério. Hoje temos um movimento iniciado no Ministério da Saúde com a organização e análise dos dados sobre suicídio, o que permite a melhor elaboração de estratégias de ação de

prevenção. Em decorrência disso, houve a criação pelo Ministério da Saúde da linha telefônica de emergência para prevenção do suicídio, outorgada ao CVV, de número 188, para ligações sem tarificação, em implantação gradual em todo o país.

**IHU On-Line – Conforme a Associação Brasileira de Psiquiatria, 17% dos brasileiros já pensaram em suicídio. O que fazer para prevenir que pessoas eliminem a própria vida?**

**Robert Paris** – O primeiro passo é quebrar o tabu sobre o assunto. Não se faz prevenção em silêncio. Só foi possível mudar os números de mortes por aids e câncer com campanhas informativas, estimulando as pessoas a conhecer o assunto, reconhecer sintomas ou sinais e saber onde procurar ajuda. Não é diferente com o suicídio – as pessoas precisam entender que pensar em se matar é mais comum do que se pensa, que quem está nessa situação precisa de apoio e que é possível pedir e receber ajuda. Segundo a OMS [Organização Mundial da Saúde], com informação e ajuda é possível prevenir 90% dos casos.

**IHU On-Line – Há muito tabu e preconceito em relação ao suicídio. Isso atrapalha que o tema seja abordado de maneira mais clara e objetiva? Onde se deve discutir o assunto?**

**Robert Paris** – O CVV entende que esse assunto pode e deveria ser debatido de forma séria e aberta

em escolas, RH das empresas, templos religiosos, rodas de amigos e na mesa de jantar em família – ou seja, onde existem pessoas que educam ou se importam com outras pessoas. É o mesmo caminho trilhado pela prevenção de DSTs [doenças sexualmente transmissíveis], por exemplo, que hoje já é abordado por muitos lares na educação de filhos. Há não muitos anos existia o tabu de que falar sobre suicídio poderia incentivá-lo; hoje esse tabu está sendo quebrado e, principalmente neste ano, em especial na campanha do Setembro Amarelo, foram muitas as iniciativas de esclarecimento. Esperamos

que passe a ser discutido amplamente, em breve.

### IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

**Robert Paris** – O CVV é uma ONG com 55 anos de trabalho voluntário, oferecido gratuitamente. Fomos nos adaptando à evolução dos meios de comunicação, agregando ao telefone outras formas de atendimento, como chat, e-mail e Skype. Nossos voluntários já estão atendendo remotamente, sem necessariamente se deslocarem para um dos 80 postos de

atendimento. Porém, o que não muda é a necessidade de termos sempre novos voluntários. São pessoas sem uma formação técnica específica, com pelo menos 18 anos de idade e disponibilidade de quatro horas por semana para o trabalho. A inscrição é feita pela internet (cvv.org.br). Elas participam de um programa de formação e, uma vez que se identificarem com a causa e os valores do CVV e aprenderem a forma de atuação, começam seus plantões de atendimento. Hoje somos cerca de 2 mil voluntários em todo o Brasil recebendo contatos de brasileiros, inclusive residentes em outros países. ■

ihu.unisinos.br

Foucault e Agamben – Pr...  
188 visualizações • 6 meses atrás

Apresentação Marilene Maia - II Seminário...  
1.099 visualizações • 2 anos atrás

Prof. Dr. Umberto Galimberti - O ser humano  
630 visualizações • 4 meses atrás

Ética, Memória, Esperança.  
Uma perspectiva de triunfo da Justiça e da Vida  
1:12:31

III SEMINÁRIO XIV SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU  
6 de agosto a 20 de novembro  
1:40:17

Adriano Correia  
mal radical e a...  
ações • 11 meses atrás

A técnica como segunda natureza humana no...  
483 visualizações • 11 meses atrás

Foucault além de Foucault: uma política da Filosofia...  
395 visualizações • 6 meses atrás

50 anos de...  
1:09:24

Conservadora: impactos...  
328 visualizações • 11 me...

Curso d...

**Acompanhe nosso canal do Youtube**  
**youtube.com/IHUComunica**

# CICLO DE DEBATES: TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO VALE DO SINOS

## O mundo do trabalho, emprego e renda no Vale do Sinos

**05** de dezembro de 2017  
(terça-feira) | 14h às 18h

**Profa. Dra. Marilene Maia** – UNISINOS e  
**Prof. Dr. Moisés Waismann** – UNILASSALE

Sala Ignacio Ellacuría e  
Companheiros – IHU

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)



# Viver não é tarefa fácil

Para Fernando Sapaterra, o cerne da obra de Camus não é o suicídio, mas as dimensões da existência do homem em sua relação consigo e com o mundo

Vitor Necchi

O franco-argelino Albert Camus é categórico já na primeira frase de seu ensaio *O mito de Sísifo*, publicado em 1941: “Só existe um problema filosófico realmente sério: é o suicídio. Julgar se a vida vale ou não a pena ser vivida é responder à questão fundamental da filosofia”. Fernando Sapaterra lembra que o autor, “ao dizer que o suicídio é o verdadeiro problema filosófico, afirma conjuntamente que saber se a vida vale ou não vale a pena ser vivida é o que interessa”, e “o restante passa a ser sempre um problema secundário”. No fundo, Camus não responde diretamente à questão de por que alguém recusaria a própria vida. “Não há uma resposta suficiente para o suicídio”, comenta Sapaterra, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Conforme Sapaterra, Camus “diz que a existência é propriamente uma separação, um divórcio, entre o homem e seus pares, entre o homem e o mundo, entre o homem e seus anseios, entre o homem e a natureza, entre o homem e sua natureza”. Ele chega a “afirmar duramente contra o suicídio, tratando-o como um insulto à existência”, afinal, “suicidar-se significa querer suplantar a única coisa que temos e que é a possibilidade de felicidade: nós mesmos e nossa relação com o mundo”.

O suicídio “é como uma confissão, um assentimento a uma existência sem nenhum valor”. Sapaterra reconhece: viver não é tarefa fácil. E Camus diz que “pensar é começar a ser minado”. Para Camus, o suicídio é “fuga”, “insulto à existência”, “negação de si mesmo”. No entendimento de Sapaterra, “apenas parece ser o caminho mais acessível para romper com o absurdo em que a existência está mergulhada”. No entanto, o único modo de afrontar o absurdo não é o suicídio, mas, nas palavras do autor, a “manutenção da confrontação desesperada entre a interrogação humana e o silêncio do mundo”. Sapaterra sintetiza: “Questionar, colocar em suspeição, indagar-se sobre o sentido da vida, sobre a existência, sobre o que é o homem e o que faz sobre a terra, sobre o mundo e sua incompreensão, entre outras coisas, ao invés de dar suporte ao ideário suicida, distancia o homem dele”.

**Fernando Sapaterra** é licenciado em Filosofia pela Faculdades Associadas do Ipiranga – FAI, bacharel em Teologia, mestre e doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Leciona no Centro Universitário Assunção e no Mosteiro de São Bento de São Paulo.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Albert Camus, em *O mito de Sísifo*, escreveu que o suicídio é a única questão filosófica realmente séria. Qual o alcance desta afirmação?**

**Fernando Sapaterra** – O próprio Camus, ao dizer que o suicídio é o verdadeiro problema filosófico, afirma conjuntamente que saber se a vida vale ou não vale a pena ser vivi-

da é o que interessa. O restante passa a ser sempre um problema secundário. Há, com isso, a afirmação de que todo e qualquer problema só pode ser formulado se se considerar o ho-

“Tendo como princípio que a existência é problemática, é preciso admitir o absurdo extraindo-se dele três consequências: a revolta, a liberdade e a paixão.”

mem e sua existência, e, em suma, o verdadeiro problema filosófico é um problema existencial.

Ao se suprimir a existência, finda o que seria realmente sério para ser tratado. Por que podemos dizer que isso é um problema? Em geral, dizemos que problema opõe duas teses ou proposições distintas normalmente opostas, segundo as considerações de Aristóteles. No caso de Camus, as teses opostas envolvem o fundamento de toda possibilidade de qualquer coisa vir a ser. Se o existir não possui valor algum, sendo ele mesmo contingente, é porque nada pode vir a ser o que é – ruiaria nosso universo de conceitos, símbolos, analogias, significados, interpretações etc.

De um lado, está a possibilidade de que a vida vale a pena, e de outro, o seu contrário. Todavia, se suprimirmos a primeira possibilidade, conseqüentemente o problema também seria suprimido, dado que a formulação dos problemas passa pela assertiva do homem com sua razão, seus sentimentos, suas percepções e seus projetos. Isso é sinal de que o verdadeiro problema está no homem em relação a tudo o que lhe cerca, o qual Camus traduz em *O mito de Sísifo* em termos da sede de unidade, de razoabilidade e de absoluto que possui o homem em confronto com a irredutibilidade desse mundo a um princípio racional e razoável.

**IHU On-Line – O que é o absurdo da condição humana e como isso se relaciona com a renúncia da vida?**

**Fernando Sapterro** – O filósofo-literato franco-argelino diz que a existência é propriamente uma separação, um divórcio, entre o homem e seus pares, entre o homem e o mundo, entre o homem e seus anseios, entre o homem e a natureza, entre o homem e sua natureza. Isso é uma evidência apresentada, antes de mais nada, por meio de um sentimento designado sentimento absurdo. Chama-se absurdo pois assemelha-se ao significado da noção latina do termo, “algo que tem características tão estridentes que ferem a audição”, e, por extensão, o que é ensurdecedor, o que é dissonante e desarmonioso. A desarmonia está posta entre o homem, o mundo e a relação entre eles. Essas três instâncias – homem, mundo e relação – aparecem dissonantes. O homem possui o desejo de unidade e de absoluto, o mundo é um verdadeiro desarrazoado de contradições e antinomias, e, entre um e outro, há confronto, divórcio, luta sem descanso. Em suma, o homem grita pelo mundo que permanece em silêncio, sem nada lhe responder. Esse divórcio chamado absurdo é a síntese do viver humano, conflituoso em si, manifesto pela consciência da cisão existente na relação consigo mesmo e com o mundo. Sendo assim, viver, significa aceitar essa condição existencial, de modo que a enfrentar dia e noite, sem cessar, o “confronto permanente do homem com sua própria obscuridade”.

Como já dito anteriormente, suprimir o absurdo é suprimir a própria existência, findando por fazer cessar o problema. Ora, se há três instâncias consideráveis, uma delas, ape-

nas, apresenta-se como possível para eliminar o absurdo, o suicídio, já que não se pode acabar com o mundo. No entanto, tendo como princípio que a existência é problemática, é preciso admitir o absurdo extraindo-se dele três consequências: a revolta, a liberdade e a paixão.

**IHU On-Line – Para Camus, por que alguém recusaria a própria vida?**

**Fernando Sapterro** – No fundo, Camus não responde essa questão diretamente, não há uma resposta suficiente para o suicídio. Esse tema foi apontado pelos estoicos na antiguidade, que o admitiam como uma forma de viver autárquico, todavia, não é assim que Camus o enxerga. Ele afirma em *O mito de Sísifo*: “a experiência absurda se afasta do suicídio. Pode-se acreditar que o suicídio se segue à revolta. Mas é engano. Porque ele não representa o resultado lógico. É precisamente o seu contrário, pelo consentimento que envolve”. Isso ocorre por uma simples constatação: só há absurdo porque há propriamente a cisão, e, por isso, consciência e recusa da morte. Ele chega a afirmar duramente contra o suicídio, tratando-o como um insulto à existência. Isso porque suicidar-se significa querer suplantear a única coisa que temos e que é a possibilidade de felicidade: nós mesmos e nossa relação com o mundo.

**IHU On-Line – Questionar o sentido da vida é o que sustenta a ideia suicida?**

**Fernando Sapaterra** – Como é possível perceber no que foi dito, e também nos seus ensaios, literatura, teatro, textos políticos e jornalísticos, o caminho tomado aponta para outro rumo que não o do suicídio. Este é como uma confissão, um assentimento a uma existência sem nenhum valor. Viver não é tarefa fácil, e nosso autor diz que “pensar é começar a ser minado”. Embora, sendo minado, o suicídio é para Camus “fuga”, “insulto à existência”, “negação de si mesmo”. Ele apenas parece ser o caminho mais acessível para romper com o absurdo em que a existência está mergulhada. O único modo de afrontar o absurdo não é o suicídio, mas a “manutenção da confrontação desesperada entre a interrogação humana e o silêncio do mundo”. Questionar, colocar em suspeição, indagar-se sobre o sentido da vida, sobre a existência, sobre o que é o homem e o que faz sobre a terra, sobre o mundo e sua incompreensão, entre outras coisas, ao invés de dar suporte ao ideário suicida, distancia o homem dele.

**IHU On-Line – Para Camus, a razão é impotente quando a alma busca explicação totalitária, e nem mesmo a razão consegue amainar as incertezas. É possível alcançar a felicidade, frente ao absurdo?**

**Fernando Sapaterra** – A razão sempre será impotente. A explicação está no fato de a existência transcender o âmbito da pura razão, pois, se fosse redutível a ela, certamente traduziríamos a existência em caracteres lógicos, tal como funciona a ciência. Por isso, a ordem estética é tão necessária. Nela, é como se pudéssemos retratar a vida e seu existir. Enquanto a razão absurda preza pela descrição, a arte toma parte na profundidade da existência e lança o homem na sensação. Todavia, não é ela um refúgio para o absurdo, como diz Camus. É, sim, um fenômeno absurdo, “é a renúncia do pensamento a seus encantos e sua resignação a não ser mais do que a inteligência”. Camus pensa,

porém, que mesmo a Filosofia tem sua parte “criadora”, ao recorrer às analogias, às interpretações, aos enunciados, aos personagens, aos símbolos. Filosofar, nesse sentido, é escrever por imagens mais do que por raciocínios.

É justamente nesse campo imagético que ele afirma: “É preciso imaginar Sísifo feliz”. Quem é Sísifo? É o personagem mítico condenado pelos deuses a carregar uma pedra montanha acima, com seu peso insuportável, durante o dia, para ver no ocaso ela rolar montanha abaixo. Diríamos que esse é o retrato do trabalho inútil. Não para Camus. O absurdo aparece ao se tentar escrever um manual de felicidade, diz ele. O rolar da pedra montanha acima revela o trabalho fatigante, mas simultaneamente revela a existência, o prazer de saber que ao se chegar ao cume há descanso, há beleza a ser contemplada e aragem. Sendo Camus um leitor de Epicuro, dir-se-ia: “Não há sofrimento eterno”. Assim, é um erro pensar que a felicidade é algo a se alcançar. A Filosofia não a pensa desse modo, e nem Camus. A definição mais antiga de felicidade é ser uma atividade da alma conforme a virtude. Para Camus, é abarcar que “a felicidade e o absurdo são dois filhos da mesma terra”.

**IHU On-Line – Ele era um pessimista?**

**Fernando Sapaterra** – A pergunta é um tanto ousada, mas pertinente. Poder-se-ia pensar que diante desse caos imposto pela relação entre a existência humana com seu desejo de razoabilidade e de unidade e o silêncio do mundo, a afirmação da manutenção do absurdo soaria como pessimista. No entanto, penso que ele é um dos poucos autores ateus lúcidos no século 20. Seu primeiro ensaio, *Núpcias*, revela seu encantamento pelo mundo e a força da existência frente a ele. Pode-se dizer que ali, Camus apresenta a beleza do mundo e a aproximação do homem pela contemplação. Há em Camus um imanentismo rigoroso que o faz afirmar “o mundo é belo e fora dele

não há salvação”. Isso não soa como pessimismo. Ele mesmo confessa em seus *Cadernos*: “Se o cristianismo é pessimista quanto ao homem, é otimista quanto à condição humana. O marxismo, pessimista quanto ao destino, pessimista quanto à natureza humana, é otimista quanto à marcha da história (a sua contradição). Por mim, pessimista quanto à natureza humana, sou, no entanto, otimista quanto ao homem”.

**IHU On-Line – Que aspectos de O mito de Sísifo se mantêm atuais?**

**Fernando Sapaterra** – A obra como um todo é atual. Sendo ela um ensaio, transita entre o pensamento e a arte, entre as asserções e a liberdade de escrita, entre a Filosofia e a Arte. Esse é um tema atual, pois descobre-se que a ineficácia da razão para lidar com toda a existência deve sempre recorrer a uma outra instância, na qual a descrição é suplantada pelos sinais que cercam o viver do homem. Junto a isso, o mundo oferece ao homem moderno tantas possibilidades de realização, e, concretamente, realização nenhuma dessas expectativas, que o absurdo da existência vem novamente à tona (ou, poderíamos afirmar, que ele nunca desapareceu). Por isso, o problema filosófico realmente importante permanece – dizer se a vida vale ou não vale a pena ser vivida. Tal problema não pode ser deixado de lado. As consequências necessárias extraídas da resposta a esse problema norteiam a existência humana sobre a terra. Assim, pode-se perceber que o cerne da obra não é o suicídio, mas as dimensões da existência do homem em sua relação consigo e com o mundo. Existir não é meramente um acaso do “estar-no-mundo”, mas tomar consciência do divórcio presente na relação e mantê-lo, pois nele se encontra a única possibilidade de felicidade. Esse mundo em que a segurança é almejada pela prosperidade só comprova que há um absurdo presente e que o homem foi por ele escravizado, e ao mesmo tempo frustrado, nessa sua empreitada. ■

# A complexa leveza dos corpos nas cosmologias ameríndias

José Otávio Catafesto de Souza analisa como o suicídio de indígenas evidencia uma outra relação com a morte e, ao mesmo tempo, a intensa perseguição etnocida de seus modos de vida

Vitor Necchi | Edição: Ricardo Machado

**N**ão haver uma palavra para descrever certo fenômeno social é, em certa medida, como se o fenômeno não existisse ou que sua efetivação fosse de outra ordem. No caso do suicídio, por exemplo, na quase totalidade das línguas ameríndias não existe termo equivalente. Isso não significa que a prática inexista, mas que ela assume outras formas de significação e sentido. “Em termos bem gerais, os suicídios – assim como a maior parte das mortes súbitas e violentas – são explicados como o produto de feitiçaria e do trabalho espiritual de mortos, de pajés e xamãs”, esclarece o professor José Otávio Catafesto de Souza, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “Entre os ameríndios, o fato de alguém acabar com a própria vida é visto apenas como mera consequência de um malefício anterior (perder a alma) e provocado por inimigos ou por inveja de pessoas próximas.”

Há que se considerar que nas cosmologias ameríndias a questão da morte física assume contornos que não aqueles definidos pela razão e religiosidade ocidentais. “Não existe criminalização, nem terrena, nem celeste. Não há qualquer equivalente ao complexo gerado pela culpa cristã, purgatório e inferno como destinos inelutáveis à alma do suicidado. Pelo contrário, o suicídio pode ser visto como algo positivo, pois permite à alma do morto acessar ao reino dos

deuses imortais e chegar à felicidade”, pondera. Isso, contudo, não elimina um fator social de marginalização profunda dos povos originários.

Trata-se de um problema social grave e delicado de âmbito global, como sustenta Catafesto, sobretudo considerando que o aquecimento global, o desmatamento das áreas de floresta e o acossamento das formas de vida dessas populações são fatores decisivos para o crescente número de mortes dos indígenas. “O preconceito é um forte fator de suicídio, principalmente entre os jovens sem alternativas de sustento dentro das pequenas aldeias e que se deslocam ao convívio mais frequente com o preconceito dos brancos”, critica.

**José Otávio Catafesto de Souza** é etnoarqueólogo, pesquisador e professor interessado por temas relacionados às questões dos povos originários do Mercosul. É formado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, onde também realizou mestrado e doutorado em Antropologia Social. Atua como professor na mesma universidade, onde coordena o Laboratório de Arqueologia e Etnologia – LAE, que desenvolve projetos de pesquisa sobre Territorialidade Mbyá-Guarani, Etnoarqueologia Ameríndia e Quilombola e Avaliação dos Impactos de Projetos de Desenvolvimento sobre coletivos rurais.

**Confira e entrevista.**

**IHU On-Line – A elaboração feita por um índio acerca do suicídio tem contornos distintos do que ocorre em relação a outros tipos de morte?**

**José Otávio Catafesto de Souza** – Em primeiro, é preciso relativizar a própria ideia de suicídio entre os nativos americanos, já que na quase totalidade das línguas ame-

ríndias não há termo equivalente. Estão em jogo dois universos cosmológicos, filosóficos e ontológicos radicalmente diferentes. No caso do universo ocidental (judaico-cristão),

existem consolidadas as ideias de livre-arbítrio e de interioridade individual da alma, entendida como um espírito coeso habitando um corpo pecador, essencialmente apartado do mundo e dos outros humanos e não-humanos. Neste contexto, o suicídio aparece enquanto um ato de iniciativa exclusivamente individual, a quebra grave de um dos dez mandamentos ou resultado final de uma doença depressiva que atinge o sujeito entendido enquanto mônada de sentimento e de pensamento. Ao senso comum e religioso, o suicídio é um fenômeno individual.

As ciências sociais surgiram para produzir um descentramento de tais parâmetros, inclusive descobrindo que as taxas de suicídio nas grandes cidades possuem regularidade de ocorrência, sendo produto de tendências mais coletivas. A antipsiquiatria e a psicanálise descobriram que o suicídio e todas as demais doenças mentais são o resultado de constelações familiares e do contexto social do doente. Assim, as doenças passam a ser reconhecidas também como produtos sociais.

A antropologia descobriu que, fora da Europa, outros povos pensam e agem de maneira diferente com relação aos mesmos fenômenos.

Nos universos cosmológicos e ontológicos dos ameríndios, cada pessoa é entendida enquanto um compósito de diferentes substâncias, habitado por diferentes almas (divíduo) e passível de ser atingido por forças e espíritos nefastos ou auxiliares. Há a crença na circular reencarnação das almas dos mortos, na possibilidade de alguém se metamorfosear em animais ou mesmo, como entre os Guarani, alcançar a condição de *Agyje* (tornar o corpo leve a ponto de ele levitar e subir ao mundo dos deuses imortais, tornando-se *Nhanderu Miri*).

Em termos bem gerais, os suicídios – assim como a maior parte das mortes súbitas e violentas – são explicados como o produto de feitiçaria e do trabalho espiritual de mortos, de pajés e xamãs. Entre os ameríndios, o fato de alguém acabar com a própria vida é visto apenas como mera consequência de um malefício anterior (perder

a alma) e provocado por inimigos ou por inveja de pessoas próximas.

No geral, o suicídio recebe o mesmo padrão ameríndio de respeito coletivo às pessoas em suas decisões implicando morte, como no caso do infanticídio realizado pelas próprias mães e nos casos de suicídio. Não existe criminalização, nem terrena, nem celeste. Não há qualquer equivalente ao complexo gerado pela culpa cristã, purgatório e inferno como destinos inelutáveis à alma do suicidado. Pelo contrário, o suicídio pode ser visto como algo positivo, pois permite à alma do morto acessar ao reino dos deuses imortais e chegar à felicidade.

Entre os Tupi-Guarani, por exemplo, o suicídio entra no complexo cosmopolítico da predação da diferença, subjacente à lógica de caçadores e canibais. Em geral, para os grupos originários americanos, não existe o apego e o medo da morte. Pelo contrário, a procura obstinada pelos deuses pode e deve gerar a própria morte, como no caso dos mais valentes guerreiros canibais que não esperavam outro destino mais nobre do que ser caçado e morto por seus inimigos (não deixa de ser uma forma de suicídio).

Os povos originários não possuem medo da morte, nem um apego desesperado à vida; mas há, sim, o medo do morto, de que o espectro do morto permaneça na superfície da terra a incomodar os vivos parentes e conhecidos. No geral, a morte de uma pessoa é considerada como uma espécie de descolamento gradativo do espírito do corpo e da vida terrena. A morte torna-se, assim, esperada e se manifesta como o resultado de uma doença lenta, mas grave. O suicídio pode se encaixar no conjunto de anomalias consideradas enquanto mortes violentas, súbitas e não anunciadas, ao contrário do que sempre se espera. Nestes casos, há um grande receio quanto ao espectro do suicidado a rondar os vivos, a querer levar seus parentes juntos na viagem ao mundo dos mortos.

**IHU On-Line – Como eles compreendem a atitude de alguém eliminar a própria vida? Esse ato sugere redenção ou libertação na cultura de povos originais?**

**José Otávio Catafesto de Souza** – Não há qualquer tipo de recriminação moral. Os direitos pessoais são muito respeitados entre os ameríndios, a começar pelo respeito à vontade e autonomia das crianças. São mais de 300 etnias ameríndias ainda existentes no território brasileiro, e é difícil responder algo generalizado para todas elas. Novamente colocamos que mais dependem das condições envolvidas no caso do que uma postura prévia e genérica de recriminação contra o suicídio. Há culturas indígenas que assimilaram certos parâmetros do cristianismo e recriminam o suicídio, mas não há uma forma originária americana genérica para tratar do assunto.

**IHU On-Line – Um dado divulgado em setembro pelo Ministério da Saúde, relativo ao período de 2011 e 2015, revelou que a taxa de índios que se matam é maior do que a verificada em brancos, negros e pardos<sup>1</sup>. O que explica essa situação?**

**José Otávio Catafesto de Souza** – Diversos fatores. Em primeiro lugar, resulta do fato de que a taxa de crescimento vegetativo da população indígena é maior do que a taxa média anual da população brasileira. Para o caso das aldeias do sul do Brasil (que eu conheço), é impressionante constatar a grande quantidade de crianças e jovens em relação às pessoas mais velhas.

Em segundo lugar, o suicídio aparece elevado principalmente entre as comunidades e etnias que enfrentam as maiores dificuldades em termos de disponibilidade de espaço ambiental íntegro, de alternativas ao sustento familiar e o grau de discriminação e racismo enfrentado junto aos brancos do entorno. As terras disponíveis às comunidades originárias são geralmente pequenas, e os indígenas foram concentrados em vilas e submetidos ao controle do indigenismo estatal, para se manterem passíveis à exploração em termos de trabalho e de sexo.

<sup>1</sup> Conforme o Boletim Epidemiológico de Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil, a taxa de suicídio entre índios é de 15,2 para cada cem mil pessoas, superior à registrada entre brancos (5,9), negros (4,7) e amarelos (2,4). (Nota da **IHU On-Line**)

Há teses desenvolvidas por linguistas e antropólogos que estudaram na Amazônia e concluíram que o processo de escolarização, de aprendizado do português e de repressão ao uso das línguas originárias provoca efeitos psicológicos traumáticos entre os ameríndios. Trata-se do fenômeno chamado *souffrance*, uma espécie de depressão apontada como uma das importantes causas de suicídio entre os Ticuna. Os jovens sofrem mentalmente ao terem que suprimir suas línguas maternas.

Em terceiro lugar, coloco como fator importante a grande devastação ambiental de florestas, cerrado e campos nas últimas décadas, fruto do crescimento do agronegócio, das cidades, das hidrelétricas, das minerações etc. Mesmo nas terras indígenas onde o ambiente natural ainda está preservado, os efeitos sociais são crescentes porque há a redução drástica de animais originalmente utilizados tanto na dieta quanto referentes aos complexos cosmológicos das culturas originárias.

Há ainda um quarto importante fator que é a grande quantidade de igrejas cristãs e índios crentes a incorporar a culpa por serem nativos selvagens, já que os cultos reforçam o repúdio a tudo o que está relacionado aos sistemas cosmológicos nativos.

**IHU On-Line – Um funcionário da Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai, ligada ao Ministério da Saúde, para tentar explicar o fenômeno, disse: “O contato com a sociedade não indígena, a discriminação racial, dificuldades de inserção social, de acesso à terra, e a transformação nas relações familiares faz com que nesse período ocorra o maior número de suicídios entre os indígenas”. Como estes fatores ajudam a entender a situação?**

**José Otávio Catafesto de Souza** – Algo já foi tratado acima. O pre-

conceito é um forte fator de suicídio, principalmente entre os jovens sem alternativas de sustento dentro das pequenas aldeias e que se deslocam ao convívio mais frequente com o preconceito dos brancos. Não sei a que situação ou etnia específica o funcionário se refere, mas não concordo (no geral) que a transformação das relações familiares seja um fator importante, a começar pelo fato de que quase todos os grupos resguardam núcleos de reprodução tradicionais, a não ser o caso em que grupos originários sofrem um processo forçado e rápido de miscigenação.

**IHU On-Line – As três etnias com mais altos índices de suicídio são os Guarani Kaiowá (MS), os Ticuna (AM) e os Carajás (TO). Que problemas em comum esses povos têm?**

**José Otávio Catafesto de Souza** – Muitos problemas em comum: presença de igrejas, crescente alcoolismo, conflitos internos. Diversos dos aspectos tratados anteriormente.

**IHU On-Line – A Constituição de 1988 possibilitou que houvesse mais demarcação de terras indígenas, fato que gerou muitos conflitos fundiários e violência por parte de agricultores e pecuaristas. A defesa da própria terra está na origem da mortandade de índios, incluindo os homicídios?**

**José Otávio Catafesto de Souza** – A Constituição Federal de 1988 estabeleceu cinco anos para completar as demarcações. Passados quase 30 anos, uma pequena parte das terras foi regularizada e mesmo as regularizadas estão colocadas em suspeição pelo Congresso e pelo Executivo federais. O caso dos Kaiowá é o mais crítico há décadas, contando com a represália da justiça estadual. Recomendamos assistir ao documentário *Mar-*

*tírio* (2017), de Vincent Carelli<sup>2</sup>, que conta a trajetória de lutas e de mortes sofridas pelos Guarani.

Entretanto, a questão dos índios não se reduz pelo conceito ocidental de terra, é bem mais complexa e diferente da Ocidental. Os índios não lutavam para ter terra, porque para eles nós é que pertencemos à Terra (planeta). A relação dos ameríndios com a superfície do planeta é uma relação cosmo-ecológica, fundamentada numa forma muito peculiar de filosofia, em que os animais, plantas e minerais são considerados simetricamente como espíritos com os quais se deve negociar, respeitar, conviver.

**IHU On-Line – As altas taxas de suicídio entre povos originários são observadas também em outros países, por exemplo, os aborígenes australianos e os indígenas norte-americanos. A letalidade do choque entre os mundos é um problema mundial?**

**José Otávio Catafesto de Souza** – É interessante pensar os indígenas, assim como as crianças e muitas ecologias frágeis do planeta, enquanto parâmetros muito contundentes para medir a qualidade de vida vigente em nossa civilização mundial. É certo que os problemas mais graves atingem inicialmente os mais vulneráveis, mas tais problemas envolvem causas e consequências em que todos estamos implicados. Tais dados sugerem pensar na necessidade de tomar iniciativas que revertam tal vulnerabilidade, pois todos os fatores apontados acima devem estar atuando para que os índices de suicídio e de maior violência interna e externa façam parte de maneira crescente no cotidiano das comunidades ameríndias.

Sim, é um problema planetário. ■

<sup>2</sup> Nesta edição da **IHU On-Line**, há uma entrevista com Vincent Carelli. (Nota da **IHU On-Line**)

## Leia mais

- Povos originários e os entraves na efetivação de seus direitos constitucionais. Entrevista especial com José Otávio Catafesto de Souza publicada na revista IHU On-Line, nº 428, de 30-10-2013, disponível em <http://bit.ly/2hrUo4l>.

# O complexo e multifatorial caminho do suicídio

Neury José Botega traça um panorama sobre os desafios no enfrentamento deste problema no Brasil

Vitor Necchi | Edição: Ricardo Machado

O recente relatório divulgado pelo Mapa da Violência aponta o crescimento na taxa de suicídios de jovens entre 15 e 29 anos. O cenário requer, como aponta o médico, professor e pesquisador Neury José Botega, que seja “elaborado e aprovado um plano de prevenção, o que permitirá dotação orçamentária e apoio mais efetivo a diferentes estratégias regionais, de acordo com a necessidade da população”.

“Situações de crises existenciais ou de doenças mentais agudas que levam ao suicídio precisam de atendimento rápido, feito por pessoal capacitado e disponível. A rede pública de saúde mental é precária, e a assistência psiquiátrica de urgência raramente está disponível com a qualidade que seria necessária, isso mesmo em grandes centros urbanos”, sugere o professor em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Há, ainda, fatores conjunturais. “Crescimento rápido gera desorganização, aumento desenfreado dos ‘apetites’ humanos, com maior risco de derrocada financeira e existencial”, complementa.

Sobre a cobertura midiática dos suicídios, Botega pondera que a não divul-

gação é prudente, contudo não gera a redução do número de casos. “Sempre houve receio da imprensa de publicar sobre suicídio, temendo que novos casos de suicídio pudessem ser estimulados. É uma boa preocupação, pois a glamorização ou romantização do suicídio pode levar pessoas vulneráveis a se matarem. No entanto, a simples negativa de publicar sobre o assunto não é benéfica para a população”, frisa.

**Neury José Botega** é graduado em Medicina, com residência em Psiquiatria, e doutor em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, onde trabalha no consultório e no Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas. Fez estágio pós-doutoral no Instituto de Psiquiatria da Universidade de Londres. É autor de diversas obras, entre elas *Prática psiquiátrica no Hospital Geral* (Porto Alegre: Artmed, 2015), *Crise suicida. Avaliação e manejo* (Porto Alegre: Artmed, 2015) e *Telefonemas na Crise. Percursos, desafios na prevenção do Suicídio* (Porto Alegre: Artmed, 2010).

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Como explicar o suicídio? Por que alguém toma atitude tão drástica?**

**Neury Botega** – O suicídio é

um fenômeno complexo, por isso não devemos buscar uma solução simples, uma resposta rápida. São muitos fatores que se combinam ao

longo do tempo, desde fatores hereditários, condições da primeira infância, transtornos mentais, estresses crônico e atuais.

“Situações de crises existenciais ou de doenças mentais agudas que levam ao suicídio precisam de atendimento rápido, feito por pessoal capacitado e disponível.”



### IHU On-Line – Todo suicídio é antecedido por uma dor psíquica insuportável?

**Neury Botega** – A maioria, sim. Há uma sensação de desespero insuportável, perene, que não há saída. O suicídio passa a ser a maneira de cessar a consciência dessa dor do viver. Há, também, os suicídios impulsivos, que de alguma forma antecedem o intenso sofrer (isso necessita de pensamentos, o que não ocorre no suicídio impulsivo).

### IHU On-Line – Há fatores de risco que levam ao suicídio?

**Neury Botega** – Inúmeros, como resume o quadro. Fator de risco é um conceito oriundo de estudos populacionais, com milhares de indivíduos. Ainda assim, quando uma pessoa tem um forte fator de risco, ou uma combinação de fatores, isso orienta a presteza dos cuidados que temos que tomar a fim de evitar um suicídio.

### Fatores de risco para o suicídio

#### *Sociodemográficos*

Sexo masculino  
Adultos jovens (19 a 49 anos) e idosos  
Estados civis viúvo, divorciado e solteiro (principalmente entre homens)  
Orientação homo ou bissexual  
Ateus, protestantes tradicionais > católicos, judeus  
Grupos étnicos minoritários

#### *Transtornos mentais*

Depressão, transtorno bipolar, abuso/dependência de álcool e de outras drogas, esquizofrenia  
Transtornos de personalidade (especialmente borderline)  
Comorbidade psiquiátrica (coocorrência de transtornos mentais)  
História familiar de doença mental  
Falta de tratamento ativo e mantido em saúde mental  
Ideação ou plano suicida  
Tentativa de suicídio pregressa  
História familiar de suicídio

#### *Psicossociais*

Abuso físico ou sexual  
Perda ou separação dos pais na infância  
Instabilidade familiar  
Ausência de apoio social  
Isolamento social  
Perda afetiva recente ou outro acontecimento estressante  
Datas importantes (reações de aniversário)  
Desemprego  
Aposentadoria  
Violência doméstica  
Desesperança, desamparo  
Ansiedade intensa  
Vergonha, humilhação (bullying)  
Baixa autoestima  
Desesperança  
Traços de personalidade: impulsividade, agressividade, labilidade do humor, perfeccionismo  
Rigidez cognitiva, pensamento dicotômico  
Pouca flexibilidade para enfrentar adversidades

#### *Outros*

Acesso a meios letais (arma de fogo, venenos)

Doenças físicas incapacitantes, estigmatizantes, dolorosas, terminais  
 Estados confusionais orgânicos  
 Falta de adesão ao tratamento, agravamento ou recorrência de doenças preexistentes  
 Relação terapêutica frágil ou instável  
 (Fonte: Botega NJ. Crise suicida: avaliação e manejo. Porto Alegre: Artmed; 2015)

### **IHU On-Line – Em qual faixa etária há mais incidência de tentativa?**

**Neury Botega** – Tentativas de suicídio são mais comuns em adolescentes e adultos jovens do sexo feminino.

### **IHU On-Line – No seu livro Crise suicida, o senhor afirma que o Brasil dá os primeiros passos no que se refere à prevenção ao suicídio. O que deve ser feito neste sentido?**

**Neury Botega** – Deve ser elaborado e aprovado um plano de prevenção, o que permitirá dotação orçamentária e apoio mais efetivo a diferentes estratégias regionais, de acordo com a necessidade da população. Já existem as estratégias gerais de prevenção, aprovadas em 2006.

### **IHU On-Line – A rede de saúde pública está preparada para lidar com o suicídio?**

**Neury Botega** – Não. Situações de crises existenciais ou de doenças mentais agudas que levam ao suicídio precisam de atendimento rápido, feito por pessoal capacitado e disponível. A rede pública de saúde mental é precária, e a assistência psiquiátrica de urgência raramente está disponível com a qualidade que seria necessária, isso mesmo em grandes centros urbanos.

### **IHU On-Line – A pessoa que sobrevive a uma tentativa de suicídio fica com que tipos de sequelas? E o que deve ser feito para ajudá-la?**

**Neury Botega** – Em termos de estatísticas populacionais, esse grupo – o de pessoas que já tentaram o suicídio – é o que tem o maior risco de um dia morrer por suicídio. Por isso que deveríamos dar especial atenção a pessoas que tentam o suicídio, independentemente da gravidade clínica do ato e do grau de intenção letal que o motivou. É claro que algumas pessoas podem se reorganizar após uma crise existencial que a levou a uma tentativa de suicídio e viver bem, ou até melhor do que antes vivia.

### **IHU On-Line – Há casos em que o suicídio deveria ser considerado um direito da pessoa?**

**Neury Botega** – Em minha opinião, sim. É tema controverso. Alguns países e estados norte-americanos aprovam legalmente o suicídio assistido, em que o estado chega a fornecer os meios letais para a pessoa que recebe uma autorização legal para tirar a própria vida. Tal prática é reservada para pessoas em estado terminal de doenças, que mantenham as faculdades mentais intactas e que permitam uma decisão livre e ponderada.

### **IHU On-Line – Conforme o Ministério da Saúde, a taxa de suicídio no Brasil é de 5,7 casos por 100 mil habitantes. No Rio**

**Grande do Sul, situam-se três dos quatro municípios onde há as piores estatísticas: Forquethina (78,7 casos a cada 100 mil habitantes), Travesseiro (55,8 casos por 100 mil) e André da Rocha (52,4 casos). Por quê? Procedem as suspeitas de que haja relação com a cultura do fumo e o uso de agrotóxicos nas lavouras?**

**Neury Botega** – As suspeitas que vinculam uso de agrotóxicos ao suicídio não se confirmaram. Há, como de regra, vários fatores que se combinam ali no Rio Grande do Sul: a colonização alemã, a maneira como a economia doméstica se organiza em torno de uma pequena propriedade dependente da grande indústria do fumo, o maior número de casos de suicídios entre os antepassados, o alto índice de alcoolismo entre os homens, a cultura local.

### **IHU On-Line – Países onde há elevados índices de suicídio têm lidado de que maneira com o problema?**

**Neury Botega** – Esses países têm seguido as orientações gerais da Organização Mundial da Saúde – OMS (ver quadro abaixo). A maioria desses países (83%) conseguiu reduzir os índices de suicídio ao longo do último decênio. O Brasil, infelizmente, encontra-se entre os países onde as taxas de suicídio continuam a subir.

## **PREVENÇÃO DO SUICÍDIO: O QUE PODE SER FEITO?**

PRINCIPAIS ÁREAS	O QUE PODE SER FEITO...
VIGILÂNCIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a qualidade e a pronta difusão de dados nacionais sobre suicídios e tentativas de suicídio</li> <li>• Identificar grupos e situações de vulnerabilidade</li> </ul>
MEIOS LETAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restringir o acesso a meios letais (pesticidas, armas de fogo)</li> <li>• Barreiras de proteção em pontes e edifícios públicos</li> </ul>
MÍDIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diretrizes que favoreçam reportagens sensíveis e ponderadas e de interesse público</li> <li>• Serviços de apoio psicológico em buscadores da internet</li> </ul>
SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilidade de serviços e profissionais treinados</li> <li>• Aprimoramento dos tratamentos oferecidos</li> <li>• Acesso rápido e facilitado na crise suicida</li> <li>• Acompanhamento após tentativa de suicídio</li> <li>• Assistência a pessoas em lutas</li> </ul>
TREINAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a capacidade de profissionais que estão na linha de frente a detectar e a manejar o risco de suicídio, como professores, policiais, bombeiros, religiosos...</li> </ul>

Fonte: Botega NJ. Crise suicida: avaliação e manejo. Porto Alegre: Artmed; 2015.

**IHU On-Line – Entre os países desenvolvidos, onde há mais suicídios é na Coreia do Sul (29,1 casos a cada 100 mil habitantes em 2012). Especialistas associam esses casos a intensa competitividade, muita pressão social e desamparo à terceira idade. Nos anos 1950, o país começou a sair da pobreza para se tornar uma das nações mais ricas. A realidade dos sul-coreanos evidencia que não basta uma sociedade alcançar progresso econômico e tecnológico se prescindir de questões humanitárias e sociais?**

**Neury Botega** – Exatamente, o aumento do número de suicídios em países emergentes é um fenômeno conhecido e já estudado por Émile Durkheim<sup>1</sup> há mais de cem anos. Crescimento rápido gera desorganização, aumento desenfre-

ado dos “apetites” humanos, com maior risco de derrocada financeira e existencial.

**IHU On-Line – O senhor ordenou a publicação do livreto *Comportamento Suicida: Conhecer para Prevenir*, lançado pela Associação Brasileira de Psiquiatria e dirigido a profissionais de imprensa. Por que houve esta iniciativa? E, em síntese, do que trata o material?**

**Neury Botega** – Sempre houve receio da imprensa de publicar sobre suicídio, temendo que novos casos de suicídio pudessem ser estimulados. É uma boa preocupação, pois a glamorização ou romantização do suicídio podem levar pessoas vulneráveis a se matarem. No entanto, a simples ne-

gativa de publicar sobre o assunto não é benéfica para a população. Se não falamos sobre um problema, se não o conhecemos, parece que ele não existe ou é pouco importante. O manual ao qual você se refere foi elaborado para debater essa questão e auxiliar na elaboração de reportagens sensíveis e úteis. O manual, elaborado pela equipe da Unicamp, pode ser baixado livremente da internet<sup>2</sup>.

**IHU On-Line – A maioria das tentativas de suicídio não é relatada, nem registrada. O problema, portanto, tem uma grandeza não dimensionada pelas estatísticas oficiais?**

**Neury Botega** – Exatamente. Um estudo da Organização Mundial da Saúde, que no Brasil realizamos no município de Campinas, mostrou isso. Veja na figura abaixo. ■



Fonte: Botega, 2009. <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n12/10.pdf>

<sup>1</sup> **David Émile Durkheim** (1858-1917): nascido na França, ficou conhecido como um dos fundadores da sociologia moderna. Com Karl Marx e Max Weber, é considerado como o principal arquiteto da ciência social moderna e pai da sociologia. Foi sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo. Em 1895, fundou o primeiro departamento de sociologia de uma universidade europeia e, em 1896, criou um dos primeiros jornais dedicados à ciência social, intitulado *L'Année Sociologique*. Seu primeiro trabalho sociológico importante foi *Da divisão do trabalho social* (1893). Em 1895, publicou *As regras do método sociológico*. Com sua monografia seminal, *O suicídio* (1897), estudou as taxas de suicídio em populações católicas e protestantes. Trata-se de uma investigação social moderna pioneira que serviu para distinguir a ciência social em relação à psicologia e à filosofia política. O livro *As formas elementares da vida religiosa* (1912) apresentou uma teoria da religião, comparando a vida social e cultural das sociedades primitivas e a das sociedades modernas. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>2</sup> O material pode ser acessado em <http://bit.ly/cartilha-suicidio>. (Nota da **IHU On-Line**)

# Imprensa deve tratar suicídio como fenômeno de saúde pública

Para Carlos Etchichury, ao publicar quase nada sobre o tema, o jornalismo descumpre sua função social de revelar fenômenos e cobrar soluções das autoridades

Vitor Necchi

**D**uas reportagens marcantes na imprensa gaúcha tratando de um tema tabu, o suicídio, foram escritas por Carlos Etchichury, subvertendo uma orientação consagrada nas redações de noticiar o tema apenas quando personalidades públicas ou celebridades suprimissem a própria vida. Essa recomendação era acatada ao limite, estabelecendo-se um profundo silenciamento em torno do assunto, que deixava de ser tratado como um problema de saúde pública.

“Mesmo com mil mortes por ano, e mais milhares de tentativas que deixam sequelas para o resto da vida (estima-se que para cada suicídio realizado há entre 10 e 20 tentativas frustradas), o Rio Grande do Sul, estado campeão em suicídios, não tem políticas públicas consistentes para conter o problema”, contabiliza Etchichury, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “Ao publicarmos pouco (quase nada) sobre suicídio,

estávamos deixando de cumprir uma das nossas funções sociais: revelar fenômenos e cobrar soluções das autoridades.”

Afeito ao correto tratamento jornalístico acerca do tema, Etchichury resumiu o que considera a melhor perspectiva para realizar a cobertura sobre o assunto: evitar fatos específicos, que interessam apenas aos familiares e amigos das vítimas; tratar, sempre que possível, como um fenômeno de saúde pública; de tempos em tempos, mergulhar nas estatísticas, mostrar o descompromisso do Estado com políticas públicas, relatar o drama de familiares, apresentar dicas e orientações.

**Carlos Etchichury** é bacharel em Jornalismo e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. É editor-chefe do jornal Diário Gaúcho, de Porto Alegre.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Suicídio é um tema tabu para a imprensa. Nas redações, consagrou-se a orientação de noticiá-lo apenas quando personalidades públicas ou celebridades suprimem a própria vida. O que mudou, já que nos últimos anos o assunto tem sido abordado com mais frequência?**

**Carlos Etchichury** – Na RBS, tem duas matérias que, de certa for-

ma, contribuíram para mudança na forma como o tema tem sido abordado. A primeira, em 2006, contou a história de um adolescente de 16 anos que teve o suicídio estimulado (e assistido pela internet, em tempo real) em Porto Alegre<sup>1</sup>. Garoto de classe média, com inteligência acima da média, ele lutava contra a depres-

são e era acompanhado por um psicanalista. Embora trágica, a história era incrível sob o ponto de vista jornalístico: um adolescente de Porto Alegre participava de um fórum de discussão sobre o suicídio com pessoas de diferentes partes do mundo e, no fórum, passou a planejar a sua própria morte. Um bombeiro, na Califórnia, tratou de ensinar a melhor técnica para o jovem se matar. No dia e na hora escolhidos, o menino estava online, conversando com pessoas

<sup>1</sup> O IHU também debateu esse tema amplamente e publicou uma entrevista exclusiva com Luiz Marques, professor universitário e pai do jovem. Acesse a entrevista completa em <http://bit.ly/2eV6iiO>. (Nota da **IHU On-Line**).

## “O suicídio deve ser tratado, sempre que possível, como um fenômeno de saúde pública.”

que integravam o grupo, explicando que tinha dificuldades em colocar o plano em prática. Ninguém tentou movê-lo. Pelo contrário, o incentivaram. Uma amiga canadense, que também frequentava o grupo, percebeu o que estava acontecendo e ligou para a Polícia Federal - PF, em Brasília. A jovem moradora de Toronto contou que o amigo dela estava se matando na zona norte de Porto Alegre, naquele exato momento. Um agente, então, ligou para a PF, na Capital. Aqui, outro agente comunicou o fato à Brigada Militar. Quando policiais militares chegaram à residência do menino, ele estava morto. Como não contar esta história?

Ao longo de duas semanas, conversei com policiais, com os pais do menino e com a amiga dele, em Toronto, entrevistei especialistas, consultei os manuais da Organização Mundial da Saúde - OMS e da Associação Brasileira de Psiquiatria - ABP. Depois de exaustiva apuração, seguida de muita discussão interna, incluindo, inclusive, o Comitê Editorial da RBS, decidimos publicar a matéria em duas páginas: uma contando o fato e outra tratando do fenômeno, com estatísticas, análise e alertas aos pais. A repercussão foi muito positiva. Não recebemos (se houve, não fiquei sabendo) nenhuma crítica.

Durante a apuração, descobri que cerca de mil pessoas se matam, todos os anos, no Rio Grande do Sul – fora casos de pessoas que se matam em acidentes ou afogamentos, por exemplo, e cujos casos não são identificados como suicídios. Mesmo assim, o assunto quase nunca era abor-

gado pela mídia. Então, propus ao jornal, ainda em 2006, uma grande reportagem sobre o tema: Tragédia Silenciosa, que consegui realizar, em formato de série, apenas em 2008. Estas duas matérias foram, de certa forma, dois marcos na forma como o assunto passou a ser tratado em Zero Hora.

**IHU On-Line – Em 2008, o senhor escreveu uma série de reportagens intitulada Tragédia silenciosa, que abordava o silêncio em torno do suicídio que, naquela ocasião, era a causa da morte de mais de mil pessoas por ano no Rio Grande do Sul. Qual foi a motivação? E qual a abordagem adotada? Quais as maiores dificuldades para a execução das reportagens? E como foi a repercussão?**

**Carlos Etchichury** – Trata-se de um assunto de alto interesse público. E o mais grave é que, mesmo com mil mortes por ano, e mais milhares de tentativas que deixam sequelas para o resto da vida (estima-se que para cada suicídio realizado há entre 10 e 20 tentativas frustradas), o Rio Grande do Sul, estado campeão em suicídios, não tem políticas públicas consistentes para conter o problema. Na minha avaliação, ao publicarmos pouco (quase nada) sobre suicídio, estávamos deixando de cumprir uma das nossas funções sociais: revelar fenômenos e cobrar soluções das autoridades.

As dificuldades foram grandes. Mesmo que a matéria de 2006 tenha

sido bem-sucedida, havia temor que a reportagem desencadeasse uma onda de suicídios. Seguimos todas as orientações contidas nos manuais da OMS e da ABP e, após concluído o trabalho, submeti as páginas a psiquiatras que colaboraram com a matéria. Abordamos o problema do suicídio como um fenômeno e focamos a apuração em análises e na busca de soluções.

A repercussão, da mesma forma que a matéria anterior, foi sensacional. Recebi dezenas de e-mails cujo tom era: enfim, alguém tratou o problema. A série de reportagens passou a fazer parte do manual da ABP como uma referência na forma de abordar o tema na imprensa. E, felizmente, não desencadeou outros suicídios. Pelo contrário. Em 2009 e 2010, pela primeira vez em uma década, houve uma pequena redução nas taxas de suicídio em dois anos seguidos. Não podemos, é claro, associar as reduções às matérias. Mas podemos, sem sombra de dúvida, dizer que as reportagens não incrementaram as taxas de suicídio no Estado.

**IHU On-Line – Nestes quase dez anos que se passaram, como a imprensa vem lidando com o tema?**

**Carlos Etchichury** – Melhorou a forma como estamos abordando o tema na RBS. Depois das duas matérias, fiz outras reportagens pontuais tendo como gancho a divulgação de dados estatísticos pelos órgãos oficiais. Recentemente, as repórteres Letícia Duarte e Larissa Roso fize-

ram outras duas grandes reportagens sobre o tema para Zero Hora. O assunto, embora delicado, deixou de ser tabu na redação.

**IHU On-Line – Que perspectiva o jornalismo deve ter ao tratar de suicídio? O que noticiar?**

**Carlos Etchichury** – Eu continuaria evitando fatos específicos, que interessam apenas aos familiares e amigos das vítimas. O suicídio deve ser tratado, sempre que possível, como um fenômeno de saúde pública. De tempos em tempos, vale mergulhar nas estatísticas, mostrar o descompromisso do Estado com políticas públicas, relatar o drama de familiares (definidos como “sobreviventes”), apresentar dicas e orientações.

**IHU On-Line – A Organização Mundial da Saúde e a As-**

**sociação Brasileira de Psiquiatria elaboraram manuais para orientar jornalistas no trato de temas ligados a suicídio. Qual sua análise desses materiais?**

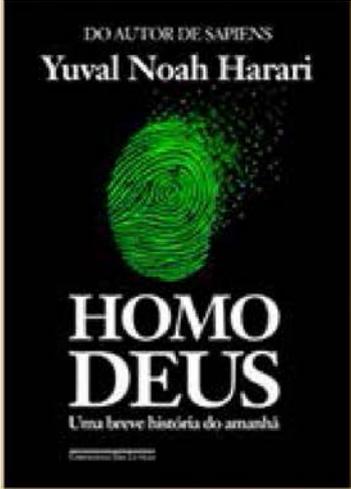
**Carlos Etchichury** – São materiais muito bons e úteis. Eles orientam em termos de forma e de conteúdo. Para redações de pequenos veículos, com menos recursos e menos massa crítica, estes documentos podem ser verdadeiros achados.

**IHU On-Line – A publicação da Associação Brasileira de Psiquiatria recomenda que o suicídio não deve ser enaltecido nem tomado como ato de coragem. Deve-se evitar a “romantização” ou a “heroicização”. A recente cobertura do suicídio do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina não incorreu em alguns desses equívocos?**

**Carlos Etchichury** – A cobertura da morte do reitor foi feita em um contexto histórico específico, de acirramento de ânimos, de questionamento a um certo exagero punitivista hegemônico na sociedade brasileira. Neste sentido, é difícil analisar a cobertura do suicídio especificamente. Parece que houve exageros sim, mas acho que é um ponto fora da curva.

**IHU On-Line – O sistema público de saúde está preparado para enfrentar casos relacionados a suicídio, tanto na prevenção quanto na acolhida das vítimas?**

**Carlos Etchichury** – Não está preparado. Desconheço políticas públicas consistentes para um problema de alta gravidade, que vitima mil pessoas por ano, deixa sequelas irreversíveis em outras milhares e enluta famílias. ■



DO AUTOR DE SAPIENS  
Yuval Noah Harari

**HOMO DEUS**  
Uma breve história do amanhã

**16 de novembro  
(quinta-feira)**  
17h30min às 19h

**Homo Deus.**  
**Uma breve história do amanhã. De Yuval Noah**  
Apresentação:  
**Prof. MS Gilberto Faggion e**  
**Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz – UNISINOS**

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU  
**ihu.unisinos.br** UNISINOS | Campus São Leopoldo

# Na sociedade em que a morte é tabu, suicídio é o maior

Karen Scavacini defende que o tema seja discutido abertamente, pois silenciando o debate, perde-se a oportunidade de fazer a efetiva prevenção

Vitor Necchi | Edição: João Vitor Santos

**A** vida moderna, em que as pessoas correm o tempo todo e se exige multiplicidade de função e aptidões, faz com que se tenha cada vez menos tempo para a reflexão. Com isso, assuntos inerentes à vida vão sendo postos de lado, e temas como a morte, por exemplo, acabam silenciados. O problema é que, quando ela ocorre, não se tem a capacidade de elaboração. A doutoranda em Psicologia Karen Scavacini destaca que se atualmente se fala e discute pouco a morte, com o suicídio é ainda pior. “A morte é um tabu na nossa sociedade, e o suicídio, o maior deles”, pontua. “Muitas pessoas acreditam que não devem falar sobre o assunto para que ele não aconteça. A visão religiosa também colaborou para que as pessoas vissem o suicídio como um pecado. A sociedade julga e não entende o suicídio; acredito que isso se deva por falta de conhecimento, informação e empatia.”

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Karen esclarece que não há um fator apenas que leva a pessoa a provocar a própria morte. “O comportamento suicida é complexo e

multifatorial. Sabemos que 90% dos casos de suicídio têm relação com a presença de transtornos mentais, muitas vezes não tratados e nem diagnosticados”, explica. Por isso, defende que o tema seja encarado de frente, com debates amplos e diretos. “Só mudamos as coisas ao falarmos sobre elas. Ao deixar o suicídio como tabu, perdemos a oportunidade de fazer prevenção e acolhimento.”

**Karen Scavacini** é doutoranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo – USP. Também é mestra em Saúde Pública pelo Instituto Karolinska, da Suécia, na área de Prevenção ao Suicídio e Promoção de Saúde Mental, cofundadora, responsável técnica e coordenadora do Instituto Vita Alere de Prevenção e Posvenção do Suicídio. Integra a diretoria da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio – ABEPS. Autora do livro *E agora? Um livro para crianças lidando com o luto por suicídio* (São Paulo: All Print Editora, 2014).

**Confira a entrevista.**

## **IHU On-Line – A decisão pelo suicídio é repentina ou pensada? Sinais são emitidos?**

**Karen Scavacini** – Temos vários tipos de suicídio, desde aqueles que foram planejados até os impulsivos. Observamos que os idosos planejam mais e os adoles-

centes são mais impulsivos. Podemos ter sinais, porém muitas vezes esses sinais não são claros ou só fazem sentido depois do ato. Os sinais podem ser verbais ou comportamentais. Na presença dos sinais ou na desconfiança de ideação suicida, devemos tomar providências.

**IHU On-Line – Motivos circunstanciais (problemas financeiros, crises em relacionamentos, dores crônicas, doenças etc.) são suficientes para alguém acabar com a própria vida ou necessariamente deve ocorrer alguma associação com**

## algum tipo de sofrimento psíquico?

**Karen Scavacini** – Não, estes são geralmente os desencadeantes, ou a gota d'água para o ato suicida. O comportamento suicida é complexo e multifatorial, ele nunca ocorre por uma causa única. Sabemos que 90% dos casos de suicídio têm relação com a presença de transtornos mentais, muitas vezes não tratados e nem diagnosticados. O mais comum deles é a depressão.

“A morte é um tabu na nossa sociedade e o suicídio, o maior deles”

## IHU On-Line – Por que o suicídio é um tabu?

**Karen Scavacini** – A morte é um tabu na nossa sociedade e o suicídio, o maior deles. Muitas pessoas acreditam que não devem falar sobre o assunto para que ele não aconteça. A visão religiosa também colaborou para que as pessoas vissem o suicídio como um pecado. A sociedade julga e não entende o suicídio; acredito que isso se deva por falta de conhecimento, informação e empatia.

## IHU On-Line – É preciso falar aberta e publicamente sobre o suicídio? Por quê?

**Karen Scavacini** – Sempre! Só mudamos as coisas ao falarmos sobre elas. Ao deixar o suicídio como tabu, perdemos a oportunidade de fazer prevenção e acolhimento.

## IHU On-Line – Qual a maneira adequada de se tratar o tema e em quais ambientes isso deve ocorrer?

**Karen Scavacini** – Com sensibilidade e conhecimento, é preciso

saber do que está falando. Pode e deve ocorrer em todos os lugares. O suicídio ocorre em todas as faixas sociais e a partir dos 10 anos, então precisamos sim falar sobre suicídio em diversas esferas e de várias maneiras. A mídia deve parar de ter medo de falar sobre o assunto.

## IHU On-Line – Há preconceito com quem se mata? E os familiares, sofrem algum tipo de hostilidade?

**Karen Scavacini** – Sem dúvida, a sociedade julga e transfere a “culpa”. Se antes o “culpado” era a pessoa que pensa em se matar, e ela é muitas vezes vista como covarde, corajosa ou que tem falta de Deus no coração, a culpa passa para os sobreviventes que precisam lidar com a sociedade achando que eles deveriam ter feito mais, que eles não perceberam ou que são culpados por aquela morte.

A hostilidade muitas vezes aparece em conversas de dia a dia, quando as pessoas querem saber se eles não perceberam ou fizeram nada ou querem detalhes mórbidos da morte. Há também o afastamento dos amigos e conhecidos.

## IHU On-Line – Conforme o primeiro boletim epidemiológico sobre suicídio no Brasil, divulgado em setembro pelo Ministério da Saúde<sup>1</sup>, o suicídio é a quarta maior causa de morte de jovens entre 15 e 29 anos. Qual a vulnerabilidade desta faixa etária?

**Karen Scavacini** – Os jovens são impulsivos e muitas vezes não percebem a consequência de seus atos, inclusive de que a morte é para sempre, por mais estranho que pareça isso. Vemos jovens com baixa tolerância à frustração, muita pressão escolar e da sociedade, e que acreditam que o mundo virtual é igual ao mundo real. Outros fatores de risco nessa faixa etária são: uso de álcool e

drogas, presença de transtorno mental, jovens LGBT e bullying. Precisamos ter conversas abertas com esses jovens, com temas de saúde mental, diminuir os fatores de risco e prover acesso a tratamento psicológico e psiquiátrico quando necessário.

## IHU On-Line – Estima-se que sobreviventes de tentativas de suicídio têm entre cinco e seis vezes mais chances de tentar o ato novamente. Como lidar com eles?

**Karen Scavacini** – Precisamos de continuidade na ajuda dessas pessoas, o risco é ainda maior nos 30 primeiros dias depois da tentativa. Orientação familiar e escolar, tratamento psicológico e psiquiátrico são algumas das possibilidades. No geral a pessoa não deve ser julgada pelo que fez, ela precisa de ajuda. O suicídio é um grito de socorro que não foi ouvido a tempo. E por todos, não só a família, pois não podemos culpabilizar a família.

## IHU On-Line – Familiares e amigos de quem se mata elaboram a perda de que maneira? O luto que decorre de um suicídio é diferente se comparado aos relacionados a outras formas de morte?

**Karen Scavacini** – Este luto é mais intenso e duradouro, com questões específicas referentes a busca do porquê, o estigma, a culpa e o julgamento. Grupos de apoio a enlutados, como os do Vita Alere e do GASS, são ótimas maneiras da pessoa perceber que isso já aconteceu com outras pessoas e aprender a lidar com essa perda. Há duas vidas, uma antes e uma depois do suicídio de alguém amado. É um processo longo de reconstrução e ressignificação de vida.

## IHU On-Line – E com as crianças, como explicar, como lidar com o luto?

**Karen Scavacini** – Devemos explicar para as crianças de acor-

<sup>1</sup> Acesse a íntegra do boletim em <http://bit.ly/2zubxlb>. (Nota da IHU On-Line)

do com a faixa etária dela e usando palavras adequadas à sua idade e sem muitos detalhes. Acredito que a verdade é a melhor forma sempre, embora seja muito difícil para quem ficou contar o ocorrido. No geral, a criança sabe que aconteceu alguma coisa, e poder falar abertamente com ela pode inclusive ajudá-la a não tomar a mesma decisão no futuro.

Muitas vezes precisamos começar explicando o que é morte, o que é

luto e quais os sentimentos ligados a ele, para então explicar o que é suicídio e o que podemos fazer juntos para lidar com essa perda.

**IHU On-Line –Deseja acrescentar algo?**

**Karen Scavacini** – Se as pessoas quiserem mais informações, podem acessar [www.vitaalere.com.br](http://www.vitaalere.com.br), onde há muitas informações sobre suicídio e luto por suicídio. Nunca devemos ficar passivos a um

comportamento suicida. Na dúvida, aja! Se você estiver pensando em suicídio, procure ajuda, quantas vezes precisar, pois, como diz Phil Donahue<sup>2</sup>, “o suicídio é uma solução permanente para um problema temporário”. ■

<sup>2</sup> **Phil Donahue** (1935): escritor e produtor de filmes da mídia americana mais conhecido como criador e apresentador do *The Phil Donahue Show*. O programa de televisão, também conhecido como Donahue, foi o primeiro formato de talk show que incluiu a participação do público. Sua pauta se concentra em questões que dividem os liberais e os conservadores nos Estados Unidos, como aborto, defesa do consumidor, direitos civis e problemas de guerra. (Nota da **IHU On-Line**)



## Cadernos Teologia Pública

Cadernos Teologia Pública divulga artigos que apresentam a contribuição da teologia com os debates que se desenvolvem na esfera pública da sociedade e na universidade, com abertura ao diálogo com as ciências, com a cultura e com as religiões.

Publicações disponíveis em: [ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

# Preconceito e ódio disparam o processo de suicídio na população LGBT

Jaime Barrientos destaca que transgêneros, gays e lésbicas são submetidos a formas de violência que afetam sua saúde mental

Vitor Necchi | Tradução: Moisés Sbardelotto | Edição: João Vitor Santos

O estigma a que são submetidos LGBTs gera feridas que, sem ajuda, são incapazes de cicatrizar. Segundo o professor de Psicologia Jaime Barrientos, a violência a que são submetidos produz muito mais do que dores na alma. “O estigma gera efeitos negativos na saúde”, completa. O ódio e o preconceito podem ser ainda maiores se essas pessoas também forem de etnias diferentes ou classes sociais mais baixas do que as do agressor. “Quanto mais marcadores de diferença social existirem, os efeitos são aditivos. Portanto, classe, raça ou sexo são fatores acrescidos.”

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Barrientos destaca que a prevenção é o melhor caminho, e por isso passa o combate a

qualquer tipo de violência contra pessoas LGBT. “É necessário agir em nível educacional, trabalhando com a violência em tal contexto”, sugere. “Deve-se avançar na eliminação da discriminação e do preconceito. Deve-se avançar gerando protocolos que permitam avaliar se existe risco de suicídio em determinados contextos para intervir.”

**Jaime Barrientos** é chileno, professor de Psicologia da Universidade Católica do Norte, em Antofagasta, no Chile. Pesquisa sexualidade, relações de gênero e os prejuízos e o impacto da discriminação na qualidade de vida das minorias sexuais. É autor do livro *Violencia Homofóbica en América Latina y Chile* (Santiago do Chile: Ediciones El Desconcierto).

**Confira a entrevista.**

52

**IHU On-Line – Que faixa etária da população LGBT é mais propensa ao suicídio? Por quê?**

**Jaime Barrientos** – A população jovem, já que está mais submetida à violência homofóbica. Isto é, entre 15-29 anos de idade.

**IHU On-Line – Nos casos de suicídio entre pessoas LGBT, verifica-se a presença de transtornos emocionais nas vítimas, em combinação à violência sofrida em decorrência do preconceito?**

**Jaime Barrientos** – Nem sempre. Mas, quando há transtornos, observa-se depressão e ansiedade provocada pelo estigma e pela discriminação.

**IHU On-Line – Ter gênero e sexualidade divergentes do padrão heteronormativo é fator de risco?**

**Jaime Barrientos** – Sim, definitivamente. Segundo Ilan Meyer<sup>1</sup> e a

sua teoria do *Minority Stress*<sup>2</sup>, o estigma devido à orientação sexual e/ou identidade de gênero gera efeitos negativos na saúde mental.

pesquisas sobre identidades minoritárias relacionadas a orientação sexual, gênero, raça e etnia, extraindo conclusões sobre o impacto do estresse social em sua saúde mental. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>2</sup> **Minority Stress** [estresse das minorias]: descreve níveis de estresse cronicamente elevados enfrentados por membros de grupos minoritários estigmatizados. Pode ser causada por uma série de fatores, incluindo apoio social fraco e baixo status socioeconômico, mas as causas mais bem compreendidas desse tipo de estresse são o preconceito e a discriminação interpessoais. Numerosos estudos científicos mostraram que indivíduos minoritários experimentam um alto grau de preconceito, o que causa respostas ao estresse (por exemplo, pressão alta, ansiedade) que se acumulam ao longo do tempo, levando a uma má saúde mental e física. A teoria do estresse das minorias resume esses estudos científicos para explicar o quanto difícil as situações sociais levam ao estresse crônico e à baixa saúde entre os indivíduos minoritários. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>1</sup> **Ilan H. Meyer** (1956): epidemiologista psiquiátrico americano, autor, professor de política pública e orientação sexual no Instituto Williams da UCLA. Ele realizou extensas

## “Quanto mais marcadores de diferença social existirem, os efeitos são aditivos”

### **IHU On-Line – A vulnerabilidade aumenta quando a condição LGBT é associada a outras, como etnia e poder econômico?**

**Jaime Barrientos** – Sim, quanto mais marcadores de diferença social existirem, os efeitos são aditivos. Portanto, a classe, raça ou sexo são fatores acrescidos.

### **IHU On-Line – O panorama da violência contra LGBTs é similar entre os países da América Latina?**

**Jaime Barrientos** – Mais ou menos. O Brasil tem a situação mais complexa, dada a grande quantidade de crimes de ódio. Além disso, a situação das pessoas transgênero é relativamente similar. Para gays e lésbicas, a situação é similar.

### **IHU On-Line – Quais as formas de violência que mais atingem a população LGBT?**

**Jaime Barrientos** – Todas, desde os crimes de ódio até a violência física, psicológica e verbal. Nos nossos países, é especialmente importante a violência verbal (deboches).

De um ponto de vista dos níveis de violência, temos tanto violência institucional (ausência de leis e negação de direitos), quanto também violência interpessoal (agressões).

### **IHU On-Line – O estigma e a violência enfrentados pela população LGBT provocam que efeitos na saúde emocional?**

**Jaime Barrientos** – Segundo Meyer, o estigma gera efeitos negativos na saúde, devido ao caráter estigmatizado da orientação sexual e da identidade de gênero.

### **IHU On-Line – Quando se fala em suicídio, especialistas recomendam o enfrentamento deste problema por meio da prevenção. No que diz respeito à população LGBT, como prevenir que essas pessoas não eliminem a própria vida?**

**Jaime Barrientos** – É necessário agir em nível educacional, trabalhando com a violência em tal contexto. Deve-se avançar na eliminação da discriminação e do preconceito. Deve-se avançar gerando protocolos que permitam avaliar se

existe risco de suicídio em determinados contextos para intervir.

### **IHU On-Line – As escolas são ambientes propícios para se combater o preconceito? Como isso pode ser feito?**

**Jaime Barrientos** – Sim, trabalhando com todos os atores para diminuir a violência contra a diferença em tais contextos. Deve-se abordar como se constrói a noção de normalidade e mudar a ênfase ao trabalhar com aqueles que são diferentes, já que o problema é mais como se constrói a noção de normalidade em tal contexto.

### **IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?**

**Jaime Barrientos** – A esse cenário, é preciso acrescentar os contextos culturais locais. No caso do Brasil, a situação política poderia acrescentar problemas, aumentando a violência contra as minorias. A isso, soma-se o avanço de grupos conservadores evangélicos que apoiam aquilo que se denominou de ideologia de gênero. Este é um elemento extra a se considerar no país. ■



# Apesar das aparências, a injustiça social não é invencível

Para Jacques Alfonsin, que há mais de quatro décadas defende multidões de excluídos, a segregação dos pobres é prova da crise urbana

Vitor Necchi

O advogado e procurador do Estado aposentado Jacques Alfonsin é daquelas pessoas que dedicam sua vida e seu conhecimento, com gana, à defesa dos direitos humanos. Suas respostas, articuladas e posicionadas, são permeadas pela experiência de quem há mais de 40 anos se vale do mundo das leis para combater injustiças e garantir direitos para parcelas da população que têm dificuldades para se inserir em processos legais. Não é tarefa fácil, mas entusiasmo não falta a este combatente de 78 anos que tem, entre suas causas, a defesa da reforma urbana.

Ao pensar nos problemas mais graves que atingem as metrópoles, ele toma como referência as principais funções do solo urbano (espaço onde as pessoas devem morar, trabalhar, circular e descansar) para afirmar que é difícil apontar uma que não viva em permanente crise. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele lembra que o povo pobre é “jogado para as periferias, áreas de risco, beiras de córregos, cortiços, mananciais, ou encurralado em guetos dispersos pelo solo urbano, mal servido dos serviços públicos, sem segurança de posse e em conflito permanente com a lei e a cobiça do poder econômico sobre o espaço que ocupa”.

Esta segregação dos pobres, conforme Alfonsin, é das provas mais evidentes da crise urbana, da incapacidade do Estado e da democracia de cumprirem suas promessas de bem-estar, como preveem a Constituição Federal e o Es-

tatuto da Cidade.

O “sonho da casa própria ou, quando menos, possuída legalmente, enfrenta enormes dificuldades” por conta do círculo vicioso provocado pela desigual distribuição fundiária. Esse sistema é alimentado não apenas pela pobreza de grande parte da população urbana, mas pelo preconceito que há em relação ao povo pobre, “capaz de avaliar a desigualdade econômica que o vitima como causa e responsabilidade exclusiva dele próprio, por sua situação”.

Para Alfonsin, essa cultura afeta também o poder público, inclusive o Judiciário, e “o chamado devido processo legal, com toda a sua burocracia, raramente abre espaço para aplicar aquelas das suas disposições que reconhecem o direito de se fazer justiça pelas próprias mãos – leia-se ocupação de terras – quando a invencível necessidade de pão e casa legitimam o seu uso”. Disso resultam “desapossamentos de terra urbana e rural, envolvendo multidões pobres, baseados em sentenças judiciais com todo o conhecido rol de violência que os caracteriza, inclusive causando lesões corporais graves e até mortes”.

**Jacques Távora Alfonsin** é advogado, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, onde também foi professor, e procurador aposentado do Rio Grande do Sul. É membro da ONG Acesso, Cidadania e Direitos Humanos e publica, periodicamente, seus artigos em Notícias do Dia na página do **IHU**.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Quais os problemas mais graves que afetam as metrópoles brasileiras, no**

**que se refere à população e às comunidades? Jacques Alfonsin – Se forem to-**

**masdas como referência as principais funções do solo urbano, as de morar, trabalhar, circular e descansar, como**

## “O sonho da casa própria ou, quando menos, possuída legalmente, enfrenta enormes dificuldades.”

aconselhava Le Corbusier<sup>1</sup>, é bem difícil poder-se afirmar, com certeza, qual delas não vive hoje em permanente crise.

Investigar as causas dos problemas presentes nessas funções, prevenir a sua reprodução ou aprofundamento, impedir ou, pelo menos, atenuar os seus efeitos têm sido um trabalho delegado às leis e, pela história das cidades, isso está mostrando não ser suficiente. Nem tanto por falta delas, mas principalmente pelo poder de outros fatores determinantes de distribuição do espaço urbano às mesmas superiores, como o capital e o mercado, somados aos paradigmas hermenêuticos que presidem a sua aplicação.

A segregação do povo pobre – jogado para as periferias, áreas de risco, beiras de córregos, cortiços,

mananciais, ou encurralado em guetos dispersos pelo solo urbano, mal servido dos serviços públicos, sem segurança de posse e em conflito permanente com a lei e a cobiça do poder econômico sobre o espaço que ocupa – é das provas mais evidentes da crise urbana, da incapacidade do Estado e da democracia de cumprir suas promessas de bem-estar para todas/os, como preveem o art. 182 da Constituição Federal e o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 2001).

No capítulo final do livro *O impasse da política urbana no Brasil* (São Paulo: Vozes, 2011), a sua autora, Ermínia Maricato<sup>2</sup>, deu-lhe o título de “A terra é o nó”, sintetizando as causas e os efeitos dos problemas brasileiros em torno da nossa terra, seja a urbana, seja a rural:

“No Brasil, nona economia mundial, a questão da terra continua a se situar no centro do conflito social, mas de forma renovada. Ela alimenta a profunda desigualdade – ainda que haja a recente pequena distribuição de renda – e a tradicio-

nal relação entre propriedade, poder político e poder econômico.” [...] “A dificuldade de acesso à terra regular para habitação é uma das maiores responsáveis pelo explosivo crescimento de favelas e loteamentos ilegais nas periferias das cidades”.

Vale muito bem para as cidades, portanto, o grito de Walter Benjamin<sup>3</sup>: “A tradição dos oprimidos nos ensina que o Estado de exceção em que vivemos é, na verdade, regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, percebemos que nossa tarefa é criar um verdadeiro estado de emergência”.

No Brasil de hoje, uma outra emergência está sendo atendida com uma pressa quase em desespero em sentido frontalmente contrário ao perseguido por Benjamin, fazendo passar por democracia a sustentação de um estado de exceção muito atento a demandas do capital, inclusive o estrangeiro, sobre o território de todo o país. Sob uma tal perspectiva de planejamento e execução de políticas públicas sobre terra não

1 **Le Corbusier** (1887-1965): pseudônimo de Charles-Edouard Jeanneret-Gris, foi um arquiteto, urbanista, escultor e pintor de origem suíça e naturalizado francês em 1930. É considerado um dos mais importantes arquitetos do século 20, ao lado de Frank Lloyd Wright, Alvar Aalto, Mies van der Rohe e Oscar Niemeyer. Parte de sua notoriedade decorre do fato de ter criado o conceito da Unité d'Habitation, sobre o qual começou a trabalhar na década de 1920. Aos 29 anos mudou-se para Paris, onde adotou o seu pseudônimo, que foi buscar ao nome do seu avô materno, originário da região de Albi. A sua figura era marcada pelos seus óculos redondos de aros escuros. A importância de Le Corbusier advém, em grande parte, do seu enorme poder de síntese. Nas viagens que fez a várias partes do mundo, contactou com estilos diversos, de épocas diversas. De todas estas influências, captou aquilo que considerava essencial e intemporal, reconhecendo em especial os valores da arquitetura clássica grega, como da Acrópole de Atenas. Le Corbusier lançou, em seu livro *Vers une architecture (Por uma arquitetura)*, na tradução em português, as bases do movimento moderno de características funcionalistas. A pesquisa que realizou envolvendo uma nova forma de enxergar a forma arquitetônica baseado nas necessidades humanas revolucionou (juntamente com a Bauhaus, na Alemanha) a cultura arquitetônica do mundo inteiro. A sua influência estendeu-se principalmente ao urbanismo. Foi um dos primeiros a compreender as transformações que o automóvel exigiria no planejamento urbano. A cidade do futuro, na sua perspectiva, deveria consistir em grandes blocos de apartamentos assentes em pilotis, deixando o terreno fluir debaixo da construção, o que formaria algo semelhante a parques de estacionamento. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Ermínia Maricato**: professora universitária, pesquisadora acadêmica e ativista política. Ocupou cargos públicos na prefeitura de São Paulo, onde foi secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano (1989-1992), e no governo federal, onde foi secretária executiva do Ministério das Cidades (2003-2005) cuja proposta de criação se deu sob sua coordenação. Professora aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - USP, onde defendeu mestrado, doutorado, livre docência e aprovada em concurso para professora titular. Fundadora do LABHAB – Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP (1997); coordenadora do curso de Pós-Graduação da FAUUSP (1998-2002) e integrante do Conselho de Pesquisa da USP (2007). Professora visitante do Human Settlements Centre da University of British Columbia, Canadá (2002), e da School of Architecture and Urban Planning of Witwatersrand – Johannesburg/South Africa (2006). Como ativista política foi escolhida para defender a proposta de Reforma Urbana de iniciativa popular junto à Assembleia Constituinte do Brasil (1988). Atualmente é professora visitante do Instituto de Economia da Unicamp e professora colaboradora do curso de Pós-Graduação da FAUUSP, além de participar de corpos editoriais. (Nota do **IHU On-Line**)

3 **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica, foi fortemente inspirado tanto por autores marxistas, como Bertolt Brecht, como pelo místico judaico Gershom Scholem. Conhecedor profundo da língua e cultura francesas, traduziu para o alemão importantes obras como *Quadros parisienses*, de Charles Baudelaire, e *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust. O seu trabalho, combinando ideias aparentemente antagônicas do idealismo alemão, do materialismo dialético e do misticismo judaico, constitui um contributo original para a teoria estética. Entre as suas obras mais conhecidas, estão *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (1936), *Teses sobre o conceito de história* (1940) e a monumental e inacabada *Paris, capital do século XIX*, enquanto *A tarefa do tradutor* constitui referência incontestável dos estudos literários. Sobre Benjamin, confira a entrevista *Walter Benjamin e o império do instante*, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à **IHU On-Line** nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da **IHU On-Line**)

dá para se projetar otimismo. Desanimar diante disso, porém, será o mesmo que se acumpliciar com uma construção de futuro feita com o pior material do presente.

### **IHU On-Line – Quais as principais demandas dos movimentos sociais voltados às temáticas urbanas?**

**Jacques Alfonsin** – A principal, sem dúvida, é a de moradia para todas/os que vivem nas cidades, mesmo que esse direito permaneça despojado de garantia efetivada concretamente, e mais como compromisso do Estado e da sociedade civil a ser cumprido em prazo sempre indeterminado. Na elaboração das leis urbanísticas, nem conta com a adesão da maioria da população urbana.

Assim, o sonho da casa própria ou, quando menos, possuída legalmente, enfrenta enormes dificuldades. O solo urbano cresce diariamente de valor na proporção, primeiro, da redução do seu espaço por quem tem dinheiro para separá-lo como propriedade exclusiva. Depois, tratado “normalmente” como simples mercadoria, a oferta de terra urbana diminui na medida da sua progressiva escassez e no consequente e progressivo aumento da demanda, pois as cidades, especialmente as grandes, continuam sendo um espaço de sedutora atração, vendo crescer sem controle o aumento da sua população e do preço da terra.

Esse é um círculo vicioso responsável pelos efeitos sociais da distribuição fundiária. Não é somente a pobreza de grande parte da população urbana que os explica. Existe toda uma cultura ideológica que até os “justifica”, sustentando preconceitos em relação ao povo pobre, capaz de avaliar a desigualdade econômica que o vitima como causa e responsabilidade exclusiva dele próprio, por sua situação. Assim, se permanecer sem teto ou morando em sub-habituação, o problema é só dele e de ninguém mais.

Como essa cultura também afeta o poder público, inclusive o Judiciário,

o chamado devido processo legal, com toda a sua burocracia, raramente abre espaço para aplicar aquelas das suas disposições que reconhecem o direito de se fazer justiça pelas próprias mãos – leia-se ocupação de terras – quando a invencível necessidade de pão e casa legitimam o seu uso. Aí se encontra a razão pela qual a mídia noticia diariamente, em todo o país, desapossamentos de terra urbana e rural, envolvendo multidões pobres, baseados em sentenças judiciais com todo o conhecido rol de violência que os caracteriza, inclusive causando lesões corporais graves e até mortes. O Estado não se dá conta de que, além de isso não resolver o problema, provoca mais ainda a indignação coletiva dessas multidões e motiva os movimentos sociais populares a aumentar esse tipo de pressão ético-política.

### **IHU On-Line – O que é gentrificação e quais seus efeitos nos diferentes segmentos da população?**

**Jacques Alfonsin** – Como tudo o que envolve interesses e direitos conflitantes sobre o melhor uso da terra, a gentrificação não serve para definir somente remoções impostas ao povo pobre para dar lugar a algum empreendimento imobiliário interessado no espaço urbano que ele ocupa. Para essa fração de povo, ela é vista como danosa e consequentemente injusta, ainda mais quando sua mudança é forçada e sem destino assegurado. Para a iniciativa privada ou pública, porém, protagonista desta mudança, ela é considerada conveniente e, conforme o caso, até como necessária.

Raquel Rolnik<sup>4</sup>, a brasileira que

<sup>4</sup> **Raquel Rolnik** (1956): nascida em São Paulo, é urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - USP. Graduada e mestra em Arquitetura e Urbanismo pela USP, doutora pela School Of Arts And Science History Department - New York University, livre docente pela USP. É professora associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Foi diretora de Planejamento da cidade de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992) e secretária nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades de Lula (2003-2007). Por seis anos, até 2014, foi relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada. É autora dos livros *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças* (2015), *O que é Cidade* (2004), *São Paulo - Coleção Folha Explica* (2001) e *A Cidade e a Lei - legislação, política urbana e territórios na cidade de*

chegou a ser relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada, em obra recente, *Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia* (São Paulo: Boitempo, 2015), coloca o problema nos seus devidos termos, para capacitar quem queira identificar as causas e avaliar os efeitos da gentrificação:

“Em tempos de capitalismo financeirizado, em que a extração de renda sobrepõe-se ao mais-valor do capital produtivo [em nota de pé de página ela lembra, a propósito, David Harvey], terras urbanas e rurais tornaram-se ativos altamente disputados. Isso tem produzido consequências dramáticas, especialmente – mas não exclusivamente – nas economias emergentes. As dinâmicas que acompanham a liberalização dos mercados de terras estão aumentando a pressão do mercado sobre os territórios controlados por comunidades de baixa renda. Isso ocorre num contexto global em que a terra urbanizada não está disponível para os grupos mais pobres. Comunidades ficam, então, sob a constante ameaça de espoliação dos seus ativos territoriais”. [...] “As políticas de planejamento, administração e gestão da terra – inclusive das terras públicas – têm enorme impacto na construção da matriz segurança/inssegurança. No entanto, assim como nas políticas habitacionais, a propriedade privada individual ganhou hegemonia sobre todas as outras formas de posse nos programas de reforma e administração fundiárias pelo mundo. Por forçar na concessão de títulos de propriedade privada a usuários ou proprietários de terrenos não disputados, a maioria desses projetos tem se mostrado inadequada para reconhecer e garantir todas as formas de posse e, em particular, para proteger os mais pobres”.

Como se observa, a gentrificação está fazendo jus à origem europeia da sua denominação. “Gentry”, do inglês, pode ser traduzido por alta sociedade, aristocracia, burguesia.

*São Paulo*” (1997). Autora de muitos artigos e publicações sobre a questão urbana. Mantém o Blog da Raquel Rolnik (<https://raquelrolnik.wordpress.com/>), onde escreve sobre questões urbanas. (Nota da **IHU On-Line**)

Em vez de garantir acesso à terra de quem não a tem, o que ela faz é garantir mais espaço para quem já tem.

### **IHU On-Line – Se os princípios dos direitos humanos pautassem a gestão pública, o que seria diferente nas cidades brasileiras?**

**Jacques Alfonsin** – Uma boa resposta para esta pergunta depende bastante da que se dê às polêmicas históricas sobre o conceito e os fundamentos dos direitos humanos, de que dá prova a impaciência de Norberto Bobbio<sup>5</sup>. Para ele, o fato de ficarmos parados discutindo filosoficamente o que sejam esses direitos e quais os seus fundamentos, só aprofundará a sua ineficácia.

Por isso os direitos humanos fundamentais sociais (do tipo moradia, alimentação, saúde, educação e segurança, por exemplo) o que necessitam mesmo é de satisfação garantida e imediata, pois as necessidades vitais que lhes dão conteúdo não podem ficar esperando serem definidos o que são ou deixam de ser. A natureza mesma já se encarregou de defini-los e fundamentá-los.

Dependentes, primeiramente, de um sentimento coletivo de solidariedade, dir-se-ia universal e, depois, da implementação de políticas públicas, essas não passam, via de regra, de compensatórias da desigualdade econômica que impõe e reproduz a sua infringência. Essas

políticas só amenizam os efeitos da sua violação, sem jamais enfrentar as causas estruturais da injustiça social responsável pelos males daí decorrentes, já assimilada pelos poderes privados e públicos como fatal e inevitável. Com a agravante de desmoralizar os direitos humanos como meros cúmplices dessa “acomodação”, aumentando o descrédito que sobre eles já pesa.

Se as garantias devidas aos direitos humanos fundamentais sociais alcançassem o poder de valer e ser eficaz como o de propriedade, não sobraria dúvida de que, desde o clima e o meio ambiente urbano (!), as cidades se transformariam em um espaço de bem-estar sustentável, vencendo os seus problemas atuais sob o rigor do necessário e do indispensável e não como hipótese sonhada e utópica.

Como bem diz Franz Hinkelammert<sup>6</sup> em *Mercado versus direitos humanos* (São Paulo: Paulus, 2004), pelo fato de capital e mercado não se interessarem por outra coisa que não dinheiro (o que ele chama de “cálculo de utilidade a partir do interesse próprio”), mediado por mercadoria e bolsa, esse cálculo e interesse são suportados praticamente sem oposição da lei, salvo na letra de algumas das suas disposições que, tornadas tão abstratas em sua interpretação e aplicação – a função social da propriedade é um triste exemplo –, mais servem para legitimar todos os maus efeitos da sua ineficácia. Com um significativo senão, conforme o autor:

“Um único obstáculo se interpõe: a necessidade da convivência. Da perspectiva desse cálculo de utilidade a partir do interesse próprio, todas as exigências da convivência se tornam empecilhos, distorções do mercado, inimigos. Para os valores vigentes na sociedade, a convivência e suas exigências são inimigas, são irracionalidades, são distorções”.

Por isso, diz-se que o mercado se transformou numa segunda natureza. À luz de uma lição como essa, a natureza é que ficou em segundo lugar. O primeiro, ele já invadiu e conquistou. Se as gestões públicas não garantem os direitos humanos fundamentais sociais, um poder oposto a essa inversão, é porque são cúmplices dela e disso o atual (des)governo do país está dando um exemplo claro, bastando medirem-se os efeitos que, sobre todo o território do país, vão ser retirados da Lei 13.465<sup>7</sup>, de julho deste ano, oriunda do Poder Executivo, por força da Medida Provisória 759<sup>8</sup>.

Menos mal que a Procuradoria Geral da República já ingressou no Supremo Tribunal Federal com uma ação de inconstitucionalidade (ADI) desta lei, restando a esperança de que, sob um tal defeito, a vida dela seja curta.

### **IHU On-Line – O Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 2001) fala da função social da cidade. Qual é esta função e em que situação se encontra a aplicação desta norma? O que é preciso para garantir o bem-estar dos habitantes de uma cidade?**

**Jacques Alfonsin** – As funções sociais da cidade, previstas no artigo 182 da Constituição Federal, foram uma das maiores conquistas popula-

5 **Norberto Bobbio** (1910-2004): filósofo e senador vitalício italiano. Considerado um dos grandes intelectuais italianos, Bobbio era doutor em Filosofia e Direito pela Universidade de Turim, fez parte do grupo antifascista *Giustizia e Libertà* (Justiça e Liberdade). Adepto do socialismo liberal, Bobbio foi preso durante uma semana, em 1935, pelo regime fascista de Benito Mussolini. Em 1994, assumiu publicamente uma posição contra as políticas defendidas por Silvio Berlusconi, que representava o centro-direita nas eleições gerais. Nesta altura, escreveu um dos seus ensaios mais conhecidos, *Direita e Esquerda*, no qual se pronunciou contra a “nova direita”. Bobbio recebeu o doutoramento *Honoris Causa* pelas universidades de Paris, de Buenos Aires, de Madrid, de Bolonha e de Chambéry (França). Autor de livros de impacto, como *Direita e Esquerda* (São Paulo: Unesp, 2001), tinha como principais matrizes de sua obra a discussão da guerra e da paz, os direitos humanos e a democracia. Escreveu ainda *Teoria Geral da Política* (Rio de Janeiro: Campus, 1999); *Diálogo em Torno da República* (Rio de Janeiro: Campus, 2001); *Entre Duas Repúblicas* (Brasília: Ed. UnB, 2001); *Elogio da Serenidade* (São Paulo: Ed. Unesp, 2002); *O Filósofo e a Política* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2003). Em virtude de seu falecimento, aos 94 anos, a edição 89 da **IHU On-Line**, de 12-1-2004, apresentou a biografia de Norberto Bobbio, disponível em <https://goo.gl/48HVxE>. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Franz Hinkelammert** (1931): economista, influenciado pelo marxista luterano Helmut Gollwitzer, obteve doutorado em Economia pela Universidade Livre de Berlim. Entre 1963 e 1973, foi professor da Universidade Católica do Chile e integrante do CEREN. Entre 1973 e 1976, foi professor da Universidade Livre de Berlim. Entre 1978 e 1982, foi diretor do curso de Pós-Graduação em Política Econômica da Universidade Autônoma de Honduras e professor e investigador do Conselho Superior Universitário Centroamericano (CSUCA). Foi fundador, diretor e docente do Departamento Ecumênico de Investigações (DEI), em San José (Costa Rica). Como economista, tinha especial interesse pela ideologia da economia. Começou a se interessar por sociologia por meio da leitura de textos de Max Weber e de Karl Marx, e por teologia, por meio da leitura de textos de Helmut Gollwitzer. Em 1963, Hinkelammert chegou ao Chile, convidado pela Fundação Adenauer. Na época, era ligada à democracia cristã, que na época contava com correntes reformistas no Chile. Ministrou cursos sobre utopia, projetos de transformação, teorias de desenvolvimento, teoria da dependência e outros temas afins na universidade e em movimentos sociais. Nesse processo rompeu com a democracia cristã e com a Fundação Adenauer. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Lei Federal Nº 13.465**: de 11 de julho de 2017, dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Medida Provisória Nº 759**: de 2016, dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. (Nota da **IHU On-Line**)

res sobre a sua redação. O Estatuto da Cidade busca dar-lhe eficácia por meio de instrumentação jurídica detalhada, de modo particular pelo Plano Diretor. Na minha opinião, submetida aqui à crítica das/os nossas/os leitoras/es, é que as funções sociais da cidade, como, aliás, a da propriedade, a da lei, a do Estado, a das próprias relações humanas (!), além de serem barradas por uma cultura ideológica histórica de exclusão, fiel a conveniências do capital e do mercado, do tipo engessar a convivência numa clausura exclusivamente dependente da renda de cada cidadão, jamais questiona o dogma do direito adquirido sobre terra, de acordo com o modo pelo qual ele é exercido.

A matrícula de qualquer pedaço de terra levado ao Ofício de Imóveis, conforme o paradigma dominante de elaboração, interpretação e aplicação das leis, inverte a natureza dela, ao ponto de considerar-se desnecessária até a investigação sobre o uso (!) que está sendo feito dela. Um papel, um documento, encerra a favor de quem titula terra como proprietário, qualquer conflito fundiário, exceções raríssimas à parte, por mais antissocial e nocivo que seja esse uso.

E não faltam, nem na Constituição Federal, nem no Estatuto da Terra, no Estatuto da Cidade, no próprio Código Civil, disposições sobre a legalidade, a licitude do exercício do direito de propriedade sobre terra, somente poderem ser reconhecidas quando condicionadas a um uso sujeito à sua função social.

Não há a mínima possibilidade, portanto, de bem-estar para todas/os em uma cidade onde predomine a injustiça social franqueada por esse vício, ainda mais onde ela conte com minorias de poder político fraco para enfrentá-la. Enquanto os direitos fundamentais sociais não se transformarem em poderes sociais, permanecerão promessa e promessa cínica, já que abrigada em lei.

Cristovam Buarque<sup>9</sup>, no seu livro *A*

<sup>9</sup> Cristovam Buarque (1944): nascido em Recife, é en-

*segunda abolição* (São Paulo: Paz e Terra, 1999), colocou em números o quanto a previsão orçamentária das políticas públicas habitacionais poderiam destinar recursos mais do que suficientes para resolver o problema da moradia das/os sem-teto do Brasil. Em 1999, por exemplo, quando sua obra foi editada, ele mostrava que, ao lado das virtudes da “Casa para todos” – geração de emprego, crescimento pela base, aumento da autoestima, agregação da família, futuro com segurança, redução da violência, melhoria da saúde –, a receita pública para isso, prevista no orçamento, seria inferior a 1%:

“Incluindo o salário e o material, a construção de 10 milhões de casas, em 4 anos, custaria, por ano, R\$ 2,5 bilhões, 0,9% da receita, muito pouco para os impactos que seus resultados provocariam sob a forma de emprego de mão de obra, melhoria na saúde, na dignidade, qualidade de vida para os pobres e para toda a sociedade brasileira”.

Se isso era verdade naquela época, com maior razão é verdade hoje, o que nos autoriza a concluir que têm razão quantas/os sem-teto brasileiras/os afirmam faltar mesmo é vontade política, estabelecimento de prioridade nos orçamentos, em defesa da moradia, para cobrir de casas o país todo e garantir, pelo menos nisso, o bem-estar geral da população brasileira.

### **IHU On-Line – Henri Lefebvre<sup>10</sup> cunhou o conceito de direito à cidade. Do que se trata e qual sua influência no Brasil?**

**Jacques Alfonsin** – Essa é uma referência atual e permanente, antes do mais, pelo que denuncia de influência da ideologia sobre a ciência, e

genheiro mecânico, economista, educador, professor universitário e político. Filiado ao Partido Popular Socialista (PPS). É o criador da Bolsa-Escola, que foi implantada pela primeira vez em seu governo no Distrito Federal. Foi reitor da Universidade de Brasília - UnB de 1985 a 1989. Governador do Distrito Federal de 1995 a 1998. Elegeu-se senador pelo Distrito Federal em 2002. Foi ministro da Educação entre 2003 e 2004, no primeiro mandato de Lula. Reelegeu-se em 2010 para o Senado, com mandato até 2018. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>10</sup> **Henri Lefebvre** (1901-1991): filósofo marxista e sociólogo francês. Estudou filosofia na Universidade de Paris, onde se graduou em 1920. (Nota da **IHU On-Line**)

depois porque não abandona a esperança nas forças de organização social – na época em que ele escreveu *O direito à cidade* concentradas no operariado – construir um espaço urbano menos excludente do ponto de vista social, denunciando fatores, mesmo os que passam por “científicos” e “técnicos”, responsáveis por uma parte da poderosa oposição existente contra esse direito:

“(…) a ideologia pretende dar um caráter absoluto à “cientificidade”, incidindo a ciência sobre o real, decupando-o, recompondo-o e com isso afastando o possível e barrando o caminho. Ora, numa tal conjuntura a ciência (isto é, as ciências parcelares) tem apenas um alcance programático. Contribui com elementos para um programa. Admitindo-se que esses elementos constituem desde agora uma totalidade e querendo-se executar literalmente o programa, já aí se estará tratando o objeto virtual como um objeto técnico. Realiza-se um projeto sem crítica nem autocrítica, e esse projeto realiza, projetando-a na prática, uma ideologia, a ideologia dos tecnocratas. Necessário, o programático não basta. Ele se transforma, no decorrer da execução. Apenas a força social capaz de se investir a si mesma no urbano, no decorrer de uma longa experiência política, pode se encarregar da realização do programa referente à sociedade urbana” (pág. 115, edição de 2016).

Pode embarcar na mesma ilusão criticada por Lefebvre a crença de que as leis podem tudo, inclusive tornarem efetivo, sem mais, o direito à cidade – que outro não é o de ver garantido a toda a sua população, inclusive à moradora das chamadas “áreas irregulares”, como as favelas, por exemplo –, o acesso à terra urbanizada, um bem-estar coletivo sem discriminação de outra espécie que não a que reconhece diferença sim, mas apenas aquela que deve ser superada, como condição de liberdade e cidadania, imunes às remoções violentas.

O nosso Estatuto da Cidade, Lei 10.257, de 2001, por exemplo, pro-

curou valorizar o protagonismo da sociedade civil sobre o meio urbano, naquilo que se poderia identificar como democracia participativa, assim tornando a cidade menos sujeita ao poder econômico. Isso praticamente desapareceu neste ano de 2017, com a promulgação da Lei 13.465, na qual a Medida Provisória 759 se consagrou.

Por essa razão, talvez seja oportuno reproduzir aqui o quanto a ideologia privatista, característica daquele poder, passando-se por “ciência”, pode impedir o direito à cidade. Somada à globalização, isso pode fazer fugir do controle local qualquer possibilidade de harmonizar uma convivência minimamente satisfatória e sustentável. Como diz Milton Santos<sup>11</sup>, em sua obra *Técnica, espaço tempo* (São Paulo: Edusp, 2013): “A dinâmica dos espaços da globalização supõe adaptação permanente das formas e das normas. As formas geográficas, isto é, objetos técnicos requeridos para otimizar uma produção, só autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e da aplicação de normas jurídicas, financeiras e outras, adaptadas às necessidades do mercado. Essas normas são criadas em diversos níveis geográficos e políticos, mas dada à competitividade mundial, as normas globais induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado tendem a configurar as outras”. [...] “Quanto mais a globalização se aprofunda, impondo regulações verticais novas a regulações horizontais pré-existentes, tanto mais forte é a tensão entre globalidade e localidade, entre o mundo e o lugar. Mas, quanto mais o mundo se afirma no lugar, tanto mais este último se torna único”.

Sem uma organização coletiva em extensão e qualidade igual à da nação

11 **Milton Santos** (1926-2001): geógrafo brasileiro, foi um dos pensadores de nosso país mais respeitados em sua área. Em 1994, ele recebeu o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, na França, uma espécie de Nobel da Geografia. Santos exerceu boa parte da carreira acadêmica no exterior (França, Canadá, EUA, Peru, Venezuela etc.). Foi professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, tendo falecido em 2001. Santos publicou mais de 40 livros e 300 artigos em revistas especializadas. A Editora Unesp publicou o livro *Milton Santos: Testamento Intelectual* (São Paulo: Editora Unesp, 2004), resultado de entrevista concedida ao autor Jesus de Paula Assis, com a colaboração de Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Nota da **IHU On-Line**)

para enfrentar um poder desse nível, o direito à cidade entrará na mesma e grande lista dos direitos perpetuamente prorrogados e não garantidos.

### **IHU On-Line – Onde o efeito do poder econômico é mais perceptível no planejamento de uma cidade? Nas alterações dos planos diretores?**

**Jacques Alfonsin** – Acho que não só nas alterações dos planos diretores, onde toda a construção civil e as imobiliárias exercem um poder de previsão e garantia dos seus interesses com força preponderante, com a agravante moderna, já denunciada aqui, de essa ter-se globalizado e financeirizado, sem respeito a qualquer fronteira, muito menos a urbana.

Se os planos diretores têm por finalidade, entre outras, a elaboração de leis que o sustentem enquanto vigora, nos espaços de flexibilidade possíveis, é também nessas leis que o poder do capital vai pesar, ocupando audiências e conselhos públicos, fazendo propaganda na mídia sobre o quanto a cidade vai ganhar com os seus empreendimentos e, conforme o caso – isso não tem como se esconder, já que o povo todo sofre todos os dias desse mal –, corrompendo, comprando agentes públicos para “facilitar” as suas iniciativas.

Aqui não estou generalizando esses defeitos, como se não existisse empresário honesto. Estou sendo simplesmente fiel à história. Que o protagonismo da gentrificação tenha origem, porém, em interesses capazes de modificar o próprio plano diretor, por exemplo, isso não dá para negar.

José Comblin<sup>12</sup>, um teólogo que vi-

12 **José Comblin** (1923-2011): nascido em Bruxelas (Bélgica), foi sacerdote, missionário e teólogo da Teologia da Libertação. Teve mais de 50 obras publicadas e traduzidas em vários idiomas. Suas principais contribuições foram na teologia do desenvolvimento, na teologia da cidade, na teologia da prática revolucionária, na teologia dos direitos humanos e na teologia da libertação. Também merecem destaque suas análises sobre a ideologia da Segurança Nacional dos regimes militares latino-americanos na década de 1970 e sobre o neoliberalismo. Motivado pelo papa Pio XII, que no documento *Fidei Donum* (O Dom da Fé) pedia missionários voluntários para regiões com falta de sacerdotes, como países da África e da América Latina, solicitou seu envio para a América Latina. Foi encaminhado para Campinas, onde o bispo desejava sacerdotes doutores para contribuir na formação de seu clero. Chegou ao Brasil em 30 de junho de 1958. Entre 1958 e 1962, lecionou no seminário diocesano e na Universidade Católica de Campinas. Além disso, foi convidado para ser assistente diocesano da Juventude Operária Católica (JOC). Entre 1959 e 1962, também ensinou no Studium Theologicum dos Dominicanos em São Paulo, onde teve como alunos Ivone Gebara, Frei Betto e Frei Tito. Entre 1962 e 1965, lecionou na Faculdade de Teologia da Universidade Católica de Santiago (Chile). Entre 1965 e 1968, convidado por Dom Hélder Câmara, foi professor no Seminário regional do Nordeste em Camaragibe e professor no Instituto de Teologia do Recife. Entre 1968 e 1972, foi professor de teologia no IPLA (Quito, Equador). Até 1985, passava duas quinzenas por ano em Riobamba e continuou frequentando a diocese até a morte de Dom Leônidas Proaño, em 1988. Entre 1971 e 1988, foi professor de teologia pastoral na Faculdade de Teologia da Universidade Católica de Lovaina. Suas ideias o colocaram sob suspeita do regime militar no Brasil. Foi detido, ao desembarcar no aeroporto de volta de uma viagem à Europa, e deportado em 24 de março de 1972. Exilou-se no Chile durante oito anos, onde, em 1979, esteve à frente da criação de um Seminário Rural, em Alto de Las Cruces (Talca), que fomentava a formação ao sacerdócio de jovens do meio rural respeitando a sua cultura camponesa. Em 1973, quando ocorreu o golpe militar no Chile, afastou-se do ensino para evitar chamar a atenção. Em seu livro *A Ideologia da Segurança Nacional*, publicado em 1977, destrinchou a doutrina que servia de base para os regimes militares na América Latina. Em 1980, foi expulso pelo ditador Augusto Pinochet e conseguiu retornar ao Brasil, com visto de turista, circunstância que exigia renovação a cada três meses, o que o obrigou a sair do país a cada três meses durante seis anos, para renovar o visto, até que em 1986 foi anistiado e recebeu novamente o visto permanente. Em 1995 passou a viver na Casa de Retiros São José, em Bayeux, no estado da Paraíba, onde atuou na formação de lideranças populares e assessoria teológica. Os dois últimos anos de vida foram vividos na Diocese de Barra, na Bahia. Faleceu no dia 27 de março de 2011, no Recanto da Transfiguração, em Simões Filho, próximo a Salvador, para onde foi em tratamento de saúde, quando sofreu um ataque cardíaco. (Nota da **IHU On-Line**)

veu muitos anos na América Latina, de modo particular no nordeste brasileiro, entrou na discussão antiga do que seja o bem comum, tão valorizado nos ordenamentos jurídicos do mundo todo, quanto ignorado na prática. Vale a pena ouvi-lo, quando analisa essa inspiração, sob um enfoque raramente visto em obras jurídicas, para formar-se um juízo do quanto se desperdiça dela quando se interpreta e aplica leis sobre terra:

“Os moralistas modernos cedem facilmente à tentação de relacionar o bem comum ao individualismo soberano. Veem-no como a mediação pela qual o indivíduo conquista seu bem individual, o conjunto de auxílios que um indivíduo encontra na sociedade para defender com mais segurança o seu ambiente particular. Ao contrário, a concepção correta do bem comum parte da convicção de que o homem só se realiza pela superação de seu bem particular, pela participação em obra comum e, portanto, pela integração de suas vantagens pessoais em bem comum em que todos se juntam no plano do universal. Esse bem comum não é algo situado fora do homem ou

além do homem. É o bem da comunidade humana. Pois a pessoa não se desenvolve a não ser em comunidade”. (*Teologia da cidade*, São Paulo: Paulinas, 1991, p. 180/181).

“Não há bem comum num mundo que não seja comum”, advertem os direitos humanos, ou seja, em um mundo que seja de todas/os, e não de uma minoria.

### **IHU On-Line – A moradia é um direito constitucional. Por que é tão inacessível para muitos cidadãos?**

**Jacques Alfonsin** – Por muitas razões, me parece, mas algumas são mais visíveis. A primeira, porque a terra está submetida a uma concepção jurídica muito fragilmente contestada, que a trata como qualquer mercadoria e, portanto, somente acessível a quem tem dinheiro para comprá-la.

Isso não só prova como a previsão constitucional manda menos do que as regras do mercado e da economia, como denuncia o risco de se confiar ilimitadamente em promessas de lei. Nos capítulos 5 e 6 da epístola aos romanos, há dezenas de séculos, portanto, São Paulo já advertia seus ouvintes e seguidores para essa armadilha, não raro imposta com cinismo e hipocrisia. Quando se acusa gente pobre de costumar desobedecer às leis, ninguém se lembra de quem as redige com a intenção de não as cumprir.

A segunda, pelo fato de as políticas públicas tendentes a garantir moradia para a população pobre não priorizarem, em seus orçamentos, os recursos indispensáveis para isso, como também já lembrei.

Por isso, quando os movimentos populares que defendem o direito à moradia afirmam depender de vontade política as suas garantias, essa denúncia, de tão repetida e desatendida, leva-os a aumentar sua pressão pela forma das ocupações de terra e prédios públicos, manifestações coletivas de interrupção de ruas etc.

Aí, essa justa manifestação de in-

conformidade, em vez de motivar o poder público, Judiciário inclusive, a mídia e a sociedade civil como um todo, a identificar suas causas, ouvir o clamor por justiça que as inspira e legítima, fazem o pior. Geralmente utilizam todos os meios a seu alcance para humilhar, reprimir e criminalizar quem protesta, alimentando mais ainda a raiva, o rol dos preconceitos ideológicos e políticos que pesam sobre multidões pobres.

Todo esse sofrimento seria poupado a elas, se esse direito merecesse o respeito devido à sua previsão constitucional, e a prioridade de previsão e execução orçamentária por parte do poder público a ele devida – uma vontade política – condizente com a satisfação da necessidade vital que é o seu próprio conteúdo, como também já lembrei com o testemunho da obra de Cristovam Buarque.

### **IHU On-Line – Qual a sua avaliação da maneira como Judiciário e Polícia Militar vêm executando ações de reintegração de posse?**

**Jacques Alfonsin** – A minha opinião a respeito disso pode passar por suspeita, pelo fato de que, há mais de quatro décadas, eu me dedico a defender multidões pobres vítimas das violentas execuções de mandados judiciais que, nessas ações, frequentemente desrespeitam a dignidade humana e a cidadania delas.

O Rio Grande do Sul já testemunhou, lamentavelmente, até mortes de pessoas rês de ações judiciais, vítimas dessas execuções. Um exemplo dos mais chocantes ficou manchando a história delas, quando um brigadiano assassinou pelas costas um agricultor sem terra em São Gabriel no ano de 2009. Condenado por um júri popular a 12 anos de cadeia, mas posto em liberdade pouco depois por decisão de segundo grau de jurisdição, foi recebido, homenageado com festa em Bagé, levado em carreta até a Sociedade Rural de lá.

Felizmente, outra decisão judicial posterior restabeleceu o seu recolhimento à prisão, mas o episódio mos-

tra o grau do ódio contrário às/aos sem-terra.

Desconsiderar, como o Judiciário e a polícia desconsideram, com raras exceções, a pobreza e a miséria dessas multidões, como a causa subjacente a essas violências, é um fato indesculpável para quem se entende legitimado por qualquer poder público. Despachos administrativos ou sentenças responsáveis pela deflagração dessa injustiça empoderaram um reducionismo repetido até a náusea de, antes de qualquer outro juízo, antecipar-se como violadoras da lei as multidões pobres rês de ações judiciais reivindicatórias ou possessórias. Elas não passariam de “aproveitadoras da incapacidade pública de garantir segurança”, gente abusada que é “gigolô da sua própria condição econômica” para encher as/os outras/os de compaixão, “gri-leiras” de terras sabidamente alheias e por aí vai.

Essa é uma generalização criminosa que jamais alcança o mesmo grau de indignação quando se encontram em causa os muito ilegais e injustos abusos do capital e do mercado. Pode se dar exemplos, embora raros, de exceções, como recentemente, em alguns casos, a abertura de negociação entre as partes, através dos chamados CEJUSCs (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania). Eles dão chance às partes conflitantes, inclusive de maneira informal como faz a chamada justiça restaurativa, celebrarem um acordo que não só impeça o uso da força pública como também leve ambas a dispensarem sentença.

No grosso dos muitos conflitos sobre terra, levados aos tribunais, a violência continua predominando e, às vezes, servindo de palanque publicitário, para que o argumento de autoridade seja imposto em prejuízo da autoridade do argumento.

### **IHU On-Line – A regularização fundiária é um instrumento de justiça social e de promoção da cidadania? Por quê? E qual a situação no Brasil?**

**Jacques Alfonsin** – Como todo o instrumento jurídico posto à disposição da iniciativa privada e do poder público, a regularização fundiária pode ser um excelente meio de segurança da posse do povo pobre carente de moradia digna, mas também uma forma de usá-lo como pretexto legitimante de outros interesses capazes de facilitar o acesso do capital e do mercado às áreas que cobiçam.

Um exemplo dessa última hipótese pode ser encontrado na Lei 13.465/2017, que praticamente redesenhou grande parte do ordenamento jurídico brasileiro, arriscando até cobrir de aparência legal históricas usurpações de terra promovidas no passado por pessoas e empresas dedicadas a exploração da terra por meio do agronegócio, particularmente o exportador, e da mineração sobre florestas, fauna, flora, áreas indígenas e quilombolas.

Em estudo sobre a regularização fundiária, justamente, Betânia de Moraes Alfonsin<sup>13</sup> demonstra, na coletânea de estudos organizada por Nelson Saule Junior *Direito à cidade. Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis* (São Paulo: Max Limonad, 1999), existir um problema ético de base nesse tipo jurídico de intervenção sobre terra, que não é de regra valorizado como deveria. Lembrando John O'Neill, no que esse valoriza de universalidade dos princípios éticos, refere a atual diretora-geral do IBDU (Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico) o seguinte:

“Se, eticamente todos devem merecer igual respeito, há legitimidade para que além da armadilha relativista pós-moderna (que torna o conceito de justiça social bastante escorregadio), os planejadores

urbanos possam propor soluções – políticas e práticas públicas – que resgatem, ou procurem garantir, oportunidades idênticas de acesso à cidade para todos os cidadãos”. [...] “Parece não haver dúvida que a cidade de segregação sócio-espacial e da exclusão territorial não é uma cidade sustentável: os direitos humanos fundamentais da população de baixa renda que vive nas favelas são desrespeitados, a qualidade de vida é mínima e não há menor garantia de que as necessidades essenciais das futuras gerações serão atendidas na continuidade desse modelo capitalista predatório da cidade”.

Ora, se o artigo 6º da Constituição Federal reconheceu o direito à moradia como direito humano fundamental social, ele integra o elenco das chamadas cláusulas pétreas da nossa Constituição, mas, dessa imagem de firmeza perpétua, ele não tem recebido de intérpretes e aplicadoras/es de lei, poucas exceções restando, o reconhecimento a ela devido nem, quando menos, por respeito às gerações futuras.

### **IHU On-Line – De que maneira a urbanização pode contribuir na redução das desigualdades?**

**Jacques Alfonsin** – Aumentando, estimulando, empoderando, fornecendo bases concretas para uma convivência harmônica como a que se pretenda que exista dentro de qualquer casa, moradia, cidade, por mais utópica e repetitiva que possa parecer tal meta.

O alcance de uma convivência nesse grau, por óbvio, precisa conhecer bem, tomar partido e combater com muito denodo as causas dos males que afligem atualmente as cidades, aí figurando como principal alvo, é evidente, o poder econômico do capital globalizado e financeiro, indiferente aos seus efeitos sociais sobre terra e gente com direito de acesso a ela. Esse até esconde a desigualdade. O enfrentamento, então, das imposições verticais da globalização denunciada por Milton Santos pres-

supõe uma unidade política entre as organizações populares que defendem os direitos humanos fundamentais sociais, especialmente aquele das moradias nas cidades, que ainda se encontra muito longe de alcançar um grau de conscientização coletiva. Que guardem autonomia relativamente ao verdadeiro aparelhamento do qual são vítimas tem de ser remédio fortificante ao seu alcance todos os dias. Que esqueçam a mais autêntica finalidade do verdadeiro poder que outra não é a do serviço em função do qual se legitimam, e não a da dominação, é doença praticamente incurável.

O meio urbano, sabidamente, é um espaço disputado por forças políticas e ideológicas da mais diversa ordem, para identificação das quais o discernimento identificativo das suas intenções e ações exige juízo estratégico e tático imune às segundas intenções, do tipo ideologicamente racista, de gênero, partidário, religioso. Por mais utópica que seja essa meta, a sua busca sempre perderá poder em ser alcançada na medida em que esquece a necessidade de não se deixar manipular.

### **IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?**

**Jacques Alfonsin** – Sim, o quanto a elaboração, a interpretação e a aplicação das leis relativas à terra, seja ela urbana ou rural, perdem pela arrogância com que se investem em sentido contrário à interdisciplinaridade indispensável a qualquer intervenção humana sobre um bem dessa natureza e importância. As três Constituições latino-americanas deste século, da Bolívia, do Equador e da Venezuela, ridicularizadas como “bolivarianas”, por juristas fiéis à tradição jurídica colonialista europeia, pelo menos fazem o que podem para retirar da terra o jugo de ser tratada como simples mercadoria, assim emancipando-a do domínio exclusivo do capital e do mercado.

Fazem-nos de modo inculturado, interdisciplinar, respeitando etnias, costumes, não impondo uma igual-

<sup>13</sup> **Betânia de Moraes Alfonsin**: graduada em Ciências Jurídicas e Sociais e mestra em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. É professora da Faculdade de Direito e do Mestrado em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Coordenadora e professora de Educação a Distância no Curso Fundamentos Jurídicos das Políticas de Solo, vinculado ao Programa para América Latina e el Caribe do Lincoln Institute of Land Policy (EUA). Ocupa desde 2013 o cargo de vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), cargo para o qual foi reeleita em 2015. (Nota da **IHU On-Line**)

dade contrária às próprias heranças culturais dos povos. No caso da Bolívia, por exemplo, a terra é identificada como sujeito de direito (!), pelo respeito com o qual a população indígena a reconhece, assim inspirando a Constituição, afetiva e juridicamente, contemplando-a como mãe (pacha mama).

Isso não passa de uma previsão piegas, meramente formal, sem maior consequência, incapaz também ela de enfrentar poderes econômicos superiores aos seus? – pode até ser, mas se for comparada, pelo menos na letra, com a

Constituição Brasileira, a boa mãe parece incorporar valores bem superiores ao que a nossa diz sobre política urbana (artigos 182 e 183), política agrícola, fundiária e de reforma agrária (artigos 184 a 191), meio ambiente (artigo 225).

Uma boa mãe não discrimina filhas/os por sua renda, qualidades ou até defeitos. Desde o parto, ela serve até de modelo para a geração de vida e vida condizente com a dignidade a que nenhum ser humano deveria ser negada. Como alguém já afirmou de forma lapidar, ela serve de exemplo até para toda a humanização moti-

vadora das perguntas que me foram formuladas: “Toda a mudança político-social, como o parto da mulher grávida, passa pelo sangue”.

Se é um ato de amor que possibilita esse parto, não se pode atribuir somente à violência das revoluções o jorrar desse sangue. Ele pode estar circulando agora na indignação ética, no coração de quem lê esta entrevista e está motivada/o a unir-se e empoderar aquele imenso contingente humano disposto a provar que, apesar das aparências, a injustiça social não é invencível. ■

## Leia mais

- A revista **IHU On-Line** nº 399, de 20-8-2012, publicou um depoimento de Jacques Alfonsin sobre a sua vida, disponível em <https://goo.gl/ur1YHq>.

# A contemporaneidade em debate Intérpretes e obras

21 de agosto a

23 de novembro de 2017

Locais: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU,  
UNISINOS | Campus São Leopoldo e  
UNISINOS | Campus Porto Alegre

\*Confira o local individual de cada conferência



ihu.unisinos.br



**Ecofeira**

Todas as  
quartas-feiras,  
em frente ao IHU.

Das 10h às 18h

# Informação sob alto controle

O contador, professor e auditor interno da universidade fala sobre os desafios e rotinas de quem gerencia os processos da instituição e a segurança da informação

Lara Ely

**P**odemos dizer que ele é, literalmente, o “grande” responsável pela segurança das informações na universidade. Auditor da Unisinos há seis anos, o contador Jorge Luiz Rosa da Silva é quem realiza o trabalho de auditoria interna, analisa riscos e sugere melhorias. Entre suas tarefas, estipuladas mediante planejamento anual, está a análise de processos operacionais como aqueles relacionados a suprimentos, setor financeiro, entre outros.

A versatilidade de que está na universidade há 23 anos permite, ainda, que atue em outras pontas do processo e com públicos bem distintos: além de ser professor, integra o Conselho Fiscal da Fundepe e Coopersinos e é o responsável por apresentar as informações pertinentes às normas de segurança da informação e aspectos gerais da segurança da informação aos novos colaboradores da casa. No decorrer do ano, claro, adapta a rotina a uma série de novas demandas que surgem para garantir a lisura dos processos operacionais e contábeis da instituição.

Não por acaso trabalha com a questão do controle: dispensado do quartel aos 18

anos devido à alta estatura (à época, já media 1,98m), o porto-alegrense de 62 anos é filho de militar e conhece de berço a importância da disciplina. Na ocasião em que se alistou no Exército, lembra que a altura fora do padrão foi impeditivo devido às exceções, como tamanho de roupa e medidas da cama, por exemplo. Então, decidiu dedicar-se àquilo que sabia fazer



Para quebrar o gelo com alunos no primeiro dia de aula, Jorge declama um poema | Foto: Lara Ely

melhor: contas.

Iniciou os estudos na Escola Técnica de Comércio da UFRGS, em Contabilidade, formou-se em Ciências Contábeis pela extinta Faculdade Portoalegrense - Fapa, fez especialização em Informática na PUCRS e Mestrado em Administração e Negócios, com ênfase em Estratégia, na mesma universidade. Gestor da Segurança da Informação na Unisinos, acumu-

la experiência na área de Auditoria Independente, Auditoria Interna e Perícia Contábil, tendo sua atuação relacionada principalmente aos temas da controladoria, planejamento estratégico, ética profissional, entre outros.

Na carreira acadêmica, ele se empenha para que a altura não seja um fator intimidador aos novatos e recém-chegados. Quando entra em sala de aula, todo começo de semestre, para lecionar disciplinas como contabilidade gerencial, auditoria e finanças de curto prazo, Rosa declama um poema seu para os alunos.

O objetivo é, já de cara, quebrar o gelo e mostrar para as turmas que, por trás do estigma de durão, inerente ao seu papel como maestro das ciências exatas, há um ser humano capaz de compreender dramas pessoais e ansiedades de quem está lá para estudar os números. Prova disso é que, de chegada, pede que os discentes apontem, no quadro negro, o tipo de emoção que sentem ao se matricular na disciplina. “É comum nessa hora aparecer coisas do tipo medo, pânico”, conta ele, mas, ao externar, fica mais fácil de ir desmanchando essas impressões e mostrando que é possível aprender contabilidade sem mistério”.

A estratégia parece funcionar. Certa vez, Jorge recorda que um aluno que estava cabisbaixo pediu autorização para anotar o poema e recitar em casa, para a esposa, na tentativa de salvar um casamento em crise. Deu certo: “ele voltou na semana seguinte com sorriso de orelha a orelha e ânimo renovado para aprender”, recorda. Outra forma de aproximação é deixar uma cadeira sempre ao lado de sua mesa, enquanto passa os exercícios em sala de aula, para que a pessoa que têm dúvidas possa sentir-se convidada a pedir explicações individuais.

Assim como fez em casa, com os dois filhos já criados (ambos com mais de 30 anos), e agora faz com os dois netos (de 7 e 5 anos), o legado que quer deixar vai além da parte técnica – quer passar valores e contribuir para uma formação humanista integral. Ele é do tipo de pessoa que gosta de flores (está sempre registrando as belezas do campus em seu celular), aprecia uma boa viagem (a mais recente e memorável foi para a Itália, na companhia dos filhos e na ocasião de seus 60 anos) e diverte-se indo com

a companheira ao cinema (filmes históricos e sobre contexto de guerra, como *Diplomacia*, do diretor alemão Volker Schlöndorff, são seus favoritos).

O convívio com as novas gerações – como os alunos e os netos, sobretudo, que lhe exigem um “outro olhar sobre educação” – faz com que ele perceba de forma mais clara as mudanças pelas quais o mundo passa. Rosa sabe que não pode ficar inerte a elas e reconhece que o mundo de hoje é completamente outro, se comparar com o de 30 anos atrás. Ele, que é parte de uma família de nove irmãos (oito estão vivos) e se comunica em tempo real com familiares no exterior, menciona que, anos atrás, isso não poderia ser sequer imaginado.

Para alguém que lida com a segurança de dados, é, por um lado, desafiante lidar com essa nova forma de comunicação. Para se proteger, limpa constantemente dados do telefone, por exemplo. Mas enxerga isso com certa naturalidade:

– Esta fase oferece muitas oportunidades. É preciso estar alerta, sabendo que alguns riscos não se podem evitar. O que dá é para monitorar, controlar e educar as pessoas para lidar com eles. No mundo atual, não dá mais para abrir mão da tecnologia, temos é que nos adaptar e ficar alertas – afirma.

No escritório de Segurança da Informação e Risco Corporativo, é papel dele alertar sobre alguns comportamentos que podem evitar dores de cabeça. Por exemplo, ele recomenda não emprestar login e senha, desligar o computador sempre que sair da sala, usar o e-mail corporativo apenas para fins laborais, ter cuidado com atualização de cadastro, ficando muito alerta para o recebimento de e-mails do tipo “phishing” (em inglês, pescaria), prática com o objetivo de “pescar” informações e dados pessoais importantes através de mensagens falsas.

Questionado sobre a gestão da informação no campus do futuro, ele se abstém de previsões, mas diz estar pronto para todas as mudanças que, logo mais, irão transformar tudo novamente. “É preciso estar preparado para o novo, o que irá impactar alunos, professores e funcionários, além das metodologias de ensino-aprendizagem, e sempre alerta”, conclui. ■

# Traçando uma definição de imperialismo na etapa do capitalismo global e financeiro pós-2008

Bruno Lima Rocha

“É preciso caracterizar a ação do imperialismo no século XXI tanto nas chamadas ‘revoluções coloridas’ como em seus efeitos subsequentes, com a internacionalização de empresas nacionais, a cessão de patrimônio coletivo e a exploração desenfreada de recursos naturais não renováveis. A meta permanente é a financeirização das economias subordinando a vontade soberana de sociedades concretas”, escreve Bruno Lima Rocha.

**Bruno Lima Rocha** é doutor em ciência política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e professor de relações internacionais da Unisinos.

**Eis o artigo.**

66

Venho trabalhando com o tema da globalização financeira desde agosto de 2008, no auge da “crise” – ao qual denomino farsa com nome de crise – originada pela bolha imobiliária dos EUA e a consequente liquidação de hipotecas sem lastro. Não foi a primeira “crise” da era pós-Guerra Fria, embora tenha sido aquela a afetar o planeta após os ataques de 11 de setembro de 2001. A partir daquele momento, decidi dedicar parte do esforço analítico para conectar algumas variáveis fundamentais para a escala de dominação planetária deste mundo pós-2008.

Uma variável de fundamento é o conceito de imperialismo e a necessidade de sua revisão. Estando na América Latina e lecionando na ciência política e nas relações internacionais, automaticamente nos colocamos em uma posição polarizada quanto aos Estados Unidos e às capacidades de projetar outras inserções no Sistema Internacional distantes do eixo anglo-saxão e da Europa unificada. Ao mesmo tempo, a noção realista nos faz evitar qualquer adesão às posições da Rússia, Índia e menos ainda da China. Para nosso caso, observando as relações assimétricas de poder global a partir do Brasil como país líder continental, é possível manobrar dentro de um guarda-chuva dos BRICS, mas reconhecendo a existência de um imperialismo chinês em escala global e projeções afins dentro e fora da Eurásia para estas três potências.

Com todas estas ressalvas, vemos como essencial interpretar o conceito de imperialismo globalizado e financeiro. Este se manifesta desde formas mais grosseiras, como uma invasão militar, até o objeto de estudo o qual este texto se vincula, as relações complementares e subordinadas de Transnacionais (TNCs), paraísos fiscais, capital financeiro como forma de acumulação selvagem contemporânea, endividamento securitizado de populações inteiras e a existência de uma soma nefasta de elites orgânicas agindo através de portas giratórias em escala nacional e transnacional, a serviço e se locupletando da versão atual do neoliberalismo.

Tal sistema de dominação opera através de uma dimensão complementar de inteligência e espionagem eletrônica – e a quebra de sinais, *sigint* –, o aval jurídico-político e por que não ideológico de mídia especializada (como o papel do “jornalismo” econômico), das agências de análise de “risco”, das recomendações dos organismos ainda originários de Bretton Woods (como o FMI e o Grupo Banco Mundial), dos operadores “nacionais” vinculados aos volumosos e pouco ou nada regulados fundos de tipo hedge e o conjunto de instrumentos de acumulação através do chamado *shadow banking*. Na ponta, agindo em cada sociedade concreta, observamos a

# “A capilaridade da internet e manipulação de Big Data pelos provedores estadunidenses implicam na frágil soberania das sociedades civis latino-americanas.”

internalização de interesses externos (imperialistas) como nos acordos de Cooperação Jurídica Internacional, os institutos e *think tanks* da “nova” direita (que se alastram como metástase na América Latina), a captura das instituições do Estado capitalista – diminuindo a pouca margem da democracia de massas – e ampliando tanto os espaços de mercado – marketização –, como a privatização de recursos, empresas e patrimônios coletivos (como as reservas de recursos naturais) e a constante pressão da maior parte do topo da pirâmide de nossas sociedades em serem absorvidas como sócias minoritárias da distopia do capitalismo global com “liberdade e eficiência” de mercado.

Na dimensão da meta permanente, o modus operandi em escala mundo, vemos a concentração cada vez maior de TNCs – dentre estas incluem conglomerados chineses, russos, indianos e até há pouco tempo atrás, brasileiros – cuja capacidade de interconexão é inversamente proporcional à preservação dos recursos não renováveis do planeta e os biomas. A internacionalização de cadeias secundárias de suprimentos, a interdependência subordinada de mercados inteiros e sociedades concretas – como na venda no mercado futuro de safras agrícolas e a dolarização de produtos primários – e uma produção científica piramidal onde a circulação de pesquisa científica é também inversamente proporcional ao segredo industrial e a capacidade de pesquisa e desenvolvimento com conteúdos nacionais definem um planeta onde os conglomerados de capitais cruzados e controle acionário múltiplo, mas subordinado a centros decisórios externos, aumentam as fragilidades de cada país e fazem da soberania decisória uma meta cada vez mais distante.

Este conjunto complexo tem na acumulação selvagem de riqueza através de compromissos de resgate – títulos, papéis, instrumentos financeiros – e depósitos ultramarinos um autêntico cassino global protegido por legislação específica em territórios com jurisdições especiais. São beneficiários deste mecanismo tanto indivíduos como empresas, podendo ser considerado o depósito em “paraísos” a forma contemporânea de enriquecimento. Os valores que acumulam nestas jurisdições evadem tanto do fisco de países – e portanto não se transformam em políticas públicas ou financiamento do aparelho de Estado – como também aumentam a renda média das sociedades. É justamente o contrário. O modelo de acumulação financeira e a ação do imperialismo em sua etapa de globalização pós-2008 vê o aumento de circulação da “indústria financeira” não regulada, fazendo com que a riqueza não seja sequer oriunda especificamente de exploração de mão de obra e extração de mais valia. O capitalismo atual já não necessita gerar um volume de trabalho vivo e de emprego direto volumoso, e sim subordinar as sociedades para fins privados em nome do “crescimento” de alguns setores ou da “estabilidade”.

A ausência de trabalho vivo e o sequestro da capacidade extrativa dos Estados aumenta a lacuna de representação e a captura dos bens coletivos pelos entes privados, sendo que seus representantes estão dentro e fora dos governos de turno e das tecnocracias de carreira. Como se observa, a complexidade do imperialismo contemporâneo nos obriga a desafios teóricos e organizativos de vulto.■

## Expediente

Coordenador do curso de Relações Internacionais da Unisinos: Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

Editor: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha

# Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos

**C**adernos IHU Ideias, na edição de número 266, traz o artigo de Aline Albuquerque, doutora em Ciências da Saúde, Área de Concentração Bioética pela Universidade de Brasília - UnB e Universidade de Zúri-que, mestra em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professora da Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília - UnB e do Curso de

Especialização em Bioética da Cátedra UNESCO de Bioética, professora de Direitos Humanos do Centro de Ensino Unificado de Brasília - UniCEUB, profes-sora do Curso de Especialização

em Direito Médico da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, e pesquisadora Associada do Núcleo de Diplomacia e Saúde da Fundação Osvaldo Cruz - Fiocruz.

No texto, intitulado *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos*, Aline busca aprofundar contribuições da teoria biopolítica para a reflexão dos direitos humanos. Para tanto, propõe os movimentos: a) aprofundar o estudo da eficácia dos direitos humanos, problematizando os limites da atuação dos órgãos internacionais de direitos humanos; b) analisar a interferência estatal nas condições de saúde e nos corpos de pacientes e utilizar a teoria biopolítica para corroborar o discurso dos direitos humanos que se colocam contrários a tal ingerência. “O texto está estruturado em três partes, a saber: a primeira trata do conceito de direitos humanos utilizado nesta investigação; a segunda, da noção de teoria biopolítica; e a terceira considera as contribuições das reflexões em biopolítica ao referencial dos direitos humanos. Em seguida, tem-se como objeto a conceituação dos direitos humanos e os discursos que a

atravessam e fundamentam”, antecipa a autora.

A versão completa do artigo em PDF está disponível em <http://bit.ly/2iHPRY1>.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU Ideias também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br). Informações pelo telefone (51) 3590-8213.



# O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil

**J**á o número 267 dos Cadernos IHU Ideias é assinado por Giuseppe Tosi, doutor em Filosofia na Universidade de Pádua, Itália, formado em Filosofia na Universidade Católica de Milão e com estágios pós-doutorais no Departamento de Teoria e História do Direito da Universidade de Firenze, Itália e na Universidade de Camerino. Atualmente é Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

No artigo, sob o título *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil*, Tosi pontua que “é difícil, neste momento histórico que o Brasil e o mundo estão vivendo, de aceleração dos acontecimentos de forma tão rápida, arrasadora e brutal, dizer algo que não seja só um grito de indignação e de lamentação”. Por isso, segundo o autor, faz apenas um exercício de “socializar as angústias e as preocupações e intentar algum tipo de análise que possa nos ajudar a entender o que está acontecendo”. Para ele, a questão crucial nesse momento “é o tema da democracia”. E explica: “há um debate e um conflito interpretativo sobre a ‘qualidade’ da

democracia brasileira (e da democracia em geral). Segundo alguns analistas, as falhas e limitações do processo de transição da ditadura para a democracia são tão graves que o Brasil não pode ser considerado um Estado democrático de direito, mas um Estado de exceção permanente; outros, apesar de compartilhar com os primeiros várias preocupações, não concordam com esta tese”.

A versão completa do artigo em PDF

está disponível em <http://bit.ly/2i3l1JW>.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU Ideias também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br). Informações pelo telefone (51) 3590-8213.



**Oficina:**  
**Dados Educacionais-  
educação e políticas  
públicas**

**16** de novembro  
(quinta-feira)  
14h às 16h30min

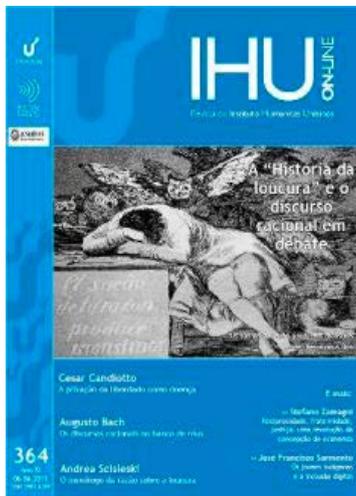
**Ministrante: Profa. Dra. Flávia  
Obino Correa Werle – UNISINOS**

**Local:** Sala Ignácio Ellacuría e  
Companheiros – IHU  
Campus São Leopoldo

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

**ObservaSin**os  
OBSERVATÓRIO DA REALIDADE E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
DO VALE DO RIO DOS SINOS

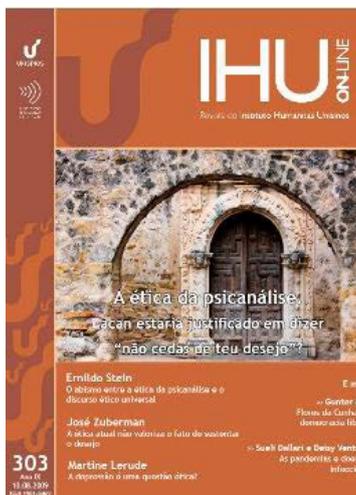
Outras edições em [www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-anteriores](http://www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-anteriores)



## A “História da loucura” e o discurso racional em debate

Edição 364 – Ano XI – 6-7-2011

*“Uma obra que segue inquietante e atual para diversas áreas do conhecimento. Assim é A história da loucura, de Michel Foucault, lançada originalmente em 1961. Para debater seu impacto quando de seu surgimento, bem como o interesse que continua despertando 50 anos depois, a IHU On-Line entrevistou diversos pesquisadores e pesquisadoras e traz o tema como capa nessa edição de 2011.”*



## A ética da psicanálise. Lacan estaria justificado em dizer “não cedas de teu desejo”?

Edição 303 – Ano IX – 10-8-2009

*“A ética da psicanálise é o tema discutido nesta edição da revista IHU On-Line, inspirada no Colóquio Internacional A ética da psicanálise: Lacan estaria justificado em dizer “não cedas de teu desejo”? [ne cède pas sur ton désir]?, que se realizou entre os dias 14 e 15 de agosto de 2009, em Porto Alegre, numa iniciativa do Instituto Humanitas Unisinos - IHU juntamente com a Association Lacanienne Internationale - ALI e, entre outras, a Escola de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre.”*

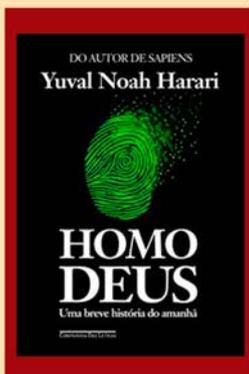
71



## Psicanálise. Novos desafios, novas práticas

Edição 108 – Ano IV – 5-7-2004

*“O criador da psicanálise Sigmund Freud situou a sua descoberta na cultura, numa relação direta com o seu mal-estar. Ele confrontou a prática clínica do analista com os sintomas da civilização. No entanto, os sintomas variam em momentos particulares da cultura. A contemporaneidade apresenta outros mal-estares. Para onde caminha a psicanálise no novo cenário de crise epocal? Essa e outras questões orientam o tema de capa dessa edição da IHU On-Line.”*



**Homo Deus. Uma breve história do amanhã.** Obra de Yuval Noah

Apresentação da obra pelos **Prof. MS Gilberto Faggion e Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz** – UNISINOS

**16** de novembro de 2017 (quinta-feira)

**17h30min às 19h**

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU  
Unisinos Campus São Leopoldo

Esta atividade integra o ciclo "A contemporaneidade em debate. Intérpretes e obras". Saiba mais em [ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

XVIII Simpósio Internacional IHU

**A virada profética de Francisco.  
Possibilidades e limites para o futuro  
da Igreja no mundo contemporâneo**

21 a 24 de maio de 2018

**UNISINOS | CAMPUS PORTO ALEGRE – RS**

Conferencistas confirmados

**Prof. Dr. Andrea Grillo** – Pontifício Ateneu Sant'Anselmo – Itália

**Profa. Dra. Emilce Cuda** – Pontificia Universidad Católica de Argentina – UCA – Argentina

**Prof. Dr. Juan Carlos Scannone** – Argentina

**Profa. Dra. Mary Hunt** – Women's Alliance for Theology, Ethics and Ritual – WATER – EUA

**Prof. Dr. Massimo Faggioli** – Villanova University – EUA

**Prof. Dr. Michael G. Lawler** – Creighton University – EUA

**Prof. Dr. Todd Salzmann** – Creighton University – EUA

**Prof. Dr. Vito Mancuso** – Università di Padua – Itália

**Dra. Carmem Lussi** – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM – Brasília

**Profa. Dra. Carmem Oliveira** – Fiocruz

**Prof. Dr. Cesar Kuzma** – PUC-Rio

**Prof. Dr. Fernando Altemeyer Junior** – PUC-SP

**Dom Francisco de Assis da Silva** – IEAB

**Prof. Dr. Hilário Henrique Dick** – Unisinos

**Prof. Dr. Ivanir Rampon** – Itepa

**Prof. Dr. Jesus Hortal** – PUC-Rio

**Prof. Dr. José Roque Junges** – Unisinos

**Pe. Júlio Lancellotti** – Arquidiocese de São Paulo

**Prof. Dr. Leomar Antônio Brustolin** – PUCRS

**Dom Leonardo Ulrich Steiner** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

**Prof. Dr. Luís Corrêa Lima** – PUC-Rio

**MS Márcio Pimentel** – FAJE – Minas Gerais

**Prof. Dr. Maurício Perondi** – PUCRS

**Dr. Moisés Sbardelotto**

**MS Patrícia Machado Vieira** – PUCRS

**Prof. Dr. Paulo Suess** – Conselho Indigenista Missionário – CIMI

**Bel. Romi Márcia Bencke** – IECLB/CONIC

**MS Rubens Nunes da Mota** – Organização Religiosa Capuchinha – ORCap – Goiânia

**Acesse o site [ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)**

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br) | [ihuonline.unisinos.br](http://ihuonline.unisinos.br)



[twitter.com/\\_ihu](https://twitter.com/_ihu)



[bit.ly/faceihu](https://bit.ly/faceihu)



[bit.ly/instaihu](https://bit.ly/instaihu)



[bit.ly/youtubeluihu](https://bit.ly/youtubeluihu)



[medium.com/@\\_ihu](https://medium.com/@_ihu)